

**PARENTALIDADES E CONJUGALIDADES EM UNIÕES
HOMOAFETIVAS FEMININAS**

João Ricard Pereira da Silva

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

**PARENTALIDADES E CONJUGALIDADES EM UNIÕES
HOMOAFETIVAS FEMININAS**

João Ricard Pereira da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Co-orientadora: Profa. Dra. Luciana Leila Fontes Vieira

Dissertação para defesa pública, como requisito para obtenção do título de mestre, no Mestrado em Psicologia Clínica, da Universidade Católica de Pernambuco.

Linha de pesquisa: Família e Interação Social.

Recife, Fevereiro de 2008

João Ricard Pereira da Silva

**PARENTALIDADES E CONJUGALIDADES EM UNIÕES
HOMOAFETIVAS FEMININAS**

Comissão Examinadora

Prof^a. Dra. MARIA CRISTINA LOPES DE ALMEIDA AMAZONAS

Prof. Dr. LUIZ MELLO DE ALMEIDA NETO

Prof^a. Dra. EDILENE FREIRE QUEIROZ

No dia em que ela se declarou, a cidade inteira silenciou
Todos queriam ouvir a resposta
Águias com seus vôos rasantes, urubus à espreita de um podre instante
Rezando pelo não nas suas costas
Mas ela cantava o seu amor
Com a sua garganta branca
Mas ela jurava o seu amor
Com a sua garganta santa

No dia em que a outra decidiu enfrentar o mundo por aquele amor
Sentiu o peso sobre seus ombros
Pai, mãe, filho, irmãos, amigos e um casamento antigo
Julgamentos e seus escombros

Mas elas se amavam tanto
Que já não cabia engano
Mas elas se desejavam tanto
Mesmo o futuro, uma tela em branco

Nunca foi tarde demais
O medo, a verdade desfaz
Águias, urubus, julgamentos, fobia, força bruta
Tudo é pouco demais
Código civil, onde se viu?
Nego que enrustiu não separa os iguais¹.

¹ . Iguais. Música de Isabela Taviani, cantada no Cd “Diga Sim”, 2007.

Não obstante, houve imensas mudanças nas atividades sociais para com a sexualidade, na aceitação da diversidade sexual e na proliferação de representações culturais e debates públicos sobre os problemas do sexo. Sexo, sexualidade e gênero têm estado no centro de vastas mudanças culturais nos últimos cinqüenta anos – a mudança do papel social das mulheres; a maior consciência da sexualidade feminina; o surgimento das identidades sociais baseadas em preferências sexuais, o desenvolvimento de formas eficazes de contracepção; a crescente prevalência do sexo antes do casamento; a mudança nas concepções de casamento, divórcio e coabitação; bem como a inseminação artificial, o exercício solitário da função parental e as novas configurações de família.

Jeffrey Escoffier

Um trabalho como este se justifica pela necessidade de tornar familiar aquilo que muitos acham estranho. Dentro de cada família composta por duas mulheres, existem pessoas cujos desejos se alimentam da esperança de não serem referenciadas apenas pelas suas sexualidades, mas pelas suas capacidades de amar outras mulheres e cuidar dos seus filhos com dedicação e afeto.

João Ricard Pereira da Silva

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer à Cristina Amazonas, pela parceria sempre atenta e questionadora durante a construção desta dissertação. Com ela aprendi a sempre perguntar, me inquietar, desconstruir e aceitar que a vida é muito mais do que qualquer conceito, qualquer forma de enquadramento: a sua percepção do universo é algo que todo ser humano deveria ter um pouco.

À Luciana Fontes, que surgiu para “dar uma força” na escrita da dissertação, mas que foi muito além no meu percurso durante o mestrado. Com ela foi possível conhecer as múltiplas possibilidades das relações de gênero: sua competência e profissionalismo me ajudaram a atravessar rios.

A Luiz Mello, Edilene Queiroz, Benedito Medrado e a Zeferino Rocha, por aceitarem o convite para compor a Banca Examinadora desta dissertação e pelas importantes contribuições no processo de avaliação.

A Luiz Otávio pela participação direta em todos os momentos de construção deste trabalho: pela força frente ao projeto de pesquisa, por ter me ajudado a encontrar durante este processo, as diversas possibilidades que a vida oferece: obrigado pelos encorajamentos e por me mostrar que tudo é possível.

A Renata Pereira, que a cada dia consegue me mostrar outras formas de convivência: com você percebi que o amor tem várias formas, várias fôrmas e múltiplas facetas. Obrigado pelo amor.

A Roberta Pereira, que mesmo distante consegue estar próxima: com você, aprendi a importância dos laços invisíveis do amor fraterno. Quando a fala cala, o sangue grita.

Ao meu pai, por me mostrar que todas as histórias podem ser (re) significadas quando estamos dispostos a reparar erros e oferecer flores sem data especial.

À família Machado, por me permitir participar das suas vidas, das suas histórias e dos seus percursos: A Sonita Maria, pelas conversas jogadas fora e pelo exemplo de vida; a Roberto Machado, pelos almoços divertidos de alguns domingos; a Érica Alice, por apostar no amor e a Luiz Otávio, por trazer consigo, a história de todos eles.

A Elizabete Almeida, pelo encorajamento frente às dúvidas relativas ao tema da pesquisa: você é a única pessoa que não há adjetivo capaz de qualificar. Fazer parte da sua vida é um privilégio para poucos. Obrigado por eu poder ser mais um.

À Luiz Balbino, pelo exemplo de humildade e resiliência; a Edjane Guimarães, pelo exemplo de coragem e determinação e a Graça Lobo, por abrir as portas da sua vida para que todos possam estar em pleno “festival de inverno”, em

qualquer época do ano: tenho muita admiração pelas histórias de vida de vocês três, que já fazem parte do meu percurso de vida.

À Tereza Rodrigues, por conseguir me mostrar que é possível fazer diferente sempre: em você descubro os mistérios do feminino, alternância permanente entre a menina, a moça e a senhora, que quando juntas, conseguem brincar com o tempo (e o que ele prepara a cada um de nós).

À Neilsa e a Fabíola Macedo pela parceria no projeto com os homens jovens. A dedicação de vocês deixa evidente a competência e a ética frente às suas atuações comunitárias. Obrigado pelo aprendizado contínuo e pelas oportunidades de fortalecer cada vez mais os nossos vínculos de amizade.

À equipe do Ícone Desenvolvimento Psicomotor, pelo profissionalismo e pela ética dedicados à criança: em especial agradeço a Ibrahim Danyalgil, por acreditar na transformação de tudo, a Márcia Madruga, pela competência e pela companhia na parceria comigo; a Patrícia Távora, por se permitir mudar e por me proporcionar um rico aprendizado nas possibilidades da comunicação corporal e afetiva; a Graça Cunha e a Letícia, que mesmo à distância (corporal), comunicam constantemente o carinho e o afeto; Lindalva, Margareth, Ailton e Diego, pelos muitos “Bom Dia!” às oito da manhã.

À equipe do Papai, pelo acolhimento e pela sinceridade nos momentos de abraçar. Em especial agradeço a Jorge Lyra, que no início da pesquisa me forneceu os “primeiros nortes”; a Benedito Medrado, pelo acompanhamento no trabalho com os homens jovens: a sua dedicação e competência me fizeram ver que é possível a construção de um mundo melhor; a Maristela, Hemerson e Ricardo, pelos encontros e discussões sobre o grupo de jovens Gaymado: pelo profissionalismo frente às transformações de um processo. À Ana Carla, Tiago e Rafael, pessoas que trabalhei “à distância”, mas que tenho grande admiração.

Em especial agradeço a Daniele Siqueira pelo apoio na transcrição das entrevistas e pelos desabafos “pós-orientação”.

Ao Professor Carlos Brito pela parceria no Estágio de Docência durante a realização desse Mestrado: a sua ética profissional é um exemplo para os seus alunos.

Agradeço, por fim às sete mulheres que participaram do processo de entrevistas, a quem dedico este trabalho em toda a sua extensão..

RESUMO

As mudanças sociais das últimas décadas têm gerado profundas alterações na forma de se estabelecer vínculos afetivos, dando origem a múltiplas configurações familiares. Entre estas novas famílias, destacam-se as relações de conjugalidade e de parentalidade entre casais homossexuais, tema central desta pesquisa. Nosso foco de análise foi o modo como estão sendo vivenciadas as conjugalidades e as parentalidades entre mulheres lésbicas. A amostra se constituiu de sete mulheres que mantêm uma relação amorosa com outras mulheres e nestas relações, compartilham os cuidados com um ou dois filhos. Procuramos compreender o universo afetivo destas mulheres a partir de suas narrativas. Todas elas residiam, na ocasião da entrevista, na Região Metropolitana do Recife, pertenciam à camada sociocultural média e se encontravam na faixa etária entre 30 e 46 anos. Os indicadores sociais levados em consideração para definir a camada social foram: grau de instrução, profissão, local de convivência e renda mensal. Embora não tenha sido pré-requisito para a nossa investigação, todas elas vivenciaram uma ou duas conjugalidades heterossexuais anteriores. Estas relações lhes possibilitaram o acesso aos filhos. Seis delas são mães biológicas e uma é mãe adotiva. A entrevista teve início com uma questão disparadora, a saber: “Como está a sua conjugalidade no momento e como é compartilhar esta relação com o(s) filho(s)?”. As narrativas foram submetidas a uma Análise de Conteúdo. Foram identificados três principais núcleos de sentido: a condição homossexual; a conjugalidade entre as mulheres e o exercício da parentalidade neste casal. A condição homossexual mostrou que a homossexualidade destas mulheres nunca foi algo fixo. Ela surgiu com o tempo, a partir de desejos condutores de uma prática sexual calcada na afetividade e na possibilidade de novas descobertas frente ao exercício da sexualidade. A conjugalidade é vivenciada como uma experiência prazerosa, apesar dos desafios enfrentados junto ao processo transitório de um relacionamento heterossexual para um homossexual. Todas as participantes apostam nestas novas relações, pois encontram nos seus acordos relacionais, as possibilidades afetivas de uma conjugalidade igualitária. Assim, a relação de parentalidade surge para complementar uma dinâmica familiar baseada na possibilidade do casal compartilhar junto aos vínculos afetivos, as responsabilidades necessárias à criação dos filhos.

Palavras-chave: Mulheres; homossexualidades; conjugalidades; parentalidades.

ABSTRACT

Social changes in the last decades have been generating profound alterations in the way how affective relationships are established, originating multiple family configurations. Among these new families, we highlight the conjugality and parenthood relations in homosexual couples, which are the central thematic of this research. We focused our analysis on how lesbian women are living conjugality and parenthood. Our sample was constituted by seven women, who maintain a love relationship with other women and, in these relations, share the caring with one or two children. We aimed to understand the affective universe of these women through their narratives. By the time of the interview, all of them were residents in Recife Metropolitan Region and had middle class social status, with ages varying from 30 to 46 years old. To classify social status the following social indicators were used: formal education level, profession, residence location and monthly income. Although it was not a prerequisite for our investigation, all of them had experienced one or two previous heterosexual conjugalities. Those relationships made possible the access to children. Six of them are biological mothers and one of them is an adoptive one. The interview began with a starter question, which was: "how is your conjugality at the moment and how is it to share this relationship with your kid(s)?" The narratives were submitted to Content Analysis. Three units of meaning were identified: the homosexual condition, conjugality between women and parenthood in the couple. The homosexual condition showed that those women's homosexuality was never something permanent. It appeared with time, through the desire of a sexual practice based on affectivity and on the possibility of new findings regarding the exercise of sexuality. Conjugality is lived as a pleasant experience, despite the challenges faced in the transition from a heterosexual to a homosexual relationship. All of the participants trust on these new relations, as they find in their relationship contracts the affective possibilities of a equalitarian parenthood. Therefore, the parenthood relation supplements a family dynamics based on the couple's possibility to share affective bonds and the necessary responsibilities of raising the children.

Keywords: women; homosexualities; conjugalities; parenthoods.

RESUMEN

Los cambios ocurridos en la sociedad en las últimas décadas tienen generado profundas alteraciones en el modo de establecer vínculos afectivos lo que dio origen a múltiples configuraciones familiares. Entre estas nuevas configuraciones familiares, se han destacado las relaciones de conjugalidad y de parentalidad entre parejas homosexuales, tema central de esta investigación. Nuestro foco de análisis fue el modo como están siendo vividas las conjugalidades y las parentalidades entre mujeres lesbianas. Formaron parte de la muestra siete mujeres que mantienen una relación amorosa con otras mujeres y en estas relaciones, comparten los cuidados con uno o dos hijos. Intentamos comprender el universo afectivo de estas mujeres a partir de sus narrativas. Todas ellas vivían en la Región Metropolitana de la ciudad de Recife, pertenecían a la capa sociocultural mediana y estaban en la franja de edades entre 30 y 46 años. Los indicadores sociales considerados para definir la capa social fueron: grado de instrucción, profesión, local de residencia y renta mensual. Todas ellas han tenido una o dos conjugalidades heterosexuales anteriores y los hijos vienen de estas relaciones. Seis son madres biológicas y una es madre adoptiva. Las entrevistas partieron de una cuestión disparadora, a saber: "Cómo está la suya conjugalidad actualmente y cómo es compartir esta relación con lo(s) hijo(s)?". Las narrativas fueron sometidas al Análisis de Contenido. Fueron identificados tres núcleos de sentido: la condición homosexual; la conjugalidad entre mujeres y el ejercicio de la parentalidad en esta pareja. La condición sexual de estas mujeres ha cambiado a lo largo del tiempo, teniendo en cuenta sus deseos, llevándolas a una práctica calcada en la afectividad y en la posibilidad de nuevas descubiertas de ejercicio de la sexualidad. La conjugalidad ha sido vivida como una experiencia de placer, a pesar de los retos afrontados al cambiar de una relación heterosexual para una homosexual. Todas las mujeres creen que los matrimonios homosexuales pueden ser más equitativos. Así, la relación de parentalidad surge para complementar una dinámica familiar basada en la posibilidad de la pareja compartir los vínculos afectivos y las responsabilidades necesarias a la educación de los hijos.

Palabras-clave: Mujeres lesbianas; conjugalidades; parentalidades.

SUMÁRIO

CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE ENTRE MULHERES: CONCEITOS E CONTEXTOS	13
1. A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E A COMPREENSÃO DOS SEUS OBJETOS	19
1.1 As mulheres colaboradoras.....	22
2. A HOMOSSEXUALIDADE COMO CONDIÇÃO: Para além de uma construção teórica	32
2.1 A homossexualidade se constitui como identidade?.....	34
2.2 A condição homossexual.....	43
2.3 Os ditos e não-ditos da sexualidade e das homossexualidades.....	53
2.4 Uma estética da homossexualidade feminina.....	60
3. JOGO DE DAMAS: A Conjugalidade entre Mulheres	71
3.1 Em busca do verdadeiro “Estado da Arte”: o que prepara as mulheres para este momento?	72
3.2 Da política de visibilidade homossexual para uma política de visibilidade conjugal homossexual.....	85
3.3 O amor não tem sexo: a conjugalidade entre mulheres.....	89
3.3.1 As relações afetivas e conjugais: concepções das entrevistadas.....	90
3.3.2 A relação conjugal heterossexual anterior.....	94
3.3.3 A transição de uma conjugalidade heterossexual para uma conjugalidade homossexual.....	101
3.3.4 A relação conjugal homossexual atual.....	108
4. A PARENTALIDADE ENTRE MULHERES: Desvendando os lugares de cada um	112
4.1 Homoparentalidades: outras formas de família.....	118
4.2 Da parentalidade à homoparentalidade: transições possíveis.....	124
4.3 A construção social da maternidade e o lugar da homoparentalidade.....	128
4.4 O universo das mulheres com filhos: o que elas dizem sobre esta experiência?.....	135
4.5 As relações parentais sociais: da chegada do filho à relação homoparental.....	137
4.5.1 A chegada da criança na vida das mulheres.....	140
4.5.2 O tema da homossexualidade e os filhos.....	144

4.5.3 O universo (homo)social da mãe e a participação dos filhos.....	149
4.6 As relações parentais privadas: o afeto na convivência diária.....	151
4.6.1 A relação do casal e a criança: lugares da mãe, da companheira e do(s) filho(s).....	152
4.7 As comunicações performativas do casal: quando o segredo mente.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS.....	171

CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE ENTRE MULHERES: CONCEITOS E CONTEXTOS

O tema da homoparentalidade se transformou em objeto de grande interesse na sociedade brasileira. Se antes, qualquer discussão acerca da homossexualidade se transformava em algo transversal, hoje, observa-se uma destacada produção científica que se amplia, cada vez mais, em torno das múltiplas possibilidades e relações advindas desta condição existencial.

Atualmente, a homossexualidade já não diz respeito apenas aos homossexuais, mas a todos os setores das sociedades, pois ela passou a fazer parte do cotidiano de todas as pessoas. Seja nas famílias, nos ambientes de trabalho, nos lugares públicos, em todo o lugar, há uma convivência menos mascarada com as orientações sexuais de homens e mulheres que já não escondem, como outrora, as suas parcerias e desejos por pessoas do mesmo sexo. “Hoje, a homossexualidade diz respeito a todo mundo, porque ela nos obriga a confrontar questões que se tornaram centrais para todos nós” (CASTAÑEDA, 2007, p.13).

As particularidades das discussões oriundas do campo antropológico, jurídico e psicanalítico sobre a homoparentalidade parecem inaugurar um novo lugar para a homossexualidade. Na verdade, podemos afirmar que a visibilidade dos casais de *gays* e *lésbicas* provocou uma reviravolta nas concepções clássicas sobre a família e os papéis de seus membros. Nesse sentido, as produções dos diversos campos do saber associadas aos movimentos políticos ditos minoritários vem contribuindo, significativamente, na construção de um lugar social aceitável e respeitável para aqueles que partilham o desejo de construir uma família.

Apesar das conquistas dos homossexuais em torno da visibilidade das suas vivências homoafetivas,² os *gays* e as *lésbicas* ainda enfrentam sérios desafios provenientes dos mais variados setores da sociedade. No campo psicanalítico, por exemplo, após a política de visibilidade das minorias sexuais, muitos assumem posições conservadoras, pois tendem a explicar a visibilidade

² Este termo é utilizado por Maria Berenice Dias (2003), quando afirma que as relações conjugais vivenciadas pelos *gays* e *lésbicas* constituem uma relação pontificada pelo afeto.

da homossexualidade como sinal de anomia. Sendo assim, numa cultura onde as insígnias da ordem e da lei estão em desuso, as sexualidades ditas desviantes ou perversas fazem sua aparição.

Um outro aspecto que merece aprofundamento são os argumentos contrários empregados por uma certa tradição de psicanalistas, no que diz respeito às uniões conjugais e a adoção de crianças por homossexuais. Tais argumentos são apoiados em nome de uma lei simbólica universal que estrutura a nossa sociedade.

Elizabeth Roudinesco (2003) evidencia que a reivindicação dos homossexuais por filhos constitui hoje um fato inédito na história da humanidade. Em sua opinião, esta reivindicação está ligada a uma forte vontade de normalização, pois a experiência da parentalidade estaria vinculada a uma semelhança com os modelos de família nuclear, considerados durante séculos como o ideal de família ou o modelo normal de família. É como se a normalidade somente fosse alcançada a partir do acesso à parentalidade, nos levando a crer que aqueles que não se encaixam neste modelo existencial continuam a ocupar os lugares periféricos destinados durante muito tempo à homossexualidade.

Ora, as experiências conjugais e parentais de muitos homens e mulheres homossexuais mostram um equívoco, neste ponto de vista, pois o fato de ter filhos nas conjugalidades homoafetivas não se relaciona necessariamente, com uma perspectiva de semelhança aos modelos preestabelecidos de família. Esta se constitui como mais uma forma de viver em família, que não se enquadra, inevitavelmente, em modelos fixos de família e sexualidade.

A multiplicidade se faz presente, constantemente, na vida destas pessoas, pois os aspectos das suas sexualidades se mostram, cada vez mais, plurais e multifacetados. Nesta perspectiva procuramos analisar como as mulheres lésbicas estão experienciando as suas conjugalidades homoafetivas e como compartilham suas relações com seus filhos. Dessa maneira, buscamos compreender como ocorreram as suas primeiras experiências homossexuais, como se deu à chegada dos seus filhos e qual o lugar que a criança ocupa nestas relações homoafetivas. Para tanto, investigamos os aspectos ligados não apenas à homossexualidade feminina, mas também às

suas conjugalidades e parentalidades. Esses questionamentos iniciais nos permitiram identificar como são distribuídos os papéis parentais frente aos cuidados com as crianças e quais os lugares que cada pessoa ocupa nas suas vidas.

A construção teórica desta pesquisa foi realizada a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, tomando como referência a ampla contribuição brasileira sobre os temas investigados. A teoria Queer oferece um excelente arcabouço teórico que nos impele a conceber as homossexualidades como uma das possibilidades na vivência da sexualidade. Assim, propõe uma maneira de pensar as sexualidades de forma inovadora e subversiva. Para Guacira Louro (2004, p.7-8), “Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade.” Pensar as categorias de sexualidade sob este prisma é uma das alternativas que nos permite realizar alguns deslocamentos ligados à sexualidade e às relações que dela decorrem e se afastam.

As relações instituídas pelo gênero e os deslocamentos de poder identificados nas suas manifestações nos possibilitam rever os lugares hegemônicos do masculino em detrimento do feminino e a apropriação da heterossexualidade como pólo de referência para pensarmos a homossexualidade. Nesse sentido, a teoria Queer confronta e contesta, principalmente, à heteronormatividade compulsória e suas formas de impor práticas sociais e pessoais, baseadas na fixidez e no engessamento de ações limitadas e limitadoras. Ali onde habita um corpo, há uma pessoa que espera expressar seus sentimentos, seus afetos e vivenciar a sua sexualidade de forma mais plena.

Numa visão conceitual, Graciela Barbero (2005, p.44) nos mostra que a teoria Queer “é o movimento de resistência às normas e determinações sociais que pretendem disciplinar o erotismo com regras rígidas e preestabelecidas.” A origem dos seus estudos está na superação dos atos normativos que tendem a fixar identidades, colocando os gays e as lésbicas em modelos fechados de identificação e de subjetivação. Esta perspectiva teórica defende as possibilidades da sexualidade em todas as suas vivências, rompendo com o círculo vicioso das repetições ligadas aos atos preconceituosos que rondam as

questões sobre a homossexualidade. Assim, o errado, o estranho e o bizarro, que passaram tanto tempo predominando nos discursos e nos atos das pessoas, em relação a toda e qualquer prática sexual que não correspondessem às exigências da heterossexualidade, vai se dissolvendo e perdendo as suas forças.

Um outro aspecto em que se ancora as ações afirmativas dos estudos queer seria o esforço teórico-político pela legalização dos direitos destas categorias sociais. Portanto, essa teoria questiona exatamente aquilo que a tradição das sociedades ainda insiste em manter vivo: “a tradicional divisão entre hetero e homossexualidade, as identidades e as categorias sexuais, as relações entre sexo e poder, os gêneros como variações culturais” (BARBERO, 2005, p. 41), colocando em xeque todas as “verdades” construídas ao longo do tempo em torno da normatização da heterossexualidade.

Desta maneira, nos oferece suporte para que haja uma desnaturalização das identidades de gênero em que se centram, constantemente, os processos históricos que legitimaram a subordinação das mulheres (BENTO, 2006). Esta consideração reforça a tentativa constante de construção de um sujeito moderno baseado em um núcleo universal, desnaturalizando a sexualidade, o corpo e as subjetividades.

A perspectiva Queer, voltada às questões das sexualidades, possibilitará a realização de reflexões diversas para uma configuração familiar que está em permanente devir. Assim, a família estranha e diferente passa a ocupar novos lugares sociais, preparando as pessoas para a construção de novos cenários no campo das famílias e das próprias homossexualidades.

Para que possamos compreender as experiências conjugais e parentais das mulheres homossexuais, estruturamos esta dissertação a partir de quatro capítulos que estão interligados entre si. Estes capítulos nos permitirão prosseguir com uma reflexão que nos levará para as discussões a respeito da homoparentalidade. A compreensão desta experiência contemporânea não é possível, sem que se realize uma explanação sobre a condição homossexual. Apesar da distinção de cada uma destas experiências, não se pode separá-las, por estarem permanentemente em conexão.

O primeiro capítulo apresenta como foi arquitetada esta dissertação, mostrando os caminhos e os procedimentos metodológicos que contribuíram

para a sua construção. Nele, explicitamos alguns procedimentos teórico-práticos, incluindo uma breve apresentação das mulheres participantes da pesquisa, priorizando os aspectos considerados fundamentais para a compreensão dos seus aspectos pessoais, relacionais e afetivos. A ênfase foi dada na explicitação de como elas nos chegaram para a participação na pesquisa e em seguida realizamos uma breve exposição das suas vidas pessoais, incluindo aspectos das suas experiências homoafetivas, um breve panorama acerca das suas conjugalidades anteriores e atuais e, por último, as suas relações de parentalidade.

No segundo capítulo, a condição homossexual se mostrou extremamente importante para a compreensão da conjugalidade e da parentalidade, pois a forma como cada uma das mulheres participantes lida com o tema da homossexualidade nas suas vidas, irá contribuir para a qualidade do investimento nas suas conjugalidades e parentalidades. Foi necessário perguntar até que ponto a homossexualidade constitui uma identidade, pois as suas múltiplas possibilidades nos conduzem por caminhos reveladores de novas concepções acerca da condição homossexual. As particularidades encontradas nas compreensões desta condição existencial, inevitavelmente, nos levaram a investigar alguns aspectos importantes sobre as narrativas das mulheres lésbicas e das contribuições teóricas que se debruçam sobre as sexualidades e as homossexualidades. Assim, procuramos identificar os seus ditos e não-ditos, para possibilitar uma compreensão particular da homossexualidade feminina, enquanto experiência singular no campo das sexualidades e das afetividades.

As particularidades da conjugalidade homoafetiva são explicitadas no terceiro capítulo. É nele que procuramos situar as questões acerca da conjugalidade homoafetiva feminina, para em seguida montar um arcabouço teórico sobre as questões da visibilidade homossexual como um dos fatores que contribuem para a visibilidade contemporânea da própria conjugalidade homoafetiva dos *gays* e das lésbicas. Esta investigação nos conduziu a uma construção teórica em torno das experiências conjugais das mulheres homossexuais, realizando uma interlocução permanente com as discussões construídas em torno do tema, propondo sempre uma conexão com as narrativas das entrevistadas. Neste aspecto, a análise do conteúdo foi voltada

para os fatores considerados mais importantes para elas, em relação à construção das suas conjugalidades atuais: as suas concepções sobre uma relação afetiva, as relações heterossexuais anteriores, o processo de transição entre a conjugalidade heteroafetiva para a conjugalidade homoafetiva e, por fim, as suas conjugalidades atuais com outras mulheres. A compreensão destas experiências nos conduziu por alguns caminhos, por elas indicados, sobre suas homoparentalidades.

Os temas que emergem das homoparentalidades compõem o quarto capítulo, trazendo à cena os lugares que cada pessoa ocupa nas dinâmicas relacionais e afetivas, ligadas às crianças que compõem estas famílias. Propomos desvendar os lugares de cada um, numa dinâmica familiar que se mostra multifacetada pelas permanentes distribuições de papéis diante das crianças. A proposta edificada neste capítulo é baseada na construção da homoparentalidade, mas também da própria parentalidade. Situá-las de forma distinta nos possibilitou identificar uma diferença relativa aos processos de transição entre uma experiência e outra. Por isso, tornou-se indispensável, à compreensão da homoparentalidade, uma explanação referente ao próprio processo de construção social da maternidade. Assim, conseguimos adentrar nas experiências destas mulheres junto aos filhos.

Esse capítulo é estruturado no momento em que buscamos entender o universo destas mulheres com filhos, dando ênfase ao que elas dizem sobre estas vivências: as relações homoparentais sociais e privadas, a chegada das crianças nas suas vidas, o tema da homossexualidade e os filhos, o universo (homo)social da mãe, a relação de coparentalidade e, por fim, as performatividades do casal diante das crianças.

A dissertação é encerrada com as considerações finais, que propõem uma breve análise da pesquisa realizada, sinalizando de forma sucinta, alguns aspectos centrais da nossa investigação, acerca de como as mulheres lésbicas estão experienciando as suas conjugalidades e parentalidades na sociedade contemporânea.

1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E A COMPREENSÃO DOS SEUS OBJETOS

Como uma rede que se interliga de forma invisível, as mulheres que participaram do processo de pesquisa foram surgindo, aparecendo e desejando falar sobre as suas experiências conjugais e parentais. Foram sete as mulheres³ que participaram do processo de entrevista. Cada uma, com a sua história de vida, trouxe importantes contribuições para a construção deste trabalho. Nenhuma se igualou às outras, mas todas compartilham de um mesmo ideal: viver as suas relações familiares de forma mais tranqüila.

As narrativas e os temas que emergiram das entrevistas com as nossas participantes ajudaram a construir o mapa teórico que deveríamos utilizar e apontaram os caminhos para a elaboração desta dissertação. A pesquisa se constituiu numa investigação científica qualitativa e contou com a participação de mulheres homossexuais que vivenciam uma relação conjugal com outras mulheres e, nestas relações, lidam com os cuidados dedicados aos filhos.

Os contatos foram realizados através de indicações por pessoas que tiveram conhecimento da proposta e dos temas da pesquisa. Duas das colaboradoras foram exceção, pois chegaram através da clínica, na qual atuamos como psicólogo e psicomotricista relacional. Estas mulheres buscavam atendimento para seus filhos.

Todas as entrevistas aconteceram em nosso consultório de atendimento psicológico, de acordo com as disponibilidades das colaboradoras. Procuramos adaptar os nossos horários aos delas, tornando mais fácil o acesso a estas mulheres, que participaram das entrevistas de forma voluntária e espontânea. As colaboradoras estiveram cientes, durante todo o processo da pesquisa, de que suas identidades seriam mantidas em sigilo e todas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Embora tenha falado inicialmente que os objetivos da pesquisa tentariam abarcar as conjugalidades e as parentalidades na experiência dos

³ . Esse número de participantes foram definidos de acordo com a repetição dos dados coletados, de acordo com o que propõe Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998).

casais compostos por duas mulheres, fez-se necessário esclarecer que o processo de entrevista seria realizado com apenas uma das mulheres que compõe o casal e que daríamos preferência àquelas que passaram pela experiência inicial da parentalidade. Estas mulheres são legal e socialmente reconhecidas como as mães das crianças e foram elas que experienciaram a parentalidade anteriormente à homoparentalidade. Ainda que não tenhamos colocado essa questão no momento do contato direto com estas mulheres, naturalmente elas foram indicadas pela sua condição maternal socialmente reconhecida. Esclarecemos também que o procedimento da entrevista seria realizado como uma forma de diálogo livre, iniciado por uma pergunta disparadora: “Como está a sua relação amorosa atual?”

Esta pergunta as levou a falar sobre as suas conjugalidades e, de forma espontânea, acabaram surgindo questões acerca das suas sexualidades e das suas relações heterossexuais, como experiências que auxiliaram na construção da conjugalidade homossexual atual. Em alguns momentos das entrevistas, foi necessário lançar novas perguntas, porém estas sempre davam continuidade ao fluxo do discurso da participante.

Dedicamos um espaço deste trabalho para uma breve apresentação destas sete mulheres que participaram da pesquisa de campo. Traçamos um perfil de cada uma delas, para que fosse possível uma melhor compreensão dos capítulos seguintes. Todos os nomes são fictícios, com a finalidade de garantir as suas privacidades.

Utilizamos o método de Análise de Conteúdo proposto por Bardin e utilizado por Maria Franco (2005), que aponta a importância da relevância teórica das descobertas realizadas durante o processo da pesquisa:

A análise de conteúdo é um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem. (...) permite ao pesquisador fazer inferências sobre qualquer um dos elementos da comunicação (FRANCO, 2005, p.20).

Este método de investigação científica nos permitiu realizar uma análise dos conteúdos manifestos, fazendo uma decodificação acerca dos objetivos iniciais da pesquisa. O processo de delineamento da pesquisa (FRANCO, 2005) auxiliou na delimitação das unidades de contexto ligadas ao significado

das unidades de análise, possibilitando uma diferenciação dos significados e dos sentidos das narrativas proferidas pelas nossas participantes. Em seguida, passamos a separar os Núcleos de Sentido de acordo com os temas que giravam em torno da homossexualidade, conjugalidade e homoparentalidade.

Embora cada tema se desdobrasse em muitos outros, foi necessário delimitar aqueles a discutir neste trabalho, pela própria limitação de tempo que um texto desta natureza, implica. Consideramos ainda, porém, alguns outros aspectos que se salientaram com muita força na narrativa das colaboradoras: a relação heterossexual anterior; como se deu a chegada dos filhos em suas vidas; o processo de transição entre uma conjugalidade heterossexual para uma conjugalidade homossexual. Achamos importante considerar esses aspectos pela contribuição que trouxeram para a qualidade relacional que se deu no processo de descoberta da condição homossexual e da própria vivência da homoparentalidade.

Toda a construção teórica contida nesta dissertação procurou manter as conexões entre as falas das mulheres colaboradoras da pesquisa, com os conteúdos teóricos em torno dos temas investigados. Por isso, não abrimos mão das contribuições teóricas oferecidas pelas Ciências Sociais e psicológicas, que têm investido nas investigações de temas tão importantes para a sociedade.

As mulheres colaboradoras

O universo da pesquisa qualitativa nos permite conviver cotidianamente com a flexibilidade que o método oferece. Não se pode pensar em formas fixas e limitadas quando se fala neste método. O percurso a ser seguido não pode ser limitado ao projeto inicial, pois seu campo de investigação vai sendo cada vez mais ampliado, por estar em permanentes estados de mudanças.

Inicialmente, procuramos manter alguns contatos com o ambiente social destas mulheres, através de pessoas de nosso relacionamento pessoal. Isso proporcionou uma imersão no contexto da pesquisa de modo que tornou possível a elaboração de uma visão geral do universo destas mulheres. Para além das contribuições teóricas acerca dos temas, os contatos iniciais com as

mulheres lésbicas permitiram conhecer as particularidades das suas relações, das suas vidas e das suas experiências conjugais e parentais.

De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998), o estudioso que se propõe a realizar uma pesquisa qualitativa deve seguir alguns critérios:

- 1) Identificação das colaboradoras iniciais: pode ser feita com a ajuda de informantes que por suas características tenham conhecimentos do contexto estudado;
- 2) Emergência ordenada da amostra: é feita pela seleção serial, de forma que novos sujeitos são incluídos à medida que já se tenha obtido as informações desejadas dos sujeitos anteriores;
- 3) Focalização contínua da amostra: ao emergir outras questões, incluem-se novos sujeitos que estejam relacionados a questões emergentes;
- 4) Encerramento da coleta: quando as informações já obtidas são suficientemente confirmadas e o surgimento de novos dados se torna mais raro, ocorre o encerramento da coleta.

A escolha das pessoas que participaram da pesquisa foi definida de acordo com o interesse das questões a serem investigadas e também da disponibilidade das participantes. Elas teriam que estar vivenciando uma relação homoafetiva e nesta relação, o casal compartilhe dos cuidados necessário à criação de uma ou mais crianças.

Os dados coletados nos permitiram aproximar o foco da investigação para os discursos emanados pelas mulheres participantes da pesquisa. O desafio se construiu sob aquilo que Foucault (2006) chama de interdição como forma de exclusão, já que as pessoas não têm o direito de dizer tudo, que não é possível a elas, falarem sobre tudo e em quaisquer circunstâncias e, sobretudo, não se pode falar de coisa nenhuma. É como se houvesse sobre o falar, uma grade que se modifica constantemente, diante dos mais diversos dizeres.

Não podemos perder de vista que os discursos das mulheres que participaram desta pesquisa trouxeram, constantemente, as regiões das suas

próprias sexualidades, o que segundo Foucault (2006) constitui a força maior dessa grade construída sobre todos os tipos de fala que dizem respeito a ela. Falar sobre as suas sexualidades, as suas conjugalidades e parentalidades era colocar no discurso experiências que nem sempre são ditas. As suas falas estavam repletas de ditos e de não-ditos, caracterizando os seus discursos como respostas e caminhos nem sempre fáceis de se trilhar. O grande desafio foi encontrar em cada uma destas mulheres os pontos que se interligavam, delimitando os temas e construindo um percurso teórico capaz de dizer sobre as suas experiências:

Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis, algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (FOUCAULT, 2006, p.37).

Mesmo que estas mulheres tenham composto o cenário exigido para a construção e a execução da pesquisa, os seus discursos surgiram multifacetados pela multiplicidade. De forma constante, eles transitavam entre a clareza e o mistério, deixando evidente que a entrada no universo privado das suas intimidades é uma tarefa desafiadora. Enquanto algumas das colaboradoras se sentiram mais à vontade para falar sobre as suas experiências, outras se mostraram mais contidas.

Patrícia (30 anos)

Patrícia foi a primeira mulher que participou da pesquisa. Ela foi indicada pela sua companheira que, ao tomar conhecimento dos objetivos deste estudo, a apontou para participar. Ela tem um filho de 7 anos e está em um relacionamento com outra mulher há três anos. Fez pós-graduação e trabalha em uma empresa privada.

Após o rompimento da sua relação heterossexual, teve algumas experiências com outras mulheres, o que reconhece como importante para o processo de descoberta da sua homossexualidade. A primeira mulher com

quem compartilhou moradia foi a sua companheira atual, que mantém boa relação com o seu filho e já assume alguns papéis na sua educação e nos seus cuidados.

Atualmente, Patrícia está morando na casa dos pais, pois o apartamento que ela compartilhava com a companheira e o filho está passando por um período de reforma. Este é um momento considerado propício para que as duas possam economizar dinheiro e investir na aquisição de uma casa.

A família não tem conhecimento da sua conjugalidade com outra mulher, ainda que o seu pai a tenha flagrado beijando a sua companheira. Ela falou ao pai que ele viu errado. Depois disto, jamais retornou ao assunto com o pai e a sua relação é mantida, desta forma, em segredo. A família da companheira tem conhecimento da sua conjugalidade, inclusive apóia a sua relação.

Ela passou três anos casada com um homem e foi neste casamento que teve seu filho. Mesmo tendo sérias dificuldades na dinâmica relacional da conjugalidade heterossexual, ela afirma que, quando se casou, estava apaixonada. A dissolução da relação aconteceu no momento da chegada do filho a quem passou a dedicar toda a sua atenção. Depois deste momento, ela tomou conhecimento de algumas relações extraconjugais do marido, o que a fez questionar seu casamento e solicitar a separação.

Jéssica (31 anos)

Ela foi indicada por Patrícia que, ao participar desta pesquisa, lhe informou sobre os temas investigados, o que a fez concordar em fazer parte do estudo. Ela foi a única mulher que, quando foi para a entrevista, levou a companheira, que ficou aguardando na recepção da clínica onde ocorreu o encontro.

Muito apreensiva, Jéssica se mostrou preocupada com as questões que a pergunta disparadora lhe levou a pensar. Para ela, os valores familiares fundamentados na heteronormatividade ainda são muito presentes. Sua fala nos leva a pensar que ela tem algumas dúvidas acerca da sua condição homossexual, principalmente porque não está claro para si mesma quais serão as conseqüências de compartilhar a criação dos filhos com outra mulher.

Estudante do curso de Enfermagem, ainda não trabalha na área e se mostrou encantada com a futura profissão.

Ela tem dois filhos, um de 9 e um de 6 anos de idade. Os dois têm uma boa relação com a companheira da mãe, que está com ela há um ano e um mês. Jéssica mora na casa dos pais com os filhos, mas está planejando alugar uma casa com a companheira para que possam morar no mesmo espaço. Elas ficam juntas muito tempo e, na sua fala, a companheira “já faz parte da família,” pois passa muito tempo na casa onde ela mora.

Na relação de coparentalidade, a companheira assume alguns papéis ligados à educação dos dois garotos e Jéssica deixa bem claro que ela lida muito bem com as questões de limites, diante deles. É como se Jéssica fosse mais permissiva e Sandra (a companheira) fosse mais autoritária. Ela diz: “Eu sou mais mãezona mesmo, enquanto Sandra vem com os limites.”

A chegada do primeiro filho foi mais tranqüila do que a do segundo, pois enquanto o primeiro havia sido planejado, o segundo surgiu em um momento mais tumultuado do casamento e da vida pessoal de Jéssica. No segundo filho, ela teve algumas complicações de saúde, estava desejando se separar do marido, passou por uma tentativa de aborto espontâneo e teve depressão pós-parto.

A chegada deste filho ocorreu no período de separação e quando ainda era bebê, a mãe foi morar na casa dos pais, no Recife, deixando em outro Estado do país, o ex-marido. Este processo de separação foi o que lhe possibilitou investir numa relação com outras mulheres. Hoje ela se considera muito bem com a atual companheira.

Logo em seguida ao processo de rompimento da relação heterossexual, Jéssica se envolveu com uma mulher que lhe trouxe alguns problemas, pois ela não tinha uma boa relação com os seus filhos, manifestando freqüentemente comportamentos de ciúme que lhe impediam de estar mais próxima das crianças. Hoje, ela deixa claro que somente será possível investir numa relação afetiva, quando a companheira que escolher tiver um bom relacionamento com os seus filhos.

Esta afirmação deixa evidente que a construção de uma vivência conjugal necessita pelo menos do desejo de se incluir nesta relação os cuidados com os filhos, fazendo da parentalidade uma das formas de acesso à

experiência da conjugalidade. Em relação aos dois filhos, Jéssica não sentiu a necessidade de falar para eles sobre a sua relação com uma mulher. A conjugalidade é mantida em segredo diante dos filhos, mesmo a sua família sabendo e apoiando a sua relação com outra mulher.

Carmem (36 anos)

Carmem participou do processo de entrevista por indicação de Jéssica, que tinha conhecimento da sua relação conjugal e parental. Ela se mostrou muito disponível em participar do estudo, deixando claro o seu interesse em ajudar outras pessoas que vivenciam as mesmas experiências.

Funcionária pública, ela tem um filho de 7 anos. A sua relação conjugal atual tem quatro meses, mas ela afirma ainda estar construindo os vínculos afetivos com a atual companheira. Mesmo gostando muito dela, na sua fala ela trouxe com muita frequência fragmentos da sua relação conjugal homossexual anterior, que durou sete anos. As duas coabitavam e, nesta convivência, o filho participava da relação do casal.

A sua ex-companheira tinha uma boa relação com a criança, que a chamava de tia, pois Carmem não tinha ainda sentido a necessidade de falar sobre a sua relação conjugal homossexual. Apesar de toda a tranquilidade com a sua condição homossexual, ela se mostrou também apreensiva em revelar ao filho a sua relação amorosa.

Ela casou com um homem aos 24 anos, após descobrir que estava grávida dele. A chegada do seu filho aconteceu logo após o casamento. O pai também é homossexual, mesmo não tendo falado nada para ela ou mesmo para o filho, pois mora com um outro homem que ela afirma ser o seu companheiro. Hoje o seu filho tem 14 anos de idade e tem uma boa relação com a sua companheira atual, ainda que, segundo Carmem, ele permaneça muito ligado afetivamente à sua ex-companheira.

Carmem foi a participante que deixou mais evidente a sua plasticidade diante das questões que envolvem as sexualidades. Ela deixa muito claro que apesar do seu investimento em uma relação homoafetiva, ainda sente fortes atrações por homens e que, por uma questão de fidelidade, não tem se envolvido com nenhum deles.

A sua ex-companheira foi uma pessoa que esteve muito presente no seu discurso porque, apesar de ter finalizado a sua relação com ela, as duas continuam se encontrando para conversas amigáveis, como uma forma de manter o vínculo que foi rompido de forma tão brusca, afirma Carmem. As questões relativas à parentalidade foram colocadas por Carmem, quase sempre referentes à sua relação conjugal anterior, pois devido ao curto tempo com a sua atual companheira, os vínculos com a criança ainda estão em processo de construção e fortalecimento.

Danielle (46 anos)

Danielle foi uma das participantes que chegou através da clínica. Havíamos atendido um dos seus filhos e, como tinha conhecimento da sua relação conjugal, fizemos o convite, sendo gentilmente aceito. Ela apresentou uma boa disponibilidade em participar do processo de pesquisa. Com formação superior, ela tem doutorado na área de Saúde e é funcionária pública.

A sua relação conjugal atual já existe há dois anos e ela tem dois filhos, um adulto (21 anos) e outro adolescente (16 anos). Apesar de, no momento atual, apenas o segundo filho continuar morando com ela e a sua companheira, os dois passaram grande parte da infância morando com ela e a ex-companheira. Hoje o mais velho mora com o pai, por escolha própria, mas sempre vai à casa da mãe e, freqüentemente, faz passeios em família, com a mãe, a companheira e o irmão.

Ela viveu durante dez anos com um homem. Mesmo estando inicialmente apaixonada por ele, a relação não foi marcada por uma forte paixão ou um grande amor da parte dela. Consciente dos seus desejos por mulheres, mas decepcionada pela sua primeira experiência homossexual frustrada, decidiu investir na relação heterossexual.

O primeiro filho chegou logo após o casamento. Ele foi muito bem recebido, mas Danielle afirma que a sua chegada foi muito tumultuada, devido às dificuldades iniciais para cuidar de uma criança dependente exclusivamente da sua atenção. Este primeiro filho acompanhou todo o processo de dissolução da relação heterossexual da mãe e também a sua entrada em uma relação com outra mulher.

Foi no momento de decisão do rompimento do seu casamento que chegou o segundo filho. Para ela, este momento foi marcado pela esperança de poder cuidar de uma criança sozinha ou ao lado de outra mulher. Em seguida ao nascimento deste filho, ela viveu um estado de encantamento com ele, passando-lhe dedicar todos os cuidados. Quando a criança tinha 2 anos, ela decidiu se separar definitivamente do marido e investir em uma relação com outra mulher.

Hoje ela considera que está muito bem na relação conjugal atual, mas no momento da separação heterossexual, teve que enfrentar muitos desafios antes que fosse possível vivenciar estas experiências. Logo nos primórdios das primeiras experiências homossexuais, ela decidiu falar para os filhos sobre a sua conjugalidade homoafetiva, pois o ex-marido entrou imediatamente com um pedido de guarda dos filhos e fez muitas ameaças acerca da sua vida profissional e pessoal, inclusive querendo contar sobre a condição homossexual para os filhos.

Eles, aparentemente, não apresentaram nenhum tipo de problema diante desta nova família. Tinham uma boa relação com a ex-companheira da mãe, que sempre fez questão de assumir alguns papéis na educação dos filhos. A família de Carmem sempre apoiou a relação homossexual da filha, reconhecendo a função social que a sua ex-companheira exercia diante dos cuidados e os limites destinados às crianças.

Atualmente, eles têm uma boa relação com Andréa, a companheira de Carmem. Elas moram na mesma casa, junto ao filho mais novo. Os papéis parentais destinados à sua companheira estão mais ligados à manutenção das exigências da casa do que à educação em si. Como ela mesma relata, talvez o fato de os filhos não serem tão dependentes dos cuidados parentais permita uma certa flexibilidade nas funções parentais mais complexas quando se trata dos cuidados prestados às crianças.

Manuela (40 anos)

Indicada por um profissional da área de Psicologia, Manuela está em um relacionamento com outra mulher há oito meses. Esta é a sua primeira relação

homossexual e ela se diz muito segura acerca dos seus sentimentos. Ela fez graduação e pós-graduação na área de Saúde.

Ela teve dois relacionamentos heterossexuais anteriores que duraram oito anos, o primeiro, e quatro anos, o segundo. Destes casamentos, teve dois filhos, um menino (falecido) e uma menina de 9 anos. O rompimento das duas relações está ligado aos desgastes encontrados na convivência com os ex-maridos.

Segundo Manuela, o último casamento heterossexual foi se dissolvendo quando o ex-marido precisou ir morar em outro Estado do Brasil, embora a relação já estivesse desgastada, antes mesmo desta separação física. A maior dificuldade encontrada nesta relação estava ligada às solicitações sexuais freqüentes do ex-marido.

Hoje ela mora com a atual companheira e sua filha. A garota tem uma boa relação com a companheira da mãe e Manuela fez questão de deixar bem claro para a filha seu relacionamento conjugal com uma mulher. Embora a companheira não deseje assumir papéis centrais na vida da criança, as duas têm uma boa relação. Na medida do possível, ela contribui no processo educativo da criança e passa a encontrar novos lugares nesta dinâmica familiar.

Manuela se mostra muito insegura diante da sua relação conjugal atual, pois, segundo ela, o universo homossexual é muito promíscuo quando o assunto é sexo e diversão. Ela sente muito ciúme da companheira, achando que a qualquer momento poderá ser abandonada por ela. Esta insegurança compromete o seu investimento e a construção de uma segurança para o futuro da relação.

Viviane (41 anos)

Viviane foi outra participante que chegou através da clínica e também buscava atendimento para o seu filho. Como ela se mostrava muito disponível, lhe apresentamos a proposta da pesquisa e ela aceitou participar. Com graduação e mestrado em Educação, Viviane trabalha nesta área.

Ela tem um filho de 12 anos, adotado quando ela ainda estava em uma relação heterossexual. A adoção foi uma decisão do casal, o que permite que

ainda hoje o pai tenha uma forte influência na educação da criança, que chegou à vida do casal quando ainda era um bebê.

No momento da entrevista, ela estava vivenciando um processo de rompimento de uma conjugalidade homossexual que durou sete anos. A companheira morou na mesma casa, junto a ela e o seu filho, ainda que este tenha passado muito tempo convivendo com os avós maternos, principalmente enquanto ela saía para trabalhar.

A ex-companheira sempre foi muito presente na vida da criança, que tem um forte carinho por ela. Quando a sua relação conjugal começou a entrar em conflito, o garoto participou de todo o processo de brigas e discussão entre a mãe e a companheira. Mesmo vivendo nesta relação conjugal, Viviane nunca se sentiu segura para falar abertamente sobre o assunto com o filho.

A sua família tem conhecimento de seu relacionamento homossexual, mas não apóia esta conjugalidade, pois a força da religião na vida dos seus familiares fala mais alto. Ela não se mostra preocupada com isso, pois afirma que estas pessoas mantêm uma certa hipocrisia nos seus próprios relacionamentos.

Aline (32 anos)

O contato com Aline ocorreu de forma um pouco inusitada. Ela é servidora em uma instituição para a qual estávamos realizando um trabalho de consultoria, naquele momento. Tomamos conhecimento de que ela participava das discussões do movimento Lésbico, Gay, Bissexuais e Transgêneros (LGBT), e perguntamos se ela conhecia alguma mulher que vivesse a experiência da conjugalidade e da parentalidade homossexual. Ela respondeu que conhecia a si mesma e que tinha todo o interesse em participar da pesquisa. Ela concluiu o segundo grau.

Viveu durante 5 anos com um homem. Antes desta conjugalidade heterossexual, Aline teve uma filha com outro homem que não assumiu a paternidade, mesmo reconhecendo-a como filha. Sua segunda filha chegou em um casamento que durou 5 anos. Hoje, a primeira filha está com 11 anos e a segunda, seis. As duas sabem da homossexualidade da mãe, pois desde o início Aline decidiu contar para as filhas.

A relação atual dura quatro meses. As suas filhas se dão bem com a sua companheira, apesar do curto tempo de convivência entre elas. Ainda não foi possível estabelecer uma clara distribuição de papéis entre elas duas, pois os vínculos afetivos ainda estão sendo construídos.

Aline coloca a companheira no lugar da tia que brinca com as crianças, pois ela, apesar de apreciar crianças, não gosta muito de brincar com elas, tarefa que deixa para a companheira.

Participante ativa do movimento feminista e do movimento LGBT, Aline foi a única colaboradora que falou “eu sou lésbica”, numa atitude claramente política de defender a homossexualidade feminina como mais uma possibilidade identitária da sexualidade. Esta postura a ajuda a lidar melhor com o tema da condição homossexual diante das filhas e da própria família, que a apóia nos cuidados com as crianças e nas particularidades da sua conjugalidade.

Também foi freqüente no seu discurso a presença da ex-companheira. Parece que o período de tempo mais longo de relação permitiu, às duas, vivenciarem de forma mais dinâmica os acordos relacionais, conjugais e parentais e construir vínculos afetivos entre as duas filhas e o filho da companheira.

2 A HOMOSSEXUALIDADE COMO CONDIÇÃO: PARA ALÉM DE UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA

“Chega dessa chaga, dessa forma, dessa farda, de qualquer forma, chega. Chega desse sinto muito. De tanta sala fechada, tanta fala calada, tanta água parada...”⁴

Durante muito tempo, homens e mulheres que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo gênero foram vítimas de perseguição. Passando pelo viés da patologia e da perversão, a homossexualidade se transformou no lado oposto da heterossexualidade, respondendo às necessidades políticas de se categorizar as práticas sexuais. Parece haver na história da humanidade uma explícita necessidade de separar e categorizar estas divisões de acordo com as exigências sociais destinadas a controlar formas de vida e comportamentos gerais que venham a ser considerados como saudáveis ou não. Fugir dessa categorização é algo difícil, pois exigiria mudanças sociais radicais, capazes de modificar posturas, olhares e concepções humanas muito enraizadas ao longo do tempo.

O mundo não está dividido somente entre homens e mulheres, brancos e negros, heterossexuais e homossexuais, nem tampouco está limitado às categorizações descontínuas. Entre uma categoria e outra, encontram-se múltiplas possibilidades existenciais e relacionais, mostrando que o universo é muito mais do que categorizações binárias.

Nós, humanos, possuímos múltiplas identidades, nenhuma delas esgota nossas possibilidades nem exclui as demais. Ao nos nomearmos homens, mulheres, heteros ou homos estamos nos referindo a uma parte de nós mesmos, não a única e nem sequer a mais ou menos importante. Muitos homens e mulheres não se enquadram nas categorizações Hetero ou Homossexuais, por experienciarem as suas sexualidades de múltiplas formas, mostrando que o exercício da sexualidade é plástico. O uso dos termos

⁴ . Trecho da música *Chega Disso*, de Alzira Espíndola e Arruda. Música cantada por Zélia Duncan no seu DVD *Pré pós tudo bossa band – o show*, 2006.

sexualidades, heterossexualidades ou homossexualidades vem contemplar as possibilidades destas experiências nos seus mais diversos campos.⁵

Saber o que é ou não é alguma coisa não é algo simples. Dizer o que é e o que não é um homossexual é problemático, pois não se pode realimentar a idéia de que as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo são determinantes desta categorização sexual, pois as pessoas que mantêm estas práticas sexuais podem naturalmente ter outras relações com pessoas do outro sexo e vice-versa. Muitos homens e mulheres não se enquadram nas categorizações Hetero ou Homossexuais, por experienciarem as suas sexualidades de múltiplas formas, mostrando que o exercício da sexualidade é algo plástico e maleável. Assim, devemos pensar estes termos numa conjugação lingüística plural, pois uma vez que os mantemos no singular, deixamos de considerar as muitas possibilidades que estas palavras implicam, na prática. O uso dos termos sexualidades, heterossexualidades ou homossexualidades vem contemplar as possibilidades destas experiências nos seus mais diversos campos.⁶

Dentro das múltiplas formas de manifestação da condição homossexual encontra-se, atualmente, o acesso à conjugalidade e à parentalidade, experiências que anulam paradigmas pejorativos em torno de um mito que afirma, de forma taxativa, a impossibilidade de os homossexuais casarem e terem filhos, experiência considerada, historicamente, como exclusiva dos heterossexuais. O atual é um momento histórico para todas as sociedades, pois as conquistas que os gays e as lésbicas vêm realizando nos levam a questionar modelos identitários em torno da sexualidade, que até há algum tempo jamais nos autorizamos desconstruir ou mesmo questionar. Hoje a pluralidade e a plasticidade são palavras de ordem quando se pensa na

⁵ Utilizamos os termos no plural, pois acreditamos que há múltiplas formas de vivenciar as particularidades destas relações. Gagnon (2006) afirma que o foco dado pelas Ciências Sociais às questões da sexualidade e posteriormente das homossexualidades permitiu que se tome a heterossexualidade no plural. Uma vez que o sexual é colocado num enfoque cultural e histórico, estas práticas sexuais tornam-se diversas e multifacetadas.

condição humana e nas infinitas possibilidades existenciais dos muitos homens e mulheres que vivem nas mais diversas sociedades.

Dentro das múltiplas formas de manifestação da condição homossexual encontra-se, atualmente, o acesso à conjugalidade e à parentalidade, experiências que rompem com os paradigmas tradicionais que consideram que para haver uma família é necessária a existência de dois indivíduos de sexos diferentes e seus filhos/as. Hoje a pluralidade e a plasticidade são palavras de ordem quando se pensa na condição humana e nas infinitas possibilidades existenciais dos muitos homens e mulheres que vivem nas mais diversas sociedades.

Esta nova condição permite aos homossexuais traçar novos caminhos para os seus desejos, fazendo com que as práticas das suas sexualidades não precisem mais viver na clandestinidade. A visibilidade das relações afetivas mostra as muitas formas possíveis de manifestação destas sexualidades, fazendo com que a homossexualidade se expresse de formas variadas e multifacetadas. Diante disso, como se deve conjugar a homossexualidade, que dentro de todas as suas singularidades, se mostra plural?

2.1 A homossexualidade se constitui como identidade?

A sexualidade, enquanto expressão, não é uma categorização humana, mas se constitui como experiência fluida que localiza as pessoas na descoberta das suas possibilidades corporais em muitos campos do seu exercício. A sexualidade é a descoberta de si e a homossexualidade, em particular, não pode ser conceituada sem correremos o risco de, ao fazê-lo, excluir... deixar escapar... Sempre haverá algo ou alguém que ficará de fora de qualquer conceito. O conceito apaga as diferenças entre os elementos que estão incluídos nele mesmo, mas apaga também, as semelhanças entre os elementos que estão fora dele. Melhor mesmo seria considerarmos a homossexualidade como uma condição existencial na qual são vivenciadas alternativas relacionais diversas que possibilitam novas descobertas e novas formas de vínculos afetivos. Podemos dizer que a homossexualidade traz em si significados múltiplos, o que a torna incapaz de ser enquadrada em um conceito fixo.

Homossexualidade não é um dado cru, etiquetado de forma diferente, segundo a dispersão cultural. O que conhecemos atualmente como sendo homossexualidade não é uma constante biológica, cuja materialidade seja apreensível por meios técnicos experimentalmente controláveis (...). Não existe uma essência ou uma coisa homossexuais prontas para serem reconhecidas, independentemente das interpretações ou leituras que delas fazemos (COSTA, 1995, p.54).

Ela abarca em si mesma formas diversas de experienciar a sexualidade na busca de uma vivência mais plena dos desejos e das práticas sexuais decorrentes destas experiências. A Biologia e suas mais modernas tecnologias não são capazes de explicá-la, por não encontrar nela qualificações que mostrem caminhos possíveis para uma nomeação ou descrição clara que justifique a sua manifestação. Costa (1995) nos mostra que a homossexualidade se constitui como um produto do vocabulário moral da modernidade e por isso mesmo ela passou por um processo de construção, como qualquer outro processo de constituição, inclusive como a própria noção de heterossexualidade. “Todas as sociedades constroem compulsoriamente heterossexualidades e homossexualidades” (COSTA, 1995, p.56). Essas construções parecem apontar para uma necessidade de delimitar espaços e controlar gestos corporais voltados para o exercício da sexualidade. Aceitar um e negar o outro foi uma forma de controle das sexualidades, reproduzindo durante longos períodos históricos ações capazes de criar (e manter) a ilusão de equilíbrio, a partir do exercício das relações de poder.

É preciso questionar qualquer forma de fixação das sexualidades, pois estes enquadramentos trazem em si limitações que nos levam a perceber as práticas sexuais sob os prismas da Normalidade ou Anormalidade. São visões reducionistas que tendem a negar as diferenças. No caso específico das homossexualidades, observamos que os movimentos dos *gays* e das *lésbicas* lutaram para criar um referencial identitário que levasse ao reconhecimento dos homossexuais como uma categoria, que tem uma identidade com características próprias. Essa “vitória”, se por um lado levou os *gays* e as *lésbicas* a conquistarem um reconhecimento amplo das suas práticas sexuais pela sociedade, por outro, gerou um equívoco que merece ser apontado. Quando se pensa nas possibilidades hetero ou homossexuais enquanto

categorias identitárias, sempre iremos nos deparar com a negação de uma em detrimento da outra. Woodward (2000) deixa claro que a identidade é relacional. A heterossexualidade, enquanto prática hegemônica, vem negar a homossexualidade, por esta ter sido construída ao longo do tempo como inferior, em detrimento da superioridade da heterossexualidade.

A identidade é sempre marcada por meio de símbolos que oferecem uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que esta pessoa usa ou faz (WOODWARD, 2000). No campo das homossexualidades, sempre nos deparamos com símbolos que perpassam uma construção social destas práticas sexuais. Chamamos de *gays* os homens afeminados e que geralmente desempenham um papel passivo durante as suas relações homoeróticas (PAIVA, 2007; GUIMARÃES, 2004; COSTA, 1995), cujos gestos e ações transgridem toda e qualquer forma de masculinidade, colocando a categoria sexual Homens em permanentes questionamentos. O *gay*, assim, é sempre visto pela depreciação da imagem masculina, pois as suas performances corporais extrapolam as exigências lançadas aos homens.

Na mesma linha de raciocínio, encontramos a construção identitária da lésbica, geralmente uma mulher que vai além das suas relações sexuais com outras mulheres. Os seus corpos denunciam o desvio dos seus desejos sexuais e das suas práticas corporais. Os gestos, a voz, o corpo, tudo fala sobre esta sexualidade considerada durante séculos como desviante em relação às regras que orientam a conduta de todas as mulheres: todas devem ser femininas, sedutoras e passivas. Pensar numa Identidade Lésbica é pensar naquela mulher masculinizada que traz consigo gestos bruscos sinalizadores da diferença em relação ao que se espera de toda mulher.

Não esqueçamos, porém, que nem todos os *gays* ou todas as lésbicas podem ser enquadrados nestes modelos estigmatizantes. Muitos homens mantêm práticas sexuais com outros, sem denunciar a sua homossexualidade através das suas performances corporais ou dos gestos afeminados denunciadores do desvio das normas masculinistas. Da mesma forma, encontramos muitas mulheres que fogem desta regra social na qual se diz que toda lésbica deve ser masculina, respondendo a uma exigência identitária responsável, de certa forma, pela limitação das possibilidades relacionais que a própria noção de identidade permite reconhecer.

Na questão da identidade duas perspectivas se contrapõem: uma essencialista e outra não-essencialista (WOODWARD, 2000). Quando falamos da identidade homossexual, uma definição essencialista da identidade, suporia a existência de um conjunto cristalino e autêntico capaz de distinguir todos os homossexuais pelo mesmo referencial. É como se todos os homossexuais partilhassem das mesmas características essenciais, quer elas sejam justificadas a partir da Biologia (a natureza dos homens, a natureza das mulheres, etc.) quer a justificativa utilizada seja baseada em argumentos históricos (um argumento sobre o passado, uma suposta verdade histórica). Neste caso, a heterossexualidade faria um apelo à História e à Biologia para justificar a sua predominância e normalidade em relação às práticas sexuais entre homens e mulheres. Nessa perspectiva, não faz diferença se a justificativa utilizada para caracterizar as identidades como tendo uma essência se baseia na História ou na Biologia, ambas afirmam a primazia de uma identidade em detrimento de outra e reivindicam uma nova identidade que apresente em si uma veracidade e uma autenticidade que teria permanecido igual ao longo do tempo: “Certos movimentos políticos podem buscar alguma certeza na afirmação da identidade, apelando seja à verdade fixa de um passado partilhado seja a verdades biológicas” (WOODWARD, 2000, p.15). Ambas perspectivas são questionáveis, uma vez que as identidades se transformam ao longo da história.

Já uma visão não-essencialista sobre a identidade focaliza não a igualdade, mas as diferenças. Estaria neste campo uma definição que procura mostrar a noção de identidade, inclusive da identidade homossexual, como tendo passado por um processo de permanentes mudanças ao longo dos séculos, portanto não há nenhuma essência, nenhum núcleo rígido.

Examinar as perguntas que se voltam à identidade e à diferença nos leva obrigatoriamente a pensar sobre as questões ligadas à representação que certas culturas constroem acerca das diversas identidades compartilhadas por qualquer cultura. A noção de representação apontada por Woodward (2000) nos leva a perceber que ela inclui sempre as práticas de significação e os sistemas simbólicos através dos quais os significados são produzidos, o que irá posicionar os sujeitos em múltiplos lugares:

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem sou eu? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? (WOODWARD, 2000, p.17).

Os discursos e os sistemas de representação irão permitir uma construção acerca dos lugares onde cada indivíduo poderá se posicionar e, a partir destes lugares, fazer emergir as suas narrativas acerca das particularidades das experiências cotidianas. No campo da homossexualidade, os nossos caminhos devem trilhar pelo que Woodward (2000) chama de Circuito da Cultura em parceria com os discursos emanados pelos homossexuais e, neste caso particular, das mulheres homossexuais, que falam sobre as suas experiências homoafetivas sob infindáveis aspectos. Isso nos mostra que estas mulheres não se vêem enquadradas em modelos fixos de identidades, mas sim de identidades plásticas e móveis, capazes de conduzi-las por caminhos diversos.

Não esqueçamos, porém, que a identidade e a diferença estão permanentemente associadas aos sistemas de representação que incluem as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais são produzidos os significados que as pessoas atribuem a determinadas experiências (SARAIVA, 2007).⁷ A partir desta perspectiva, é possível que cada pessoa consiga assumir papéis diversos acerca das suas sexualidades e, particularmente, acerca das suas homossexualidades.

O uso do substantivo homossexualidade, por exemplo, hoje parece ter uma aplicação e um uso muito mais amplo e dinâmico que o de seu possível sinônimo, muito baseado no fato de que tende a dar conta de uma condição humana e de uma orientação sexual, não estando inclusive arraigado a uma historicidade em que a doença e a discriminação sejam noções expressas intrinsecamente (INÁCIO, 2002, p.63).

⁷ Eduardo Saraiva (2007) realizou uma pesquisa com ênfase nas experiências de homens que decidiram assumir a homossexualidade após a constituição de uma conjugalidade heterossexual com filhos. Ele afirma que “em tais experiências existem movimentos existenciais de reinvenção, mudança e criação, portanto, fundamentais para a produção de brechas, de furos, no muro da tradição” (SARAIVA, 2007, p.69).

Durante o nosso processo de coleta de dados para esta pesquisa, nos deparamos com algumas particularidades apresentadas pelas nossas entrevistadas, a partir dos seus discursos. A diversidade e a multiplicidade, como artifícios lingüísticos presentes nas suas narrativas, deixam claro que as suas sexualidades, afetividades, conjugalidades e parentalidades não se enquadram em nenhum molde fixo. Entre as mulheres entrevistadas, nenhuma traz histórias iguais às de outras, mostrando que no universo homossexual feminino os termos sexualidade, conjugalidade e parentalidade não se enquadram em uma conjugação lingüística singular, mas plural. A própria idéia de identidade não pode e não deve ser tomada no singular, por se tratar de identidades múltiplas e plásticas, possibilitando a elas realizarem infundáveis percursos e trânsitos no campo das sexualidades.

Estas mulheres são lésbicas, mães, já tiveram relações heterossexuais anteriores, já vivenciaram outras conjugalidades homossexuais, algumas têm um filho, outras têm dois, alguns destes filhos são do sexo masculino, enquanto outros são do sexo feminino. Algumas delas compartilham a sua conjugalidade com a sua família de origem, enquanto outras preferem não incluir nos seus vínculos conjugais a participação destes parentes. Algumas destas mulheres revelaram desde cedo a sua relação de amor com a companheira, enquanto outras preferem manter a relação em segredo diante dos filhos. Algumas trabalham na área de Saúde e outras nas Ciências Exatas, umas cuidam dos filhos ainda crianças, enquanto outras já têm filhos adultos ou adolescentes. Algumas vivenciaram uma relação heterossexual satisfatória, enquanto outras trazem referências muito negativas acerca destas experiências. Enfim, estas mulheres são múltiplas. Não se fecham em nenhum tipo de categorização.

Esta breve descrição acerca do campo de investigação da presente pesquisa não deixa dúvidas de que se trata de um universo diversificado, onde a palavra identidade não consegue descrever todas as suas possibilidades. É claro que há muitas outras formas de revelar detalhes destas mulheres, pois não podemos realimentar a idéia equivocada fortalecida pela construção identitária da mulher homossexual se baseia em traços e comportamentos específicos, geralmente esperados acerca das suas formas de interagir e viver.

Elas são muito mais do que qualquer descrição consegue apontar. Por este motivo, é necessário questionarmos as construções limitadoras que a idéia de identidade propõe em relação às pessoas. A própria Woodward (2000) defende que as discussões acerca das identidades sugerem a emergência de novas posições e novas identidades, o que aponta para a vivência de uma crise de identidade, resposta inclusive construída a partir das mudanças nas identidades sexuais. Na medida em que os homens e as mulheres passam a ter as suas sexualidades questionadas, as suas identidades sexuais tornam-se mais ambíguas, sugerindo permanentes mudanças e fragmentações. É o fim do reducionismo binário predominante durante tanto tempo nos discursos e nas práticas pessoais, sexuais e sociais dos homens e das mulheres, quando procuravam sempre dividir o mundo em dois.

As relações de gênero demarcadas pelas diferenças entre homens e mulheres, as fronteiras que delimitam práticas sexuais entre hetero e homossexuais, o estigma do ativo em detrimento do passivo nas relações homossexuais, o branco sobre o negro, todas estas relações geralmente fortalecem as normas de poder que insistem em retroalimentar-se permanentemente no íntimo das relações entre homens e mulheres. Ou seja, acreditar que há uma identidade para determinado tipo de pessoa é limitar as suas possibilidades e alimentar uma rede de poder que geralmente denigre as demais identidades. Vence a maioria. O diferente é sempre lançado às margens sociais.

Ao invés de associar a identidade ao ser de qualquer pessoa (ser heterossexual ou homossexual, por exemplo), deveríamos antes tomá-la como um processo que passa por constantes transformações. O tornar-se da pessoa e suas muitas experiências nos levam a uma percepção da experiência humana como um constante devir: “Ao ver a identidade como uma questão de tornar-se, aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade” (WOODWORD, 2000, p.28). Essa forma de pensar permite a criação de diversos posicionamentos acerca das práticas e ações realizadas pelas pessoas. Não esqueçamos que a forma como representamos a nós mesmos tem mudado radicalmente junto com as mudanças sociais mais amplas. Estas mudanças não deixaram de atingir as questões ligadas às sexualidades e em particular às homossexualidades.

Conseqüentemente, as questões ligadas à conjugalidade e à parentalidade dos gays e das lésbicas participaram destas transformações.

Somos o que dizemos que somos ou o que nos disseram que somos ou deveríamos ser. E, se dizemos o que somos, de várias maneiras, é porque somos construídos de várias subjetividades (COSTA, 1995, p.36).

Não podemos esquecer que estas subjetividades são co-responsáveis por todo o processo de transformação das relações humanas, inclusive das novas modalidades conjugais e parentais que a família hoje assiste acontecer e modificar. Estas subjetividades transformam e recriam alternativas diversas para que a sexualidade alcance um patamar de realização mais amplo e diversificado. Assim, as homossexualidades dos homossexuais passam a ser percebidas sob diversas óticas e, ao invés de serem reverenciadas como uma categoria patológica ou enquadrada em modelos historicamente construídos, mostram-se por outros ângulos, seguindo outros horizontes possíveis.

Outra alternativa para se pensar as questões identitárias está ancorada na possibilidade de se (re)pensar as suas particularidades em torno das subjetividades. Domènech, Tirado e Gómez (2001) propõem que se pense a subjetividade pelo viés dos modos de subjetivação. Para os autores, a chamada Crise do Sujeito Contemporâneo sugere uma redefinição em torno daquilo que aprendemos a denominar de sujeito universal e unificado. No lugar desta imagem do sujeito interiorizado e individualizado, surge um sujeito portador de uma subjetividade “distribuída, socialmente construída, dialógica, descentrada, múltipla, nômade, situada, de subjetividade inscrita na superfície do corpo, produzida pela linguagem, etc.” (DOMÈNECH; TIRADO; GÓMEZ, 2001, p.113). Esta concepção nos permite repensar a condição humana em viés para além da interiorização, pois os espaços que tentarem arquitetar as subjetividades, perpassam o campo das relações sociais, que são exteriores ao sujeito.

Para desconstruir a imagem convencional acerca da subjetividade, os autores tomam Gilles Deleuze, mostrando que se faz necessário romper com as modalidades dominantes acerca do pensar e repensar a subjetividade. A partir das suas construções teóricas, o indivíduo passa a ser tomado como um sujeito que traz consigo uma identidade unitária e autônoma, o qual está

inserido no universo coletivo, mas que em nenhuma hipótese ele se assemelha aos demais, por ter registrado no seu corpo os contornos de uma subjetividade múltipla e heterogênea. A tomada da subjetividade a partir do conceito de Dobra deleuziana nos conduz a uma visualização do processo de subjetivação como algo que está em permanente estado de movimento e quietação, com muitas capacidades de afetar e ser afetado. É a interação que permite ao sujeito uma integração de si, mas nunca uma integração limitada ou terminada ou acabada. É uma integração gestáltica que, quando parada ou estagnada, se dissolve e se apaga.

A subjetivação compreendida como dobra é um processo de agrupação, de agregação, de composição, de disposição ou agenciamento ou arranjo, de concreção sempre relativa do heterogêneo: de corpos, vocabulários, inscrições, práticas, juízos, técnicas, objetos... que nos acompanham e determinam (DOMÈNECH; TIRADO; GÓMEZ, 2001, p.124).

A idéia deleuziana de agenciamento⁸ parece traduzir bem este estado plural das subjetividades. Para Rose (2001), o processo de subjetivação oferece o efeito de composição ou recomposição de forças, práticas e relações que operam para transformar o ser humano em diversas e variadas formas de sujeito. Não colocando mais o sujeito unificado no centro, os seres humanos têm a capacidade de tomar a si próprios como “sujeitos de suas próprias práticas e das práticas de outros sobre eles” (ROSE, 2001, p.143).

Esta concepção de subjetividade nos permitirá tomar as questões da sexualidade e da homossexualidade pela via da multiplicidade e do não enquadramento em uma identidade sexual, ficando no lugar desta concepção a noção pós-identitária das diversas subjetividades constituintes do estar no mundo. Propomos, assim, repensar a homossexualidade como condição existencial, como algo que não está pronto, mas em eterno devir, que se modifica, que apresenta rupturas, que é múltipla e se transforma a cada nova experiência e vivência.

⁸ Rose (2001) toma a idéia de agenciamento como sendo um ato ou efeito de reunir diferentes partes para formar um novo objeto. No sentido deleuziano, a palavra agenciamento – derivada da palavra *agencement* – traz um sentido de montagem, arranjo, combinação.

2.2 A condição homossexual

As palavras enunciadas pelas nossas entrevistadas nos levam a perceber que a homossexualidade nunca se manifestou nas suas vidas de forma fixa. Ela surgiu em algum momento, nos levando a crer que se constitui como uma condição, algo que lhes permite realizar múltiplas transições, tal qual propõe Hannah Arendt (2007) ao investigar a vivência humana como condição. A autora deixa visível que o fato de as pessoas poderem falar e serem inteligíveis entre si lhes permite viver e se mover, experimentando os significados das coisas de múltiplas formas. Com a expressão *vita activa*, ela propõe designar o labor, o trabalho e a ação como três atividades humanas fundamentais, pois cada uma delas corresponde diretamente a uma das condições básicas no reconhecimento da vida humana na Terra.

O nosso interesse se volta para a ação, terceira atividade humana que nos permitirá repensar a homossexualidade como condição múltipla e plural. Para Arendt (2007), a ação humana corresponde à única atividade que se exerce diretamente sem a mediação das coisas. A ação humana “corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (ARENDR, 2007, p.15). As ações executadas pelos homens deixam evidente que as suas eternas descobertas e transformações fazem parte desta condição existencial plural. Se em algum momento histórico este mesmo homem múltiplo sentiu a necessidade de realizar distinções e divisões acerca das relações de gênero ou das categorias de sexualidade, por exemplo, é porque alguns fatos históricos lhes exigiram isso.

A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir (ARENDR, 2007, p.16).

Sob este aspecto particular da condição humana, é possível se pensar nos homens e mulheres homossexuais como vivenciando nas suas vidas uma condição homossexual. A ação que leva pessoas a terem relações sexuais com outras do mesmo sexo faz crer que esta atividade não é o único ingrediente capaz de garantir a construção da homossexualidade como algo único e singular. Com o tempo, aprendemos que o fato de uma pessoa gostar

de uma outra pessoa do mesmo sexo a faz ser reconhecida como homossexual, seja ela lésbica ou *gay*. A idéia central de Arendt (2007), formulada a partir da ação das pessoas, é que permite ao humano ser reconhecido como um ser único e singular e por mais que a sociedade tenha incentivado a autonomia do indivíduo, o surgimento das sociedades de massa procurou delimitar os espaços por onde esta possível autonomia deveria transitar.

Um fato decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que antes era exclusiva do lar doméstico. Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a normalizar os seus membros, a fazê-los se comportarem, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada (ARENDR, 2007, p.50).

Logo, criam-se as grades que tentarão enquadrar as pessoas nos moldes daquilo que se espera dos seus comportamentos e das suas interações sociais. As regras a serem religiosamente seguidas vão ficando cada vez mais fortalecidas, fazendo com que os gestos e as ações espontâneas passem a ser vigiadas e punidas. O universo público invade as relações privadas e com a força do controle imposto consegue modificar hábitos e atos voltados a uma vivência da sexualidade cada vez mais contida e velada. É nesta concepção entre o privado e o público que se estruturará a existência das coisas.

Se é verdade que a distinção entre o privado e o público coincide com a oposição entre a necessidade e a liberdade, entre a futilidade e a realização e entre a vergonha e a honra (ARENDR, 2007), o significado destas duas esferas indica claramente que há coisas que devem ser ocultadas e outras que necessitam ser expostas para que se defina a sua existência. Parece que somente as ações realizadas no âmbito privado não eram suficientes para garantir o reconhecimento da sua existência. Era necessário extravasar as paredes da casa e abrir as suas portas para que as ações humanas e, em particular, as práticas sexuais tivessem garantidos os seus reconhecimentos.

A pluralidade humana traz em si o duplo aspecto da igualdade e da diferença, afirma Arendt (2007). A igualdade está ligada à igualdade da espécie e ela garante aos humanos fazer planos para o futuro e prever as

necessidades das gerações futuras. Enquanto isso, a diferença permite que as pessoas usem o discurso ou a ação para se fazerem entender. A ação, como combustível prioritário desta pluralidade humana, leva o indivíduo a assumir uma singularidade que o identifica como diferente de todas as outras espécies. Além da sua pluralidade como condição humana, a pessoa está sempre predisposta a viver em função do novo, do inevitável, do inédito.

O novo sempre acontece à revelia da esmagadora força das leis estatísticas e de sua probabilidade que, para fins práticos e cotidianos, equivale à certeza; assim, o novo sempre surge sob o disfarce do milagre (ARENDETT, 2007, p.191).

Este ponto particular da condição humana é a grande contribuição para a construção da condição homossexual. Ancorando as nossas investigações nesta proposta teórica, é possível visualizarmos a homossexualidade para além de qualquer estigma construído historicamente. Se o ser humano é imprevisível em suas ações e em torno das questões ao seu redor, a própria heterossexualidade ou mesmo a homossexualidade se constituem como condição. Não foi por acaso que quando as mulheres entrevistadas se depararam com a descoberta da homossexualidade, elas demonstraram surpresas e até mesmo somatizaram no corpo esta experiência inédita. Está no seio da própria condição humana deparar-se com o novo, para que seja possível a vivência dos processos de adaptação.

O fato de que o homem é capaz de agir significa que pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular (ARENDETT, 2007, p.191).

A descoberta da homossexualidade enquanto experiência reconhecida e reconhecível vai surgir na vida das pessoas, como o resultado inaugural da junção entre a qualidade do discurso e da ação, quando elas estão compartilhando com outras pessoas situações que envolvem determinados tipos de convivência e estas convivências deixam o registro de uma experiência positiva. A revelação acerca de quem é uma pessoa só ocorre quando o discurso e a ação vêm à tona neste processo de interação mútua. A revelação acerca de quem se é corresponde ao risco que esta revelação

implica, por colocar em público esta condição acerca de como a pessoa se identifica. A descoberta da condição homossexual nas mulheres se dá pelo viés desta ação compartilhada com o discurso. Parece haver primeiro uma identificação com os novos sentimentos para, em seguida, surgir a nomeação das suas práticas sexuais como homossexuais.

A atração e o desejo por mulheres fogem da norma heterossexual, contexto relacional que estas mulheres estavam inseridas. O reconhecimento destes novos sentimentos faz com que estas mulheres passem a nomeá-los de acordo com as palavras disponíveis para a sua identificação. São os sentimentos homossexuais que irão inaugurar a nova condição da sexualidade, pois somente a partir da prática sexual com outras mulheres é que elas passaram a se reconhecer como homossexuais. “Sem a revelação do agente no ato, a ação perde seu caráter específico e torna-se um feito como outro qualquer” (ARENDETT, 2007, p.193). Como esta experiência acontece carregada de sentimentos intensos, logo surgiu nestas mulheres a necessidade de não apenas nomeá-las, mas muitas vezes torná-las públicas, ainda que algumas vezes em contextos sociais mais restritos. Geralmente, os grupos de identificação com outras pessoas que passam pela mesma experiência se constituem como grupos sociais mais propícios para esta revelação e para a execução de discursos mais elaborados acerca das experiências.

É importante assinalar que a condição homossexual não precisa de forma exclusiva estar dentro das pessoas, como predisposição, justificada por meios de possíveis experiências infantis passadas ou mesmo devaneios adolescentes capazes de determinar se uma pessoa é ou não é homossexual. Tal qual a condição humana, a condição homossexual é algo que simplesmente acontece, como ocorre, por exemplo, com o processo de construção da maternidade nas mulheres. Nem toda mãe planeja a chegada de uma criança na sua vida, mas quando descobre que está grávida ela irá passar por um processo subjetivo de preparação para esta situação. Descobrir que está grávida sempre causa nas mulheres sentimentos de surpresa e dúvida, para que, em seguida, em algum momento elas possam idealizar este filho, fazer planos para sua chegada e, por fim, poderem dizer-se mães. É o processo da condição humana que entra em cena na vida destas mulheres. A sua ação provoca sempre transformação.

Com a condição homossexual, essa transformação perpassa o campo das sexualidades. Os corpos das mulheres passam a experienciar situações diversas capazes de conduzi-las por novos caminhos, marcados pela intensidade de afeto e prazer. Algo nestas mulheres acontece de forma muito intensa diante destas experiências sexuais com outras mulheres, é o que dizem as nossas entrevistadas.

A convivência feminina, ela é maravilhosa, né? A mulher tem uma outra esfera, né? (Sorri para o entrevistador e faz uma expressão de desculpas) “Não, eu não tô criticando não...” (Risos dos dois). Mas é de uma delicadeza, e de um olhar, sabe?(Danielle).

As pessoas sempre falavam que relacionamento homossexual é muito mais forte, eu não conseguia entender porque, que diferença. Mas é muito diferente. Eu sei que tem pessoas que, ah, dizem isso. É... as mulheres dizem isso para conquistar outra, tal, mas não é. Realmente é diferente, existe todo um cuidado, uma preocupação com o outro, né? Um olhar diferenciado, um toque totalmente diferente. Isso me prende muito a ela (Manuela).

Você pode amar uma pessoa, mas sentir atração por outra, mas a sociedade e as regras que nela existem, comportamento, fazem com que isso seja pelo menos amenizado. E por questões culturais existem diferenças de gênero, sabe? E por exemplo, aí é que eu observo uma coisa interessante é que as relações entre mulheres, normalmente, são muito mais duradouras, também por uma questão cultural e porque as mulheres valorizam mais as questões afetivas (Carmem).

A experiência de participar da construção de uma nova esfera no campo das sexualidades deixa claro que o afeto é algo marcante nas experiências destas mulheres. As novas descobertas acerca dos seus desejos as colocaram em situações afetivas intensas, pois inevitavelmente todas realizaram comparações com as suas relações heterossexuais anteriores. O diferente destas relações está exatamente nas transformações e ressignificações que estas mulheres tiveram que fazer em torno das suas sexualidades, dos seus investimentos afetivos e das redescições acerca da transformação das suas intimidades.

A sexualidade se expressa mal, quando toma como referência a organização binária dos sexos e não se explica melhor através da organização

bissexuada de cada um dos dois, afirma Deleuze (1997), pois a sexualidade coloca sempre em evidência a noção de devir ou devires, pondo em jogo múltiplos devires que são conjugados e demasiadamente diversos, percebidos como *n* sexos (DELEUZE, 1997). Tal qual a idéia de identidade baseada na multiplicidade, a sexualidade se expressa de mil formas. Ela é uma produção de mil sexos, que são os múltiplos devires incontroláveis. Jamais poderemos prever o que cerca as práticas sexuais e suas tantas possibilidades. O devir da sexualidade é imprevisível, como é imprevisível a vivência da homossexualidade, conjugalidade e da parentalidade. Por mais que se planeje tais vivências, jamais, em hipótese nenhuma, estas ações fornecerão respostas prontas ou previsíveis.

As nossas entrevistadas deixam claro que tanto a sexualidade, como a homossexualidade e a heterossexualidade não são e talvez nunca tenham sido práticas isoladas nas suas vidas. Uma pessoa que tem relações heterossexuais e em algum momento se depara com os novos desejos em torno de uma outra pessoa do seu sexo deixa evidente que este é um evento não planejado ou premeditado. Viviane revela que durante a sua conjugalidade heterossexual nunca havia sentido atração por outras mulheres. O momento da descoberta da sua condição homossexual foi vivenciado com sentimentos de surpresa:

Nunca fui de ter sonhos eróticos, nunca fui de ficar olhando para mulheres, não era... não sei como é que é, como essa coisa aconteceu. Mas isso veio acontecer justamente nesse ano que a gente estava vivendo junto [ela e o marido]. No final dessa história foi que apareceu essa figura [uma mulher] na minha vida e que despertou essa outra coisa. E aí, eu fui descobrir uma coisa que eu não sabia que eu tinha. E também foi outra vivência complicada, eu entender essa possibilidade. Que eu sempre achei que, eu respeitava muito, mas que isso também nunca... ia acontecer. E foi esquisito, mas também muito interessante eu perceber que não foi um choque (Viviane).

A ênfase na frase *E aí, eu fui descobrir uma coisa que não sabia que eu tinha* (Viviane) deixa evidente que a homossexualidade não é algo que sempre esteve presente na vida das pessoas como se acredita em alguns contextos sociais e em algumas crenças coletivas. Nem sempre esta descoberta da homossexualidade é algo fácil de assimilar e de integrar. Como se sabe, a condição homossexual sempre coloca estas pessoas em uma situação de

preconceitos e estigmatização diante dos mais diversos setores das sociedades. Se por um lado existe a vivência de surpresa ante os novos desejos sexuais, por outro é preciso um certo esforço para entender a nova situação: *E também foi outra vivência complicada, eu entender essa possibilidade* (Viviane).

A partir destas novas descobertas acerca da sua sexualidade, as mulheres passam a se deparar com um confronto sobre a nova homossexualidade em detrimento da sua heterossexualidade. Elas terão que fazer um certo esforço para realizar novas descrições acerca da sua sexualidade e em particular da sua nova modalidade conjugal. Para Costa (1995), a realidade da homossexualidade perpassa o campo da realidade psíquica e lingüística, fazendo com que as pessoas, que fazem desta experiência algo possível, transformem os seus gestos e ações em algo nomeável. “Qualquer realidade lingüística subjetiva pode tornar-se convincente e adquirir força performativa” (COSTA, 1995, p.22).

Logo, a homossexualidade passa a fazer parte da vida destas mulheres e elas vão descobrindo novas possibilidades relacionais, afetivas e sexuais que vão sendo manifestadas e executadas em todos os setores das suas conjugalidades com outras mulheres. A relação performativa⁹ em torno da homossexualidade leva estas mulheres a não apenas assumir outros lugares nos espaços privados e públicos, mas também a renomear os seus desejos e práticas em torno desta condição homossexual. Austin (1990) deixa claro que o gesto de proferir uma sentença lingüística expressa não somente uma descrição de um ato praticado, mas também tem a função de declarar o que se está praticando. É fazê-lo. Assim, quando uma mulher deixa de se referir a “meu marido” em relação ao seu cônjuge e passa a falar “minha mulher” em relação à sua atual companheira, ela está falando não apenas de uma pessoa e do seu sexo, mas também, e sobretudo, de uma experiência reconhecida por si mesma e pela pessoa a quem ela se refere.

⁹ O uso do termo performativo, utilizado por Costa (1995) e por Austin (1990), é derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo “ação”, e indica, segundo Austin (1990), que ao se emitir um proferimento está sendo realizada uma ação, não sendo simplesmente considerado um mero “dizer” sobre algo.

E aí quando Amanda apareceu, mamãe disse que não queria nem conhecer. E demorou um ano pra conhecer. E mesmo assim só conheceu porque eu disse: Olhe... amanhã é o seu aniversário e eu sei que você vai fazer um almoço, e eu só vou vir, se você aceitar que eu venha com minha mulher. Se for pra eu vir sozinha, eu não venho (Danielle).

Enquanto a linguagem se apresenta como performativa, quando alguém diz algo, esse alguém está *fazendo* algo. As suas palavras não são soltas e trazem consigo sentidos reconhecidos e reconhecíveis para quem as enuncia e para quem as recebe. Não podemos esquecer que quando enunciamos palavras performativas, “muitas coisas em geral têm que ocorrer de modo adequado para podermos dizer que realizamos, com êxito, a nossa ação” (AUSTIN, 1990, p.30). Quando uma mulher diz “minha mulher” em relação a outra mulher, ela está dizendo acerca da sua condição homossexual, da sua conjugalidade homoafetiva e da solicitação pelo reconhecimento desta relação. A prática desta sexualidade passa a ser percebida como ação realizada em torno do que se diz. O enunciado minha mulher não fala da mulher como posse em si, mas na nossa cultura este enunciado implica que ali há um vínculo relacional incluído e também uma série de ações que fazem estas palavras incorporarem o sentido da prática conjugal cotidiana.

De uma forma mais ampla e pelo viés da condição homossexual enquanto uma prática pessoal e social, quando dizemos que alguém é homossexual não falamos apenas palavras soltas, mas fazemos sempre referência a uma série de práticas realizadas pelas pessoas homossexuais. A idéia performativa em torno desta condição homossexual traz à cena social não apenas as comunicações corporais em torno das atividades sexuais com pessoas do mesmo sexo, mas traz também toda a carga estigmatizada em torno desta prática sexual. Este pode ser um dos obstáculos mais fortes a ser superado pelas mulheres que em algum momento passam a investir em outras conjugalidades homoafetivas. Não esqueçamos, porém, que estas mulheres também trazem consigo preconceitos sociais em torno destas homossexualidades, independentemente da intensidade com que eles se manifestam. A homofobia interiorizada é algo que precisa ser confrontado de forma permanente por estas mulheres, até que as relações performativas em

torno das suas práticas afetivas homossexuais se tornem aceitáveis e frequentes:

Olhe, duas mulheres, pra mim, era coisa do outro mundo. Eu vivia na faculdade, meu círculo de amizade era todo homossexual. Mas só que, assim, eu não sabia, né? Eu não desconfiava. [...] Logo que eu descobri, que as meninas eram... homossexuais, eu fiquei chocada, eu fiquei, sabe aquele negócio horrorizada? Que eu pensei que nunca... que isso só existia em filme? Não imaginava que eram tão próximas da minha convivência. Aí pronto. Como é que eu soube? Quando eu soube, eu tive uma crise alérgica, crise de gastrite... (Patrícia).

O discurso performático em torno destas descobertas irá colocar as mulheres em um lugar de transformações pessoais que possam garantir uma melhor aceitação da homossexualidade para, em seguida, investir na nova modalidade conjugal. Patrícia deixa claro no seu discurso abaixo que a descoberta da sua condição homossexual perpassa os caminhos da redescritção dos seus hábitos, mostrando que uma vez avançada esta fase de transição, a relação com outra mulher se transformou em algo prioritário na sua vida. O obstáculo ainda presente está ligado ao seu exercício da parentalidade junto ao filho e às demandas sociais em torno das exigências acerca do núcleo familiar composto pela mulher com um homem. O lugar do pai e a sua dúvida acerca da distribuição de papéis na conjugalidade atual fazem com que ela formule alguns questionamentos acerca da importância da presença deste pai na convivência diária com o filho. Este fato nos mostra que a própria vivência da maternidade passa pelo mesmo processo de redescritção, pois os novos investimentos afetivos a levam a assumir outros lugares também diante dos filhos. Por outro lado, na sua relação com uma mulher, Patrícia se mostra totalmente segura:

Até uma vez, conversando com Telma [a companheira], a questão do pai, de vez em quando a gente pára prá conversar essas coisas. (Telma fala): “Tu não é segura em relação a isso não”. Eu fiz: “Olhe, eu sou supersegura em minha relação com você, eu tenho certeza que eu quero viver com você o resto da vida, certo? Mas eu, ainda, não tenho... fixado essa questão, como tratar isso com Elton [o filho], e isso às vezes me consome”.(Patrícia).

Não é necessário reafirmar que a experiência de uma mulher não foi igual à das demais. Enquanto algumas delas lidaram melhor com este processo de transição, outras vivenciaram fortes dificuldades diante dos desafios colocados pelas práticas afetivas e sexuais, até então inéditas nas suas vidas. Neste sentido, Saraiva (2007) pesquisou homens que vivenciaram este mesmo processo de transição entre uma conjugalidade heterossexual para uma conjugalidade homossexual. Os seus dados se mostram diferentes daqueles que encontramos nesta pesquisa, pois para o autor os homens decidiram assumir as suas homossexualidades em algum momento das suas relações hetero com filhos, nos levando a entender que nas experiências destes homens, a homossexualidade sempre esteve guardada dentro deles. Eles sempre tiveram certeza acerca dos seus desejos homossexuais e fizeram do casamento heterossexual uma forma de negócio, uma estratégia para fugir do estigma da homossexualidade e para responder às demandas sociais lançadas sobre eles.

No caso das mulheres participantes desta pesquisa, a maioria apontou esta experiência de descoberta homossexual como algo novo e inaugural de uma outra modalidade conjugal e de novas práticas sexuais. A descoberta da condição homossexual não depende de desejos anteriores que determinam um processo de assumir a homossexualidade, ou mesmo como aquilo que alguns autores chamam de “saída do armário.” Para estas mulheres, o processo de descoberta destes afetos e desejos pelo feminino simplesmente aconteceu.

Se para os homens, “o casamento hetero foi uma forma de negócio” (SARAIVA, 2007, p.75), para as mulheres que participaram desta pesquisa, esta experiência foi construída a partir do desejo. Independentemente da intensidade destes desejos de umas em relação às outras, nenhuma fez do casamento heterossexual uma forma de negócio, como uma máscara capaz de esconder das suas relações sociais, as suas homossexualidades.

Eu acho assim, se eu tivesse tido um casamento feliz, pelo menos durante um bom tempo, isso [o desejo por mulheres] não ia despertar em mim, nem tão cedo. Mas por um acaso se eu me separasse, tendo ou não tendo um casamento muito bom, tendo uma experiência ótima em relação a isso, mesmo

ela tendo naufragado, talvez um dia ou outro eu tivesse despertado isso (Carmem).

Na concepção de Carmem, o casamento com homens não foi uma experiência tão negativa, apesar das suas queixas em relação às ausências do seu ex-esposo. Isso nos mostra que a conjugalidade hetero ou homossexual implica sempre investimentos e disponibilidade para que estas relações sejam levadas adiante. Enquanto viveu uma relação sexual e afetivamente gratificante com um homem, ela julga ter estado disposta a continuar a investir no seu casamento. Mas a partir do momento em que surgiram as rachaduras, ameaçando as estruturas afetivas e de fidelidade, ela achou melhor optar pelo rompimento desta conjugalidade, para em seguida investir em outras possibilidades. Entre elas, a de encontrar uma mulher e se apaixonar por ela, investindo nos afetos e nas muitas possibilidades que esta nova relação lhe proporcionou.

2.3 Os ditos e não-ditos da sexualidade e das homossexualidades

Definir a homossexualidade num contexto pós-identitário não é algo simples, pois as suas múltiplas possibilidades não permitem nenhum tipo de enquadramento ou limitação. Carmem tem 36 anos, realiza uma atividade como funcionária pública e gosta de trabalhar com artes nas horas livres. Ela é uma das nossas participantes e viveu um relacionamento heterossexual durante sete anos, do qual teve um filho que hoje está com 14 anos. A sua relação com outra mulher tem quatro meses. Quando vai falar sobre a sua homossexualidade, ela não consegue realizar uma definição simplificada, pois a sua identificação não se mostra engessada nos moldes conceituais de uma homossexualidade fixa:

Amigas minhas dizem que eu fiquei lésbica, digamos assim... Quer dizer, eu vivo uma situação atual lésbica, por isso que eu falo assim: Eu estou lésbica. Eu não me sinto, não é por negação. Porque eu acho que quem é lésbica mesmo tem os homens só como amigos, não sentem o menor tesão por eles (Carmem).

Nos estudos sobre as identidades, as sexualidades e as homossexualidades, as Ciências Sociais trouxeram significativas contribuições para o campo não apenas das homossexualidades, mas da própria sexualidade. Se durante a maior parte do século XX a sexualidade humana encontrou-se ignorada pelas reflexões sociais é porque a experiência da sexualidade parece estar fortemente conectada à nossa existência biológica (PARKER; BARBOSA, 1996). Talvez, por isso, tenham predominado durante tanto tempo os estudos sobre a sexualidade no campo das Ciências Biomédicas, que buscavam priorizar as práticas psiquiátricas voltadas muito menos para os problemas imediatos da vida social.

Se hoje é possível encontrarmos uma vasta contribuição destas Ciências Sociais no campo das sexualidades, é porque as necessidades em torno desta investigação se fizeram indispensáveis para uma melhor compreensão destas práticas e para incluir as questões subjetivas envolvidas em todo o exercício das sexualidades. As amplas modificações sociais ocorridas a partir da década de 1960 em relação ao movimento feminista, *gay* e lésbico apresentam fortes contribuições para este olhar mais atento da Sociologia e para as questões decorrentes das vivências particulares acerca das sexualidades e suas múltiplas práticas (PARKER; BARBOSA, 1996).

Os pesquisadores da sexualidade conseguiram introduzi-la no centro do desenvolvimento humano, retirando-a do anonimato da frieza vitoriana, baseando as suas visões da sexualidade em fixos modelos de controle e de repressão (GAGNON, 2006). Por um lado, muitas pessoas começavam a ter mais acesso às discussões acerca da sexualidade, enquanto, por outro, diversas correntes tentavam impedir a disseminação dos conhecimentos acerca das práticas sexuais. Com isso, o papel da pesquisa e dos pesquisadores nesta área passou a instigar importantes discussões nas sociedades, oferecendo pontos de referência acerca das práticas sexuais e esclarecendo a compreensão geral acerca dos conteúdos dos debates ideológicos sobre o que viria a ser certo ou errado nas sexualidades das sociedades.

Nas concepções de Carrara (2005), a sexualidade sempre foi fonte de prazer e bem-estar, além de ser posta em um plano fundamental para a construção das identidades pessoais e sociais das pessoas. O problema é que

ela sempre foi colocada no lugar do perigo em detrimento do seu potencial de prazer, sendo muito mais conhecida pelo seu perigo de ameaça à sociedade, do que por ser um agente de transformação social. “Conhecemos muito mais sobre a sexualidade que de algum modo nossas sociedades definem como problemática e perigosa” (CARRARA, 2005, p.19). É por isso, afirma o autor, que sabemos hoje muito mais sobre as sexualidades dos homossexuais do que dos heterossexuais, das mulheres do que dos homens, dos jovens do que dos adultos. É como se o fantasma da vulnerabilidade trouxesse consigo uma força propulsora inquestionável, capaz de mobilizar e provocar investimentos múltiplos sobre os temas que, de forma fantasmática, ainda assombram muitos setores de diversas sociedades.

Não esqueçamos que os temas sobre sexo sempre estiveram na lista dos assuntos proibidos em muitas instâncias sociais. Excluí-los foi ao mesmo tempo uma forma de controlar as pessoas e os seus desejos, como uma questão política de manter a ordem das coisas, deixando claro que qualquer tipo de prática sexual merecia ser controlada, vigiada e principalmente excluída de qualquer setor da sociedade.

Aliás, somente pela exclusão do sexual é que muitos aspectos da ordem social normal podiam perdurar, uma vez que a ausência dele era necessária para manter a ortodoxia vigente das relações entre os gêneros, além de estar implicada no significado da vida religiosa, econômica e política (GAGNON, 2006, p.73).

Trazer ao contexto social as questões sobre as sexualidades era trazer à cena diversos questionamentos acerca do prazer, a plena vivência da sexualidade, da possibilidade de a mulher fazer escolhas relativas aos seus prazeres. Falar sobre isso era também questionar os poderes inabaláveis do homem nas sociedades e das desigualdades de gênero nos setores privados e públicos. Excluir estas práticas sexuais e ocultar os questionamentos acerca delas ajudavam a manter uma certa ordem, inclusive nas estruturas inabaláveis da família como célula principal mantenedora das ordens sociais.

A partir deste ponto de vista, é possível compreender porque as perguntas sobre a homossexualidade sempre estiveram ligadas às questões patológicas (e por isso, negativas). Construir este conceito baseado na doença

torna mais fácil desenvolver a culpa nas pessoas que mantinham estas práticas sexuais consideradas pecadoras, fazendo com que muitos homens e mulheres ocultassem em si os seus desejos por pessoas do mesmo sexo. Colocar à margem estas pessoas era manter a ilusão de que jamais a família estaria em desordem, pois enquanto a ordem perdurasse, os homens ficariam no poder e as mulheres se manteriam no sofrer.

Há na atualidade um vasto material teórico voltado às investigações acerca das homossexualidades, apontando que todo o investimento científico acerca das suas manifestações enquanto quadro clínico já não serve de referência para a sua compreensão. Hoje, a voz destas práticas sexuais fala sobre as suas experiências a partir das subjetividades dos muitos homens e mulheres que não se enquadram nos quadros clínicos vigentes em outros tempos.

É preciso questionar toda e qualquer tentativa de enquadramento das experiências voltadas à sexualidade. É certo que durante muito tempo o dia-a-dia dos homens e das mulheres homossexuais foi marcado pela discriminação, caracterizando um modelo de repetição da exclusão social que os colocou sempre num lugar à parte das sociedades. Uma tentativa de romper com este ciclo que não cessa de girar é apresentada por alguns autores citados por Luiz Mello (2005), que propõe que as pessoas não são homossexuais ou heterossexuais, mas apenas as suas relações, como uma forma de resistência contra a padronização, a massificação e a homogeneização construídas e mantidas sempre pelas regras heterossexuais.

Do estigma patológico à construção de uma identidade homossexual, a homossexualidade passou por diversas fases políticas, trazendo sempre à cena social muitos questionamentos e outras formas de pensá-la. “A homossexualidade, como um misto de desejos e não mais um sintoma ou um diagnóstico, passa a ser reinventada pelos próprios homossexuais” (MELLO, 2005, p.197), deixando claro que não se trata de um adjetivo capaz de qualificar as pessoas que se identificam com esta prática. Por trás da homossexualidade, existem pessoas que trazem consigo outros desejos, outros papéis e outras ações que vão além das suas práticas sexuais (que também são múltiplas).

O fato de que muitos homens e mulheres vivenciem as particularidades de uma conjugalidade heterossexual, e em algum momento passem a deslocar os seus desejos sexuais para as relações homossexuais, faz com que se reduza a homogenização das identidades gays e lésbicas (GAGNON, 2006). O velho padrão que dita as normas diante de quaisquer práticas homossexuais vai perdendo o seu poder estigmatizador das sexualidades, abrindo espaço para uma nova forma de pensar a homossexualidade: uma homossexualidade sem uma única identidade, mas como portadora de várias identidades.

Este tema logo foi expandido como um dos assuntos de interesse dos pesquisadores, fazendo com que se dessem os primeiros passos para uma construção da homossexualidade que não se resumia a uma doença. Os avanços no campo das sexualidades permitiram a respeitabilidade desses espaços cada vez mais amplos para se construir uma percepção das homossexualidades, baseada na natureza da vida comunitária dos gays e das lésbicas, considerando que todos compartilham de uma cultura em comum (GAGNON, 2006). Por um lado, abre-se mão das questões acerca da adaptação e da Psicopatologia enquanto características pessoais. Por outro, passa-se a ver no sexo algo importante para os homens e mulheres homossexuais, ampliando a compreensão de que são diversos e múltiplos os estilos de vida entre eles e elas. O interesse é ampliado para as questões existenciais destas pessoas, pois as suas práticas sexuais já não estão no centro de todas as suas vivências.

Essa postura no estudo da homossexualidade para as homossexualidades, isto é, as variadas maneiras de lidar com a preferência homossexual. Recentemente, essa mudança de perspectiva na forma de lidar com a homossexualidade começou a afetar também o estudo da heterossexualidade. Uma vez situado o sexual num contexto cultural e histórico, passa a haver não apenas homossexualidades, mas também heterossexualidades (GAGNON, 2006, p.103).

Colocar a heterossexualidade neste novo lugar foi um grande avanço, pois esse momento marcou a desconstrução de uma prática sexual que passou muito tempo sendo inquestionável e inabalável, por ter sido considerada sempre como natural ao humano. Se a sua estrutura sempre foi tomada como rígida e inflexível, agora ela passa a ser vista como mais flexível e diversificada. Dizer que ela é plural é dizer que as pessoas sentem atração por

peças do outro sexo, mas estas atrações e práticas sexuais podem variar de acordo com os desejos e as pessoas envolvidas nestas práticas. Assim, rompe-se com o modelo de homem fiel à mulher e da mulher dedicada exclusivamente ao homem. Descobre-se também que um casal em nenhuma hipótese é igual a outro, deixando clara a condição plural, também, das heterossexualidades.

Este olhar mais flexível em torno das heterossexualidades e das homossexualidades fez com que elas fossem discutidas num âmbito público mais ampliado. No campo do Direito, percebe-se que há uma oscilação do movimento homossexual, que ora segue para o lado da reivindicação de uma não-interferência da sociedade nas escolhas ligadas à liberdade individual e à esfera privada, ora este seguimento vai para o lado da reivindicação do reconhecimento público e legal destas escolhas afetivas e sexuais (CARRARA, 2005). Na esfera particular destas discussões, é preciso tomar alguns cuidados, pois na medida em que a homossexualidade passa a ser posta como elemento reivindicador dos seus direitos, os homossexuais passam a ocupar um lugar simbólico na sociedade brasileira e se tem percebido que este lugar é marcado pela vitimização dos *gays* e das *lésbicas*, como categorias minoritárias marcadas pela diferença. “A posição de vítima universal reivindicada por certos militantes pode dar lugar ao homossexual tolerado, normalizado ou até generosamente reconhecido em certos direitos” (CARRARA, 2005, p.23). A conjugalidade e a parentalidade entrariam na arena destas disputas por direitos naturalmente reconhecidos aos heterossexuais, mas até que ponto este caminho nos indicaria mudanças mais amplas ligadas às transformações de valores em torno da família?

O próprio Carrara (2005) sugere que se realizem discussões a partir de uma crítica aos fundamentos da família, ao invés de tomarmos a conjugalidade homoafetiva em comparação à conjugalidade heteroafetiva. Na medida em que se defende a idéia de um casamento gay, passa-se a manter no lado oposto o casamento heterossexual de forma intacta, como se esta alternativa conjugal se mantivesse no seu lugar exclusivo e prioritário acerca da conjugalidade e os laços construídos pelos seus mecanismos internos e externos se mantêm inalterados. Mais uma vez, a sociedade heteronormativa estaria sendo instituída e reconhecida como tendo os seus valores inabaláveis.

O que deve ser feito é um exercício (ou diversos deles) capaz de colocar à prova os valores heteronormativos e a crença de que toda família somente pode ser reconhecida a partir da junção entre duas pessoas de sexos diferentes. Questionar a criação destas doutrinas fixas acerca da conjugalidade e principalmente da parentalidade é propor alternativas possíveis para que todas as pessoas tenham o direito de exercê-las de acordo com o seu estilo de vida e suas possibilidades afetivas, financeiras ou culturais. Pois, como nos mostra Costa (1999), no final do século XIX, o amor se tornou de forma fantasmática, algo onipotente, onipresente e onisciente: “A liberação e a emancipação das chamadas minorias sexuais trouxe, para muitos, a esperança de realização amorosa, aumentando, assim, o investimento afetivo no ideal do amor” (COSTA, 1999, p. 19-20). Aos poucos, o amor se amplia para infinitas possibilidades, passando por cima, inclusive, das limitações acerca das divisões dos gêneros. O amor passa a não mais ter sexo, mostrando que a construção de uma relação conjugal não depende do sexo do outro.

Já em relação à parentalidade, nem sempre é possível determinar quando e como alguém virá a ser pai ou mãe. E hoje se sabe que esta experiência não depende apenas dos fatores biológicos para que possa acontecer. A parentalidade surge para priorizar exatamente os pais e as mães não biológicos e aqueles que o são biologicamente, independentemente de como a criança chegou à vida das pessoas. Ela faz parte da vivência parental e não da vivência gestacional apenas, mostrando que para alguém ser pai ou mãe não depende que se tenha gerado biologicamente o filho. A parentalidade busca ampliar estas possibilidades parentais, abarcando circunstâncias que passaram muito tempo inomináveis, na medida em que muitas situações que envolviam os cuidados de crianças pelos adultos foram perpetuamente marginalizadas ou negligenciadas. Hoje se sabe que para alguém ser pai ou mãe é preciso muito mais do que gerar: é preciso amar e dedicar a este filho as atenções devidas ao seu desenvolvimento saudável.

Quando se pensa na parentalidade exercida pelos casais compostos por mulheres, alguns fatores se mostram evidentes. Não foi possível e também não era o nosso intuito identificar formas universais de exercício das parentalidades no universo feminino com filhos. Algumas evidências, porém, deixaram claro que a homossexualidade feminina traz consigo particularidades

merecedoras de discussão, principalmente quando se fala nas questões acerca das suas parentalidades. Não é possível afirmar que existe uma homossexualidade feminina, mas diversas delas, pois as formas de ver e de viver destas mulheres são tantas que se torna impossível tentar colocar de forma fidedigna como elas se mostraram (e se ocultaram). Algumas perguntas porém, se mostram importantes neste momento: Como estas mulheres se diferenciam e se igualam e onde estão os pontos que fazem algumas delas serem identificadas como lésbicas, enquanto outras não o são? Estas perguntas nos levaram a pensar e formular outra questão: Existe uma estética da homossexualidade feminina nestas experiências conjugais e parentais?

2.4 Uma estética da homossexualidade feminina

Antes de mergulharmos nas particularidades das conjugalidades entre mulheres, é importante compreender alguns aspectos acerca da homossexualidade feminina, desconstruindo algumas idéias formuladas ao longo do tempo em torno da lésbica. Não desejamos realizar comparações entre as lésbicas e os *gays*, mas situar teoricamente alguns aspectos históricos da homossexualidade feminina, dando ênfase ao lugar do seu corpo e de toda a comunicação realizada por ele.

Pensar em uma estética da homossexualidade feminina é lançar olhares para os seus corpos, gestos, falas, vestimentas. É tirar as vendas dos olhos para perceber que os aspectos construídos acerca daquilo que chamamos de lésbica estão equivocados, ou pelo menos sem consistência prática condizente com a realidade atual. Tentaremos desconstruir a idéia de que a lésbica é um ser descritível pelos seus gestos e formas de se vestir, pela forma de falar ou se comportar. As mulheres atuais já não precisam apelar para a vestimenta masculinizada ou gestos bruscos, com o propósito de viver uma relação de amor com outras mulheres. Esta é mais uma expressão de que a homossexualidade feminina também se mostra sob muitos prismas.

No ano de 1980, Cassandra Rios (2006) escreveu um romance intitulado *Eu sou uma lésbica*, contando na primeira pessoa a história de uma menina (e mais tarde uma mulher) que havia se apaixonado pelos corpos femininos. Um

dos trechos do livro chama a atenção pela descrição estética de uma homossexualidade (im)própria às mulheres:

Se eu cortasse os cabelos, mamãe teria um choque, e papai talvez até chorasse de desgosto, pois já andava implicando pelo fato de eu só querer usar as camisas de Renato, isto porque Núcia dissera que eu ficava muito bem de camisa, melhor do que com os meus vestidos. Vestidos não eram para mim. E eu comecei a só andar de calça comprida, camisa, jaquetas, sapatos de **solões** bem esporte, camisetas, sentindo-me cada vez mais liberta das apreensões e do medo de que os outros descobrissem o que eu era. Mas não era influência de Núcia; eu apenas estava me encontrando melhor dentro da minha indumentária preferida (RIOS, 2006, p.65).

Negar os artifícios predominantemente femininos foi, durante longo tempo histórico, um dos atos mais adotados pelas lésbicas. Diante das limitações de um tempo que não reconhecia a clandestinidade das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, muitas mulheres realizaram verdadeiras transformações nos seus corpos femininos, para que chegassem à possibilidade de se envolver com outras.

Independentemente do tipo de prática homossexual vivenciada entre mulheres, a diferença se imprimia no *status* entre elas e suas parceiras. A mulher ativa, masculinizada, aquela que fazia o papel do homem, sofreu mais discriminações do que aquelas mais femininas. A lésbica masculinizada era considerada vítima de uma imaginação doentia construída pela heteronormatividade. Não esqueçamos que o desejo não tem muita escolha em relação ao objeto de investimento afetivo eleito. Há ainda hoje muitas mulheres que priorizam se relacionar com outras mulheres mais masculinizadas. O fato de algumas delas serem capazes de denunciar a sua homossexualidade provoca o desejo de outras mulheres mais femininas. É o caso de Manuela:

Mas assim, eu decidi assumir mesmo essa relação. Eu sei que lá no meu trabalho, as pessoas falam de mim: “largou o marido... ela virou sapatão, largou o marido....” Porque ela é bem pintosa. E eu adoro isso! (Risos...). Não sei porque, mas o que sempre me atraiu foi mulheres assim não femininas. Eu sou mais feminina que ela. Apesar de ter assumido mais um pouco esse meu lado, eu não sou mais tão feminina como antes.[...] Mas é... me atrai muito essa coisa dela, não é que eu

quero um homem, não, eu quero ela desse jeito que ela é
(Manuela).

*Eu não sinto atração por mulheres másculas, não tenho nada
contra. Eu tenho amigas que são, mas eu não sinto. Eu acho
assim, pô, se eu... é aquela história, parece um chavão, né?
Se eu quisesse mulher máscula eu tava com um cara, sabe?*
(Carmem).

Enquanto Manuela prefere se relacionar com uma mulher mais masculina, Carmem prefere se envolver com mulheres mais femininas. Independentemente destas escolhas e da eleição dos objetos de investimento afetivo destas mulheres, o que nos interessa apontar e compreender é que nestas relações sempre estão em cena os seus corpos e as comunicações estabelecidas por eles. Como veremos no capítulo sobre as parentalidades destas mulheres, as comunicações performáticas em torno das suas conjugalidades serão importantes para a revelação ou a manutenção destes vínculos como secretos nos mais diversos setores sociais.

Antes devemos entender o que se passou acerca da construção histórica da homossexualidade feminina, pois ela nos dará subsídios para uma compreensão mais ampla acerca das novas famílias surgidas a partir das conjugalidades e das parentalidades destas mulheres. No momento, é preciso afinar a lupa na história da homossexualidade feminina para uma melhor compreensão de uma história tão marcada pela exclusão e pelo anonimato.

Navarro-Swain, citada por Bento (2006, p.79) propõe que esta discussão seja levada para as particularidades do movimento feminista, quando levanta a seguinte questão: “Se as mulheres começaram a surgir na história a partir do feminismo, onde se escondem as lésbicas, em que nichos de obscuridade e silêncio se pode encontrá-las?” Esta problemática chama outra que está ligada à opressão de gênero gerada durante muito tempo nas mulheres lésbicas. Não é fácil encontrar na história da homossexualidade ou mesmo na história das mulheres referências que apontem fatos profundos desta categoria de sexualidade. Parece que a lésbica foi colocada na história da humanidade, como um sujeito à parte, estigmatizado, por estar sempre em comparação com o homem. Não é por acaso que foi referenciada ao longo do tempo, como um homem sem pênis, masculinizada por excelência:

O caso mais documentado foi, porém, o da alemã Catharina Linck, executada no século XVIII. Catharina também assumiu a persona masculina, serviu como soldado em vários exércitos e, forjando falsos nomes e identidades, casou-se duas vezes com a mesma mulher, a primeira vez na Igreja Luterana e a outra, na Igreja Católica (VAINFAS, 2006, p.125).

Outras jovens aparecem nas histórias das mulheres e em especial das lésbicas. As suas descrições procuram revelar as capacidades encontradas por elas para driblar as normas de gênero, fazendo-se passar por homens fortes e corajosos que saíram para lutar nas guerras, atividade na época exclusivamente masculina. Poucos autores falam dos seus amores, das suas paixões e intimidades, fazendo crer que este fato era algo inexistente ou muito escondido, um segredo guardado a sete chaves.

É preciso, porém, ressignificar estas histórias, descortinando os aspectos mais obscuros colocados na história da mulher e principalmente na história da homossexualidade. Se a lésbica sempre existiu, por que foi tão necessária a sua ocultação? Há algo mais a ser dito, pois se hoje ela vivencia um período histórico inédito na história da homossexualidade – a visibilidade lésbica (BORGES, 2007) –, é porque muita coisa já aconteceu ao longo do tempo.

Um alerta é realizado por Bento (2005), quando nos mostra que neste caso se coloca um desafio: deve-se pensar em construções teóricas que habilitem aqueles que divergem da norma heterossexual. Ainda que tenhamos avançado neste campo, muito há de ser feito, pois diversas mulheres que mantêm um relacionamento afetivo com outras são alvo de questionamentos e indagações, lançadas pela própria sociedade.

O movimento feminista traz uma contribuição importante para justificar este fato, afirma Viñuales (2000). Dois aspectos o denunciam: a ausência de recursos econômicos da mulher em geral e o caráter patriarcal da nossa sociedade constituem a causa principal da invisibilidade lésbica. Estes aspectos expressam os fatores que impedem as mulheres de instituir uma identidade lésbica.

Torna-se imprescindível separar gênero e sexo para se falar sobre a constituição das identidades sexuais. As relações estabelecidas através da homossexualidade e da heterossexualidade mostram que os seres humanos se

movem e se relacionam sobre a base de múltiplos símbolos e definições a respeito de uma situação, objeto ou pessoa. Viñuales (2000, p.19) afirma que “cultura es lenguaje y la sexualidad, en la medida en que forma parte de una cultura, también lo es.” Para a autora, falar sobre o lesbianismo enquanto prática sexual implica uma averiguação dos elementos sociais que o conformam. A diversidade de significados que uma conduta pode ter é tão ampla que nos permite uma vivência da realidade de forma diferente, segundo a linguagem, o significado social e o valor atribuído a estas experiências vitais. Este fato torna-se mais forte quando se trata da conjugalidade e da parentalidade, como veremos adiante.

Entre estas dúvidas lançadas às mulheres predomina aquilo que Heilborn (1996) chama de elaboração de uma identidade social/sexual. Entenda-se identidade social como um conjunto de marcas sociais, que colocam o sujeito como alguém que não traz em si aspectos estáticos desta constituição. Pelo contrário, a modelação da pessoa revela três dimensões que se intercalam: 1) existe um elenco de atributos e traços que constituem classificatoriamente o sujeito (idade, gênero, cor, etc.); 2) estes atributos inserem-se num campo de significações sociais em que outros eixos classificatórios estão presentes; 3) estas marcas se expressam por meio de valores que destinam ao sujeito particularidades capazes de articular imagens de si na relação com o outro.

Neste caso, é a partir de como se percebe que o sujeito se relacionará com outro. Através da trama social, é que haverá o processo de interação. Se o outro me reconhece de tal ou tal forma, é porque eu trago em mim atributos já postos na sociedade. Caberá, portanto, a mim ajustar-me a estas normas ou tentar subvertê-las, fazendo-as se adaptarem a qualquer nova condição pela qual eu tenha experienciado. “Neste sentido, a identidade social constitui-se na atualização de princípios de classificação social ordenados por valores que fabricam e situam os sujeitos” (HEILBORN, 1996, p.137). Não se pode deixar de reconhecer que toda relação social emerge de uma relação de poder – ou diversas delas –, que se compromete por colocar os sujeitos nos mais diversos lugares.

Nas sociedades ocidentais, é possível perceber que no centro das relações sociais encontra-se a identidade sexual. Com isso, a sexualidade

ocupa lugar de destaque acerca de tudo o que uma pessoa pode ser. Ela irá ocupar um lugar privilegiado na sociedade, determinando aquilo que Foucault (1979) chama de a verdade do sujeito:

Como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ela tenha sido considerada como o lugar privilegiado em que nossa verdade profunda é lida, é dita? (FOUCAULT, 1979, p.229).

Assim, nada escapa à sexualidade. Com isso, os seus dispositivos precisam, permanentemente, ser (re)significados. Para Giddens (1993, p.25), “a sexualidade funciona como um aspecto maleável do eu, um ponto de conexão primário entre o corpo, a auto-identidade e as normas sociais.” Isso faz com que todas as práticas derivadas da sexualidade construam novas representações. E, na medida em que o sexo ganha novo *status* e passa a ser falado, também passa a ser questionado e investigado. Sob este prisma, a sexualidade – sobretudo a homossexualidade – passa a ser também perseguida, através de tentativas de opressão e repressão.

No caso específico da mulher homossexual, este fato traz algumas particularidades. Uma vez que a mulher é colocada no lugar de inferioridade em relação ao homem, a condição homossexual é algo que fará uma diferença. O estigma do sexo frágil destinado à mulher é reforçado pelos preconceitos típicos da Sapatão, construídos ao longo do tempo, reforçando a discriminação e a exclusão das mulheres que amam outras mulheres.

A expansão da homossexualidade nas sociedades ocidentais está marcada por este lugar. Isso levou muitas pessoas a se sentirem inferiorizadas e marcadas pelo estigma da diferença. Hoje, o que percebemos é um outro olhar para a homossexualidade e para as relações que dela se desdobram. Heilborn (1996) aponta um novo perfil para que seja possível uma outra leitura destas relações. As normas e os comportamentos de valorização da singularidade individual, a afirmação da homossexualidade como estilo de vida e o abandono da coabitação como regra são referenciados e tomados como princípios de relações sociais igualitárias.

Na sua análise, as mulheres que se relacionam com outras estão enquadradas em um universo de valores que transcendem a orientação sexual. Elas são lésbicas, mas não é esta categoria que determina a construção das suas identidades. Este fato também foi observado nesta pesquisa.

Eu sempre fui muito ligada assim, não sei se isso explica no momento, mas eu sempre fui muito ligada às pessoas, eu nunca fiquei atraída pelo homem por ser o homem. Era a figura da pessoa, assim que me encantava antes para chegar a uma sexualidade depois. Eu não sei se isso já era um caminho para eu aceitar as duas vertentes da coisa, o sexo realmente... Aí hoje eu digo: o sexo não é uma barreira pra mim, de restrição. Isso me fez sentir melhor, mas na época até eu entender isso e achar que isso era uma realidade em mim foi complicado. Eu não sabia nem o que fazer, na verdade, no... foi um aprendizado (Viviane).

A homossexualidade não está no centro das suas vidas como algo exclusivo. Elas são “mulheres que mantêm relações amorosas estáveis com outras mulheres, sem que a classificação de homossexual seja a predominante em suas definições de vida” (HEILBORN, 1996, p.140). A identidade sexual, porém, não é algo central nas suas identidades sociais.

William Naphy (2006) nos mostra que a variedade de atividades sexuais exercidas pelas pessoas ao longo das suas vidas sugere que a sexualidade não pode ser considerada como algo que possui um modelo único. Ela funciona num contínuo permanente. Esta idéia de movimento atrelada à sexualidade irá contrapor os argumentos de que a natureza e a genética são as responsáveis por certas inclinações sexuais. “Assim, homossexual é alguém que entende que é homossexual porque ele/ela vive numa sociedade que classifica o seu comportamento dessa maneira” (NAPHY, 2006, p.13). Logo, a homossexualidade ganha o *status* adjetivante da pessoa. É uma qualidade (ou defeito?) inseparável do sujeito.

Não podemos esquecer que durante muito tempo a homossexualidade foi reverenciada como uma categoria patologizante,¹⁰ o que fez com que muitos homens e mulheres fossem atingidos e atingidas pelo estigma da doença e da

¹⁰ . Sobre a idéia de homossexualidade como patologia, ver Giddens (1993), Barbero (2005), Lindenberg, (2005).

inferioridade, tendo diretamente afetadas as suas subjetividades. Como nos mostra Costa (1992, p.14), “Vocabulários diversos criam ou reproduzem subjetividades diversas. E, conforme a descrição de nossas subjetividades, interpretamos a subjetividade do outro como idêntica, familiar ou estranha.” No caso da homossexualidade, inserida no contexto heteronormativo – modelo hegemônico por excelência de vivência da sexualidade – só resta a ela ficar na superfície, negada e discriminada, diziam as diversas sociedades.

Aprendemos com isso a estigmatizá-la, demarcando os seus lugares e possibilidades relacionais. Para Goffman (1988), o estigma se caracteriza como referência a um atributo profundamente depreciativo que enquadra sujeitos diversos a partir dos seus comportamentos ou características pessoais consideradas desviantes. A força estigmatizante lançada à homossexualidade reforça a perspectiva social de que a preferência por pessoas do mesmo sexo está na ordem da diferença depreciativa.

Para o autor, o estigma emana constantemente informações sobre o indivíduo estigmatizado. Estas informações indicam de que pessoa se trata, a qual estigma se refere, falando sem palavras sobre as suas características, seus estados de espírito, seus sentimentos ou intenções. “Esta informação, assim como o signo que a transmite, é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere” (GOFFMAN, 1988, p.53). A mulher que se nomeia lésbica não poderá fugir deste lugar. Ainda que hoje estas mulheres não reproduzam modelos estigmatizados e enquadrados numa suposta masculinização dos seus gestos, o simples fato de ir para a cama com outra mulher parece colocá-la neste lugar marcado pela diferença.

Conviver desde cedo com a representação da homossexualidade de forma pejorativa e deteriorada traz conseqüências desastrosas à vida destas pessoas. Muitas delas desenvolverão o que Castañeda (2007) chama de homofobia interiorizada, uma experiência subjetiva que desemboca na construção de fortes conflitos existenciais de forma constante. Ela não tem fim: “ressurge, sob diferentes formas, ao longo do ciclo vital. Complica a percepção que o homossexual tem de si mesmo e dos outros” (CASTAÑEDA, p.143). Sob este prisma, a maioria das pessoas que se sentem atraídas por outras do mesmo sexo passaria por um processo de rejeição-aceitação da sua própria

homossexualidade e dependendo do grau de aceitação ou rejeição dos seus desejos, as suas vidas determinarão outras formas de relacionamento.

A palavra homofobia vem nomear atitudes hostis em relação à homossexualidade de homens e mulheres (BORRILLO, 2001). A repulsa irracional por *gays* e lésbicas é o componente primordial da sua manifestação. Esta ação procura sempre apontar o outro como contrário, inferior ou anormal, reforçando a homossexualidade como algo estranho, discriminado e rejeitado. A heterossexualidade compulsória seria, portanto, um dos principais agentes responsáveis pela sua produção e reprodução.

Para Castañeda (2007), a homofobia serve para legitimar a própria orientação sexual dos heterossexuais. Os valores morais e os costumes sexuais são reforçados como algo natural e superior, permitindo que homens sintam-se mais homens e mulheres sintam-se mais mulheres. As suas práticas sexuais estariam sendo reconhecidas como normais, de forma que se (re)conheça a heterossexualidade como uma prática normativa.

O que se observa é que este comportamento homofóbico não é uma ação exclusiva da heterossexualidade. Muitos homossexuais apresentam este comportamento em relação a outras pessoas, o que de certa maneira terá conseqüências sobre a sua própria homossexualidade. Quando estas pessoas passam a reconhecer os seus desejos e as suas práticas sexuais como algo natural, a homofobia interiorizada poderá ou não ser diminuída.

No caso especial de uma relação amorosa com outra pessoa do mesmo sexo, este sentimento de inferioridade será corporificado por algumas dificuldades para se relacionar e para aceitar os seus relacionamentos ou práticas sexuais. Paiva (2007) observou que as experimentações amorosas destas pessoas surgem para desvelar os desejos pessoais e catalisar as negociações com as representações codificadoras da experiência amorosa.

Um dos mais fortes aspectos responsáveis pela dúvida de homens e mulheres homossexuais em relação às suas conjugalidades é a força invisível exercida pelo mito da família heterossexual, apresentado por Herdt e Koff (2000). As suas considerações mostram que faz parte do desenvolvimento das pessoas serem educadas para responder às exigências da família heterossexual. A mulher deve ser mãe, cuidar dos filhos e do esposo, ser uma dona de casa exemplar. Estatisticamente, este fato é reforçado de forma

insistente pelos diversos setores da sociedade. O mito de que a felicidade só pode ser alcançada quando as pessoas conseguirem responder a estas demandas conjugais heterossexuais traz conseqüências sérias para a vida dos homossexuais que preferem não esconder a sua condição homossexual.

As conjugalidades e as parentalidades exercidas pelos *gays* e pelas lésbicas deixam claro que estas demandas em torno da realização plena pela via heterossexual não é mais garantia do reconhecimento da família. Estas pessoas vêm compondo famílias entre si e este fato social serve para desconstruir o ideal de família nuclear como única forma legítima de família. No caso desta pesquisa, as mulheres foram convidadas a falar sobre as suas conjugalidades e parentalidades, mas descobrimos que estas experiências são muito mais amplas do que qualquer teoria é capaz de descrever.

Quando elas fizeram revelações sobre as suas conjugalidades e parentalidades, falaram sobre as suas histórias de vida, seus sonhos e sofrimentos, suas expectativas e realizações, seus prazeres e desprazeres. As suas narrativas se mostraram repletas de desejo por uma vida mais em paz, desejos por poderem vivenciar de forma mais plena as suas sexualidades. Ao escutar as suas palavras e os seus silêncios, percebi que ao falar sobre as suas vidas conjugais e parentais, estas mulheres comentavam sobre os seus cotidianos, sobre as suas ações no mundo, sobre os seus lugares de mães, mas também os seus lugares de filhas. Da mesma forma, quando descreviam as suas condições homossexuais, acabavam falando sobre as suas condições heterossexuais e as realizações e frustrações que estas relações foram capazes de lhes proporcionar.

Lanço agora o convite para uma navegação, sem um porto de chegada exato, acerca das conjugalidades e das parentalidades vivenciadas pelas mulheres em uma condição homossexual. Desde já, antecipo que esta navegação não foi uma viagem de calma, mas de muitos percalços encontrados no caminho. Nem sempre a maré foi somente leveza, mas não foi também somente agitação. A lição aprendida está fundamentada no fato de que estas mulheres estão vivendo as suas novas configurações familiares com muito prazer. O grande desafio destas famílias está em encontrar as suas próprias redescritões acerca das particularidades das suas relações, dos

encontros e desencontros, dos seus afetos e desafetos, das suas vidas singulares, mas principalmente plurais.

3 JOGO DE DAMAS: A CONJUGALIDADE ENTRE MULHERES

“Veja você, onde é que tudo foi desaguar
 A gente corre pra se esconder e se amar, se amar até o fim,
 Sem saber que o fim já vai chegar(...)
 Já não vejo motivos pro amor de tantas dúvidas não ter o seu lugar.
 Abra a janela agora,
 Deixa que o sol te veja: é só lembrar que o amor é tão maior.”¹¹

As conjugalidades vivenciadas por homossexuais ainda não conquistaram o universo público e manifestam-se quase exclusivamente através do universo privado. Muitos homens e mulheres elegem o espaço reservado da casa para vivenciar as suas experiências homoafetivas. Os lugares públicos, porém, ainda os deixam pouco à vontade para manifestar as suas mais singulares expressões afetivas.

Vivendo em uma sociedade que ainda se mostra predominantemente heterocêntrica, muitos gays e lésbicas reservam a manifestação dos seus desejos a uma expressão mais aceitável por esta sociedade. Olhares sutis, gestos discretos e corpos levemente falantes são exemplos suspeitos de que no espaço entre dois homens ou duas mulheres existe um algo mais. E no silêncio das suas palavras, os seus corpos tornam-se instrumentos reveladores de um discurso carregado de afetividades.

A partir do corpo, do silêncio e do desejo, daremos um passo na investigação acerca da conjugalidade homossexual feminina. Algumas formulações mostraram-se indispensáveis em um primeiro momento. Quem são estas mulheres que hoje se mostram dividindo espaços privados com outras mulheres e nestes mesmos espaços dividem o tempo com os cuidados dos filhos? Quais os aspectos que contribuíram na decisão de compartilhar com outra mulher o seu filho, a sua casa, o seu quarto, a sua cama, a sua vida? Quais as particularidades que inauguraram o momento do rompimento dos laços de uma conjugalidade heteroafetiva para constituir uma conjugalidade homoafetiva? O que faz essa experiência ser tão singular a

¹¹ Trecho da música *Conversa de Botas Batidas*, de Marcelo Camelo. Cantada por Los Hermanos no DVD: *Los Hermanos no cine íris*, 28 de junho de 2004.

estas mulheres que ainda enfrentam os olhares curiosos dos estranhos insistentes em encontrar nas suas conjugalidades a marca da diferença?

Estas são questões que se deslocam para tantas outras e antes de mergulharmos nas particularidades acerca da parentalidade vivenciada por estas mulheres, precisamos compreender como estão sendo experienciadas as suas conjugalidades. Uma vez que não estão sozinhas junto aos cuidados com o(s) filho(s), as suas companheiras passam a encontrar um lugar nesta relação, assumindo posturas que afetam, de alguma maneira, a vida das crianças. O vínculo afetivo construído nas relações conjugais, assumem a responsabilidade de trazer às crianças, uma nova dinâmica relacional capaz de apresentar novos lugares às companheiras das mães legalmente reconhecidas.

Durante a execução da presente pesquisa, estas duas possibilidades relacionais se misturam, mas não se confundem. As mulheres aprenderam a separar a conjugalidade da parentalidade, distinguindo o lugar do filho do lugar da relação sexual e afetiva com outras mulheres. Não se pode deixar de considerar que os filhos ocupam lugares privilegiados na vida destas mulheres, permitindo que elas realizem uma diferença nos afetos destinados à companheira daqueles dirigidos aos filhos, separadamente. As comunicações vivenciadas no interior destas relações se manifestam de formas distintas e o amor dedicado a cada um não se confunde, por trazer características distintas e histórias particulares.

Para uma compreensão mais ampla destas dinâmicas relacionais, é importante separar a conjugalidade da parentalidade, pois estas duas modalidades familiares apresentam particularidades muito próprias. É preciso compreender como estas mulheres estão vivenciando as suas conjugalidades, para que em seguida possamos conhecer as particularidades das suas parentalidades. É no universo composto pelo amor entre mulheres que entraremos agora.

2.1 Em busca do verdadeiro Estado da Arte:¹² o que prepara as mulheres para este momento?

¹² Esse termo foi utilizado por uma das entrevistadas que participaram da presente pesquisa. Ela utiliza o termo Estado da Arte para nomear um momento glorioso vivenciado através da conjugalidade por ela e sua companheira. Entre as suas experiências afetivas anteriores e a

Quando duas mulheres se encontram, ali estão presentes os seus corpos repletos de desejos e posturas, de gestos e olhares. Diferentemente da mulher lésbica apresentada ao longo da história da homossexualidade (NAPHY, 2006) e mesmo da história da mulher (VAINFAS, 2006), a lésbica atual não precisa infligir mudanças radicais nos seus corpos, para alcançar a possibilidade de se relacionar com outras mulheres.

Os fragmentos que mencionam as lésbicas nas histórias das mulheres e do amor no Brasil mostram comportamentos radicais realizados por muitas delas, para que fosse possível responder aos seus desejos por outras. Muitas lésbicas escolheram vestir-se e viver como homens, para que chegassem, inclusive, a se casar com outras. É somente no século XIX que o feminismo começa a marcar sua presença com a explicitação de idéias que defendiam a existência de um relacionamento sexual entre mulheres. O corpo feminino transformado em corpo masculino passa a ser um ingrediente necessário para que estas relações amorosas pudessem acontecer.

Este gesto foi perpetuado durante muito tempo por outras tantas mulheres. Os seus corpos precisavam de transformações que fossem capazes de driblar as normas de gênero. Com isso, modificavam-se modos de ser, de se vestir, de se comunicar. Transformava-se a mulher lésbica naquilo que se esperava de um homem enquanto categoria hegemônica de masculinidade: trabalho pesado, corpo forte, cabelos curtos, gestos rígidos. Era a subversão do corpo feminino encarnado numa capa masculina, o veículo condutor à manifestação da conjugalidade entre mulheres. Sem esquecer o segredo, instrumento que se transformou em guardião primordial de sexualidades, de desejos e práticas proibidas, cuja nomeação perpassava o campo da sodomia.

Estes segredos guardados a sete chaves por diversas mulheres vêm-se ameaçados quando os olhares vigilantes das sociedades burguesas passam a controlar as regras de casamentos, a organização familiar e principalmente as maneiras como cada pessoa faz uso do seu sexo (FOUCAULT, 1988). O direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil transformam-se nos principais

relação conjugal atual, a companheira estaria desfrutando deste Estado da Arte, quando comparada às relações anteriores, envolvendo um casamento heterossexual e outros relacionamentos homoafetivos.

representantes da vigilância permanente em relação à sexualidade. Assim, encontravam-se ameaçados os homossexuais, os infiéis, os casamentos não consentidos pelos pais, a prática sexual com animais. Estes logo se tornaram alvo de perseguições constantes, por serem considerados a própria materialização da abominação.

Na história da sexualidade apresentada por Foucault (1988), estas transformações discursivas sobre o sexo deram origem a um sistema centrado na aliança legítima. Surge então um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual, fazendo com que todas as práticas sexuais sadias seguissem este padrão. Com isso, homens e mulheres homossexuais tornam-se personagens portadores de um passado, uma história, uma infância:

Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ele está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre (FOUCAULT, 1988, p.43).

De certa maneira, esse registro da homossexualidade inscrita nos corpos foi o que muitas vezes denunciou as mulheres que transgrediam as normas sociais vinculadas a uma demanda familiar e da mulher. Mesmo que não se tenha fugido totalmente desta inscrição histórica acerca da homossexualidade, é possível identificarmos hoje algumas mudanças ligadas à visibilidade e à invisibilidade da lésbica e, em particular, das suas experiências amorosas. Atualmente, a conjugalidade entre mulheres deseja falar e não mais calar.

Hoje é possível nos depararmos com diversas situações de visibilidade veiculadas pela mídia, nos conduzindo a alguns fatos que marcam mudanças. E mudam lugares. Entre eles, os lugares das mulheres, do feminino e das lésbicas. Barbero (2005) faz um recorte de uma chamada midiática para a primeira cerimônia de casamento público realizado entre duas mulheres, ocorrida no Brasil (cidade do Recife/PE):

Somos naturais do Recife e estávamos para completar um ano de relacionamento quando resolvemos colocar as alianças em um lugar mais moderno: no supercílio. (...) Bacana como a

comunidade GLS local se engajou no casamento. Estilistas, maquiadores, figuras da noite... amigos e todo o pessoal *gay*, das antigas e de hoje, quiseram participar do fato histórico e contribuíram para que tudo desse certo (BARBERO, 2005, p.31).

A realização deste evento ganhou visibilidade na imprensa local e nacional, mostrando que algo dessa conjugalidade quer falar, deseja dizer. Pode-se afirmar que esta visibilidade da conjugalidade homossexual feminina é uma produção contemporânea. Enquanto antes ela se mostrava proibida, hoje se revela com menores restrições, fazendo com que os gestos contidos destas mulheres passem a ser espontâneos.

Ainda que estes casais não tenham reconhecimento jurídico, estas conjugalidades se mostram cada vez mais, fazendo com que as relações afetivas entre dois homens ou duas mulheres se engajem numa política de visibilidade, que vem acompanhando o movimento homossexual. Este fato aponta que a conjugalidade se mostra possível entre pessoas do mesmo sexo e não mais restrita apenas à heterossexualidade.

Mesmo que tenhamos presenciado por muitos anos uma universalização das práticas heteronormativas nas relações afetivas, já não se pode pensar que esta é a única maneira de viver a dois. Butler (2003a) afirma que se deve levar em conta a existência de relações de parentesco que não se encaixam no modelo heterossexual de família formulado a partir das relações nucleares reprodutivas. As redes de relações biológicas e não-biológicas deixam evidente que o parentesco é um dispositivo que não traz consigo uma estrutura anteriormente construída, sendo, portanto, uma prática realizada por diversas pessoas. Arán (2005) destaca as considerações de Butler (2003a) a partir dos limites do campo da legitimidade ou da política da representabilidade, visualizadas principalmente nas leis que tornam legítimas ou ilegítimas as práticas sexuais entre homens e mulheres.

Na medida em que algumas dessas práticas sexuais são reconhecidas legalmente como universais e verídicas, todas as demais passam a se enquadrar nos lugares periféricos. Isso faz com que o acesso aos direitos civis se mostre cada vez mais discriminatório e excludente, fazendo com que a injustiça e a discriminação se acentuem no campo dos direitos humanos. Concordamos com Arán (2005), ao afirmar que

Podemos questionar a hierarquia entre as sexualidades na qual se têm baseado os mais diversos dispositivos da lei, que pretendem configurar o casal homossexual como sendo periférico em relação à norma heterossexual dominante (ARÁN, 2005, p.218).

Para que estas conjugalidades sejam legitimadas, deve-se antes realizar uma desconstrução da mentalidade heterossexual baseada no reconhecimento das práticas afetivas e relacionais apenas pelo viés das relações binárias compostas pelo modelo homem-mulher. Butler (2003) propõe que se faça uma oposição à episteme heterossexista globalizante, através de um discurso contrário ao que esta episteme impõe e repete.

As possibilidades de re-significar a heterossexualidade são repudiadas precisamente porque a heterossexualidade é compreendida como um sistema total, que exige um deslocamento cabal. As opções políticas que decorrem dessa visão totalizante do poder heterossexista são de (a) conformidade radical ou (b) revolução radical (BUTLER 2003, p.175).

Uma vez que a homossexualidade se situa do lado de fora da matriz heterossexual, ela se coloca como algo não condicionado pelas normas heterossexuais. A conformidade radical e mesmo a revolução radical propostas por Butler (2003), a partir das considerações de Wittig, nos levam a caminhos distintos, porém bastante complexos. Na primeira alternativa haveria um afastamento radical dos contextos heterossexuais por meio do tornar-se *gay* ou *lésbica*. Este seria um dos modos de produção da queda do regime heterossexual. Não esqueçamos, porém, que toda participação na heterossexualidade é uma repetição e consolidação da opressão heterossexual” (BUTLER, 2003, p.175). O outro caminho a ser seguido levaria a uma conformação de todas as imposições da heterossexualidade que se coloca como normativa e legítima.

A disjunção entre hetero e *gay* realizada por Wittig leva Butler (2003) a mostrar que esta forma de pensar as relações irá reproduzir o tipo de binarismo disjuntivo oriundo de uma mentalidade hetero. Separar radicalmente a heterossexualidade da homossexualidade é uma proposta que se mostra sem fundamentação aceitável. Mas esta prática é algo que se repete e se encontra

permanentemente em um processo de reprodução. Para muitas pessoas, é inevitável se pensar na homossexualidade sem tomar como referência a própria heterossexualidade.

É como se a predominância das relações heterossexuais oferecesse um modelo de referência que não pode ser questionado por já estar posto, fazendo com que se acredite que a heterossexualidade se constitua como prática sexual natural e universal. Esta forma de perceber e de reverenciar as práticas sexuais dos homens e das mulheres irá promover um processo de repetição que trará conseqüências importantes diante da nomeação e mesmo nas próprias vivências das conjugalidades e das parentalidades, sejam elas hetero ou homossexuais.

A socialização dos *gays* e das lésbicas ocorre com base no mesmo conjunto de valores transmitidos aos heterossexuais, afirma Mello (2005). A dimensão afetivo-sexual confere grande importância às suas vidas, por meio de um ideal de conjugalidade que lança ao parceiro – ou à parceira – parte expressiva da responsabilidade pela felicidade pessoal e pelas dinâmicas do casal. Estas práticas vêm reproduzir comportamentos de repetição como via única de acesso à conjugalidade. Esta repetição se materializa como bússola que situa e reconhece as uniões, os afetos, as práticas sexuais, as dinâmicas relacionais, enfim, a forma como cada pessoa convive afetiva e sexualmente com outras pessoas. Gomes (2001) nos mostra que a repetição está sempre em busca do encontro de respostas baseadas em um tipo de realidade idealizada e, por isso mesmo, inatingível. Se numa relação conjugal/parental entre *gays* e lésbicas busca-se, através da repetição, reproduzir os modelos construídos nos pilares da heterossexualidade, encontraremos tentativas fracassadas de uma repetição que não pode ser reconhecida, por fugir de uma norma rígida e por isso mesmo, inatingível.

a repetição repete um encontro desencontrado com uma idealidade imaginada(...) o que a motiva é um real inatingível que, no entanto, sempre coloca os objetos nos trilhos, nos trilhos da repetição, e sem o qual qualquer coisa valeria numa posição indiferenciada: sonho, fantasia, imaginação (GOMES, 2001, p.72).

É fato que muitas mulheres constituem famílias com outras mulheres e estas conjugalidades deslizam em relação à heteroconjugalidade. As suas relações familiares anteriores (com os pais) contribuíram para que elas elaborassem mecanismos constitutivos da conjugalidade, realizando idealizações afetivas como formas possíveis de se relacionar. Este é um dos aspectos que merecem atenção, porque as mulheres homossexuais ainda têm dificuldade para reconhecer as suas conjugalidades como legítimas, mesmo apresentando certeza acerca das suas escolhas afetivas e das suas práticas sexuais.

A gente passou seis meses. Com seis meses eu pirei, pirei literalmente, João, que eu entrei na terapia, né? Eu fiz: “não, não é possível eu não consigo mais administrar isso”. Sabe aquela coisa, papel de mãe, ter que casar, tenho que... Sabe assim... quando eu era adolescente nunca me imaginei casada, esposa, dona de casa, família, não, o que imaginava era eu e meu filho. Independente de nada, nada... (Patrícia).

A conjugalidade com outras mulheres mostrou ser um novo acontecimento para as nossas entrevistadas e o fato de ter como modelo de referência conjugal a família nuclear (MELLO, 2005; TARNOVSKY, 2002; ZAMBRANO, 2006; UZIEL, 2002) as levou a realizar múltiplos questionamentos acerca das suas sexualidades, dos seus desejos e das suas vivências relacionais e afetivas. Em algum momento se questionaram sobre os desafios que a conjugalidade homoafetiva lhes colocou, como se esta fosse uma nova opção que merecia uma reflexão capaz de levá-las a perceber que havia um alto preço a pagar:

Ele (o marido) não aceitou a separação e muito menos a minha opção, a minha condição de homossexualidade. Ele não entendeu, não aceitou, e impôs uma série de complicações... de colocar... [na Justiça pela guarda dos filhos], me expor publicamente...(...) Enfim, todos os tipos de chantagem emocional que você possa imaginar. E na época como eu estava muito fragilizada... porque tomar uma atitude dessa não é fácil. Eu fui aos pedaços, né? (Daniele).

Algumas destas mulheres viveram na própria pele a experiência de uma relação sufocante com os seus maridos, pois as solicitações sexuais destes

homens chegaram a um limite marcado por uma experiência difícil de suportar. Mesmo tentando manter os vínculos afetivos construídos nestas relações, estas mulheres buscaram estratégias para que as suas famílias não se desestruturassem. Elas passaram a se sentir responsáveis pela manutenção ou dissolução da família construída com os seus maridos, ao mesmo tempo em que procuraram se adaptar às exigências vivenciadas por estas conjugalidades. Os conflitos com os homens foram inevitáveis como foi inevitável também que elas cedessem aos seus desejos por outras mulheres, passando a apostar numa nova conjugalidade fundada a partir das experiências sexuais lésbicas.

As relações com outras mulheres foram fluindo de acordo com os investimentos mútuos realizados pelo casal que se formava. As suas experiências homoafetivas lhes possibilitaram um encontro com uma paz procurada e nunca antes encontrada nas relações com homens. Estas mulheres precisaram passar por um período inicial de questionamentos acerca da própria sexualidade e do investimento em um novo objeto de amor. Em seguida, o desafio se desdobrou para os questionamentos pessoais acerca dos ideais de família construídos ao longo das suas vidas, para finalmente realizarem uma (re)construção de uma concepção de conjugalidade e de parentalidade possíveis e particulares das relações homoafetivas.

Independentemente do fato de coabitarem, estas mulheres passaram a reconhecer os seus desejos e as suas atrações sexuais, podendo dar-lhes ouvidos e criar comportamentos que possibilitassem uma vivência mais plena da sexualidade. É verdade que durante muito tempo a coabitação transformou-se em sinônimo de harmonia entre casais, pois era o âmbito da casa, o lugar primeiro das trocas afetivas e sexuais mais íntimas. Therborn (2006) afirma que a coabitação informal se constitui num importante processo responsável pelas baixas taxas de casamento entre homens e mulheres em diversos lugares do mundo. É sabido que esta prática se tornou algo comum em muitas sociedades, mas é preciso situar algumas particularidades desta coabitação ou da ausência desta prática nas conjugalidades contemporâneas.

Uma análise da conjugalidade entre homossexuais foi realizada por Paiva (2007), mostrando que a experiência da coabitação confere aos casais uma maior visibilidade dos seus relacionamentos. Ela é capaz de beneficiar

uma ética da reserva que garante uma preservação da relação. Ainda que o fato de coabitarem não seja algo necessário para que um casal seja reconhecido como tal, os casais que vivem a experiência de coabitação “geralmente dispõem, em maior ou menor grau, de uma rede familiar que favorece o livre trajeto do casal” (PAIVA, 2007, p.30). É inegável que a coabitação entre mulheres facilita a permanência dos contatos afetivos, mas não se configura como um ingrediente indispensável para que esta conjugalidade se estruture e se mantenha.

A pesquisa de Heilborn (2004), com casais hetero e homossexuais de camadas médias do Rio de Janeiro, faz uma comparação entre casais compostos por homossexuais com as unidades heterossexuais, mostrando que há um padrão de conjugalidade a despeito da identidade sexual envolvida na construção destes casais. A autora tenta desnaturalizar o casal a partir da inclusão de parcerias homossexuais estáveis, mostrando que a conjugalidade não depende do seu reconhecimento no campo jurídico, nem que as práticas sexuais vivenciadas na sua intimidade tenham um viés baseado na heterossexualidade.

A relação homoafetiva constituiria um estilo de vida “fundado em uma dependência mútua e numa dada modalidade de arranjo cotidiano, mais do que propriamente doméstico” (HEILBORN, 2004, p.11). Para a autora, a coabitação não é uma regra necessária para a constituição de um casal, pois o que realmente faz um casal são as fronteiras simbólicas do casal igualitário, ou seja, sua dinâmica interna. Desta forma, o que faz de um casal, casal, são os seus roteiros de formação e a natureza da rotina vivenciada, a configuração de conflitos e os rituais de confirmação da unidade conjugal.

Esta modalidade conjugal se refletiu na vida das nossas entrevistadas. Uma delas deixa claro o conceito de casamento na sua conjugalidade quando afirma que, mesmo não coabitando com a sua companheira, se considera casada com ela. Este reconhecimento perpassa a sua compreensão e a da companheira em relação às concepções pessoais e sociais mais amplas acerca da sua conjugalidade, deixando claro que ali se manifesta a descrição de uma conjugalidade igualitária proposta por Heilborn (2004):

Quando um namoro é aberto, você vive tanto uma na casa da outra que termina tendo essa relação mesmo. Porque as mulheres são tão cuidadosas, sei lá! Eu tenho a impressão que as mulheres são muito mais cuidadosas do que os homens, porque assim, elas vivem mais presentes, vivem mais juntas, então a relação é de um casamento, só que não mora na mesma casa. Não mora assim, né? Todos os dias... (Aline).

É inquestionável que o casal conjugal considerado como grupo organizado e hierarquizado perdeu esse *status* ao longo do tempo e que as mudanças de lugares públicos e privados, ocupados por homens e mulheres, contribuíram para as novas percepções acerca do que venha a ser um casal. É quando as relações amorosas estáveis entre os homossexuais ganham visibilidade social e os encontros clandestinos passam a ser vistos e compartilhados por redes sociais mais amplas, compostas por amigos e parentes das duas pessoas que, juntas, constituem este casal. Se antes o reconhecimento do casal precisava passar pelo crivo da exclusividade dada à reprodução biológica, com o tempo ele passa por uma transformação e pode ser percebido como espaço de exercício de amor e de cooperação mútua, consagrado à reprodução social. Este processo de visibilidade homossexual tornou mais aceitável que pessoas do mesmo sexo pudessem compartilhar com seus parceiros e suas parceiras uma relação conjugal.

A cena social voltada à homossexualidade passa a mostrar novas imagens e a conjugalidade dos *gays* e das *lésbicas* é tomada como uma construção social importante para as discussões políticas que o tema sugere. Mello (2005) propõe que as relações amorosas estáveis vivenciadas por estas pessoas podem ser definidas como uma das modalidades de núcleo familiar conjugal, que passa a ter visibilidade social no Brasil dos anos 1990, período que nos possibilita assistir a um segmento nacional, de acordo com a tendência do mundo ocidental. Com o reconhecimento das novas modalidades familiares, passa-se a ampliar a conjugalidade para um âmbito social mais diversificado no qual as diferenças que antes afastavam pessoas, agora pudessem uni-las sem que seja necessário um reconhecimento jurídico enquadrado em um tipo de vínculo específico.

A caracterização da relação denominada casamento é o que configura uma conjugalidade igualitária. Assim, tanto nas relações heterossexuais quanto

nas homossexuais, mesmo que não sejam juridicamente reconhecidas como casais, deve-se levar em conta que na conjugalidade igualitária não existe a necessidade de estar implícito um devir reprodutivo ou uma reivindicação por coabitação. Esta particularidade foi observada também por Castro (2007), que mostra como a vivência de uma estabilidade no tempo ou a intensidade do vínculo afetivo vivenciado por casais de pessoas do mesmo sexo será determinada pelos critérios de conjugalidade, estabelecidos pelos próprios casais. Segundo a autora, os sentidos desse estar casado dependem da definição deste casal, não envolvendo, necessariamente, a co-habitação.

Este pressuposto da conjugalidade autoriza duas pessoas que se amam a se autodenominarem casais e a vivenciarem uma relação estável. Mesmo não coabitando ou não convivendo com filhos, estas pessoas dividem espaços, tarefas, assumem compromissos privados e públicos, enfim, comungam das mais diversas atividades que lhes outorgam o título conjugal. Para Heilborn (2004, p.14), “por conjugalidade, portanto, entende-se uma relação social que se institui em um par, admitido o caráter de uma opção por uma determinada gestão da sexualidade.”

Por gestão da sexualidade, entende-se uma modalidade de administração dos aspectos particularmente ligados à vida sexual e amorosa. Estes aspectos encontram-se relacionados às práticas sexuais destes casais e às singulares manifestações afetivas realizadas. Assim, quando uma mulher escolhe outra, como objeto de desejo e de investimento afetivo, decidindo compartilhar com ela partes da sua vida, está realizando uma gestão da sua sexualidade baseada no seu desejo e nas possibilidades que a outra mulher poderá lhe oferecer.

As uniões afetivas vivenciadas pelas mulheres tendem a apresentar diferenças quando comparadas com as relações heterocorporais e as relações entre os *gays*, afirma Heilborn (2004). Na sua concepção,

A eleição da conjugalidade pelas mulheres é expressiva. Assim, a norma do casal sentimental transborda a configuração heterossexual, ancorando-se na imagem de par que o amor romântico fabrica, e que colide com uma lógica de permanente sedução (HEILBORN, 2004, p.101).

Estas diferenças apontadas não pretendem, portanto, delimitar espaços ou enaltecer qualificações destas uniões. Se as conjugalidades heterocorporais tendem a durar um tempo maior, se comparadas com as relações vivenciadas pelos gays, as conjugalidades eleitas pelas mulheres mostram-se mais fortalecidas e menos vulneráveis às traições típicas dos casais compostos por dois homens (PAIVA, 2007; COSTA, 1995). A invisibilidade, a intraduzibilidade e a sensibilidade particular, advindas da mulher, colocariam o lesbianismo como o porta-voz do amor.

A construção hegemônica do feminino passa a atuar como incentivador das manifestações afetivas entre as mulheres lésbicas. A idéia centrada nas concepções ligadas à sensibilidade da mulher vem colocar as conjugalidades lésbicas numa certa invisibilidade, visto que ali onde duas mulheres estão, pode não haver uma relação de amor, mas um vínculo afetivo manifestado através da amizade.

Embora Heilborn (2004) acredite que esta invisibilidade se refere a um plano concreto ligado a um menor número de lugares públicos e menores alusões explícitas da homossexualidade feminina constituintes de uma cultura pública, acredito que esta construção da feminilidade deve ser levada em consideração quando se fala nesta invisibilidade das lésbicas. Se elas realmente têm uma verdadeira vocação para a conjugalidade, faz-se necessário compreender o que está por trás desta vocação. Seria uma exigência da feminilidade que habita em cada uma delas ou seria uma constante reafirmação de um papel social que exige da mulher ser dona de um lar?

É fato que estas mulheres buscam mesmo vivenciar uma experiência de amor, um amor romântico, e isso não pode ser tomado como uma conseqüência paralela à escolha de um objeto de investimento afetivo. Como foi percebido, durante o processo de trabalho de campo através das nossas entrevistadas, o amor é o grande propulsor dos destinos destas mulheres.

A consciência desta relação e a certeza de que nela existe uma manutenção do amor colocam em xeque as instituições tradicionais do casamento e da família. Na medida em que cresce o número de mulheres que se sentem seguras a investir nas suas relações com outras mulheres, a família nuclear e tradicional vai se tornando cada vez mais plural e diversificada,

tomando novas formas, através das múltiplas relações vivenciadas na família. Marina Castañeda (2007) afirma que:

Não há dúvida de que as instituições tradicionais do casamento e da família estão em crise, assim como as relações entre os sexos e a própria definição do amor. Muitas pessoas procuram modelos alternativos para o casal. E muitos dentre nós exploram formas diferentes de comunicação e de engajamento, que possam nos oferecer relações mais íntimas e mais igualitárias, ao mesmo tempo em que preservamos nossa liberdade individual (CASTAÑEDA, 2007, p.13).

Entre os diversos modelos alternativos para o casal apresentado pela autora, as conjugalidades entre mulheres têm encontrado novas maneiras de adaptação, por estarem mais integradas aos diversos espaços públicos e privados. Elas trazem algumas particularidades quando comparadas aos homens. Ainda que o nosso intuito não seja realizar comparações, percebemos ao longo do nosso estudo que a categoria mulher sempre teve uma forte demarcação de lugares e espaços, quando comparadas aos homens.

Barbero (1997) defende a idéia de que o amor lésbico oferece às mulheres uma nova forma de vivenciar a experiência de casal. Este casal não se estrutura seguindo o modelo baseado nos modelos binários impostos por outras conjugalidades. A referência dicotômica construída pelas relações nomeadas (e vivenciadas) a partir do modelo relacional esposo-esposa, marido-mulher ou mãe-filha não faz parte desta relação entre as mulheres. Para estas conjugalidades, estaria sendo desenvolvido um novo modelo de parceria, onde tudo deve ser recriado, pela ausência de referenciais a serem seguidos.

Sob esta ótica, o lesbianismo não se articula diretamente aos diversos dispositivos usuais da nossa sociedade (utilizados por meio dos discursos e das linguagens dominantes acerca do amor), tendo que buscar subsídios em outros padrões relacionais capazes de oferecer – pelo menos a estes casais – uma legitimidade afetiva. Mas esta legitimidade deve ser ampliada para um universo social mais amplo, fazendo com que outras pessoas também reconheçam estas conjugalidades como algo possível. É preciso que se ampliem as políticas de visibilidade da homossexualidade, para que possa haver um reconhecimento destas uniões entre mulheres.

É impossível desconsiderar esta discussão, pois as práticas destas conjugalidades vêm crescendo cada vez mais e a reivindicação pelo seu reconhecimento é algo que não pode ser deixado de lado. A política de visibilidade da homossexualidade precisa ser ampliada para o âmbito da conjugalidade e da parentalidade, mesmo que o movimento homossexual não tenha esta proposta como algo prioritário nas suas reivindicações.¹³

3.2 Da política de visibilidade homossexual para uma política de visibilidade conjugal homossexual

Foi apenas na segunda metade do século passado que as lésbicas passaram a se reconhecer como legítimas, criando outros tipos de vínculos sociais capazes de promover não apenas a sua visibilidade, mas a preservação das suas formas de amar (BARBERO, 1997). A visibilidade das suas relações afetivas constituiu uma nova forma de viabilização das suas práticas sexuais, tornando-as mais intensas e reconhecíveis pelas relações sociais mais amplas:

Organizam-se em casais, criam vínculos de amizade, grupos políticos, organizações de trabalho ou de defesa dos seus direitos, espaços de encontro, diversão e lazer, publicações especializadas, etc. (...) Tudo deve ser criado de novo. E como não há os mesmos significantes aos quais submeter-se, criam-se também outros compromissos (BARBERO, 1997, p.18).

Enquanto no final do século XVII as lésbicas foram vistas como figuras monstruosas, mulheres portadoras de clitóris exageradamente desenvolvidos (BARBERO, 1997), hoje elas vivenciam uma nova relação construída por uma prática conjugal pautada no respeito e na afetividade. Os seus corpos já são capazes de expressar livremente os afetos que norteiam as suas ações e os seus desejos.

¹³Sobre esta discussão, Anna Paula Uziel et all. (2006) afirmam que a temática da conjugalidade homossexual e a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos causam uma significativa divisão no movimento homossexual. Os temas da parceria civil, da conjugalidade e da parentalidade não apresentam consenso nas percepções de alguns grupos homossexuais que ainda priorizam, nas lutas homossexuais, as discussões sobre a violência e a homofobia.

O processo de visibilidade destas relações lésbicas seguiu o rumo da crescente visibilidade da homossexualidade em diversas sociedades. É certo que Foucault (1986) trouxe expressivas contribuições para este processo, quando investiga os dispositivos da sexualidade e a possibilidade de se falar abertamente sobre estas práticas sexuais, juntamente com a criação da homossexualidade como categoria para se conferir uma identidade às pessoas discriminadas pelas suas práticas sexuais. O grande *boom* desta visibilidade, porém, ocorreu a partir do advento da Aids e a associação realizada entre a homossexualidade e a epidemia. Por isso, a homossexualidade passou tanto tempo sendo referenciada como a Peste Gay (TREVISAN, 2002), reforçando o preconceito contra os homossexuais e alimentando os comportamentos homofóbicos em diversas instâncias sociais.

Foi a partir dos anos 1990 que o debate sobre os direitos patrimoniais trouxe à cena social a questão da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo, quando se assistiu a situações de injustiça com aquelas pessoas que perderam seus(as) companheiros(as) e ficaram sem acesso aos bens adquiridos durante a relação conjugal (ARÁN, 2005). A partir daí, evidenciou-se que havia falhas graves nas leis que insistiam em negligenciar estas uniões, evitando a realização de mudanças que fossem capazes de legitimar estas novas conjugalidades que começavam a ousar declarar o seu nome.¹⁴ “É, conseqüentemente, cada vez maior o número de gays e lésbicas que decidem, de variadas formas, publicizar sua orientação sexual” (MELLO, 2005, p. 21), fazendo com que se ampliem as atitudes políticas que este gesto representa. São os parentes, os amigos, colegas de trabalho, pessoas de convivência próxima, os principais agentes reconhecedores destas conjugalidades.

Um dos maiores atores sociais responsáveis por estas lutas e algumas conquistas alcançadas foi o movimento dos homossexuais, que se configura como o principal mobilizador destas questões no âmbito das políticas sociais. Este movimento surgiu no cenário brasileiro em 1978, sendo entendido como um conjunto de entidades e associações constituídas com o objetivo principal

¹⁴ Referência ao termo utilizado por Oscar Wilde para nomear o amor entre pessoas de mesmo sexo, quando na sua época se constituía como aquele que não ousava declarar o seu nome. Sanders (1994) faz referência a esta frase no seu artigo *O amor que ousa declarar seu nome: do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas*.

de defender e garantir os direitos relacionados à livre orientação sexual de homens e mulheres. Atualmente, este movimento é reverenciado como uma rede de relações sociais compostas por organizações da sociedade civil que atuam com o objetivo de emancipação da homossexualidade ou a obtenção de uma cidadania plena para os *gays*, as lésbicas e outras identidades sexuais que participem deste movimento (FACCHINI, 2005). Os temas mais apontados como bandeiras a serem levantadas pelo movimento homossexual envolvem a prevenção à DST/Aids, elevação da auto-estima dos homossexuais, as constantes lutas contra o preconceito, a discriminação e a violência, bem como um investimento na visibilidade dos homossexuais e as suas conquistas de direitos relativos à conjugalidade (FERREIRA, 2004). Mesmo que estes temas ainda se materializem como prioridade dos militantes deste movimento, é preciso reconhecer as conquistas alcançadas e a sua importância para a visibilidade geral da homossexualidade, pois elas permitiram não apenas que muitas pessoas Saíssem do Armário (FACCHINI, 2005; HERDT; KOFF, 2002; BOZON, 2004), mas principalmente não mais precisassem de armários para se esconder, como foi o caso de alguns artistas brasileiros na década de 1980: Cazusa, Ney Matogrosso, Cássia Eller e outros (TREVISAN, 2002).

Dois fatos marcam significativamente as conquistas que este movimento conseguiu alcançar não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo: a saída da homossexualidade do Código Internacional das Doenças e o final da condenação das práticas homossexuais no Código Penal (ARÁN, 2006). Estas conquistas demarcam um tempo de mudanças que se ampliaram ao longo dos anos, apesar das muitas reivindicações e da lentidão nos processos judiciais que propõem modificações nas leis vigentes. Foi no final dos anos 1990 que a união homossexual e a homoparentalidade realizaram as suas primeiras aparições nos cenários sociais e políticos (MELLO, 2005). A ampliação destes direitos e da visibilidade que estas reivindicações conquistam com o passar do tempo nos leva a pensar na possibilidade de uma política de visibilidade específica, para as solicitações atreladas à conjugalidade e à parentalidade dos *gays* e das lésbicas.

As resistências apresentadas pelo movimento homossexual em relação a temas que se mostram tão importantes nos levam a crer que há uma necessidade de se pensar na conjugalidade e na parentalidade, sob uma nova

dimensão. É verdade que muitos militantes deste movimento acreditam que por trás desta solicitação existe um desejo dos homossexuais de se igualar aos modelos heterocêntricos da família, como uma forma de negar uma identidade homossexual, enquanto conquista alcançada ao longo das suas diversas lutas políticas.

A parentalidade, especialmente, é mais discriminada por possibilitar aos homossexuais uma reprodução do modelo de família nuclear, fazendo com que assuntos como adoção, por exemplo, atravessem o discurso dos militantes que insistem em não problematizar os temas sobre a família (UZIEL et al., 2006). É como se uma bandeira a mais a ser hasteada trouxesse um novo objeto de lutas capaz de sobressair em relação a outros considerados prioritários.

É importante que esta discussão tenha a possibilidade de se ampliar para outras questões, pois a clandestinidade destas famílias põe em risco muitos homens, mulheres e crianças que há algum tempo vivenciam estas experiências. Não se pode fazer de conta que ali entre duas mulheres existe um algo a mais, como se fez durante séculos, na tentativa de encobrir uma conjugalidade considerada transgressora. Hoje estas famílias devem ser reconhecidas como tais e as suas diferenças não precisam estar no centro das suas representações. É certo que todas as famílias heteroafetivas ou homoafetivas trazem consigo diferenças, por serem compostas por pessoas que são diferentes, mas aquelas compostas por homossexuais vêm sendo reverenciadas como configurações discriminadas e estas discriminações muitas vezes envolvem não apenas os casais, mas também as crianças.

A visibilidade destas famílias parece ser um objeto importante a ser investido, pois o seu reconhecimento social depende também de uma construção destas famílias como algo familiar, no sentido de conquistar espaços públicos mais amplos e fazer parte do cotidiano das pessoas. Por este ângulo, a mídia vem se mostrando como forte aliada de uma política de visibilidade da conjugalidade homossexual, quando passa a trazer aos milhares de lares brasileiros os temas gerais da homossexualidade, dando ênfase principal à conjugalidade dos *gays* e das *lésbicas*. Grossi (2003) analisa o núcleo *lésbico* em algumas novelas veiculadas pela Rede Globo, o caso da cantora Cássia Eller que teve forte repercussão e algumas revistas de circulação nacional, instrumentos importantes para o fomento destas

discussões em um nível social mais amplo. Ela aponta que a invisibilidade das famílias *gays* e lésbicas vai sendo dissolvida pela bibliografia de referência sobre família e parentesco e o que já foi tabu passa a ser algo falado, dito e bem dito.

Sigamos adiante na tentativa de compreender melhor as particularidades das conjugalidades entre mulheres. Tomemos as suas narrativas como instrumento de compreensão das suas experiências conjugais, para que se possa ampliar as suas práticas afetivas como expressão de uma vivência que se mostra sempre móvel e multifacetada: o que se diz sobre aquilo que se fala, e não mais se cala?

3.3 O amor não tem sexo: a conjugalidade entre mulheres

“Me fale do lírio (...) é meu favorito.
O lírio significa: “Desafio você a me amar.”¹⁵”

O amor tende a pregar armadilhas quando se fala na escolha do objeto de desejo. É isso que dizem as mulheres entrevistadas durante a realização desta pesquisa. Os seus discursos dizem respeito a algumas particularidades que destacaremos mais à frente. Dividiremos esta parte do texto, a partir dos seguintes núcleos de sentido: 1) a concepção destas mulheres acerca de como deve ser uma relação afetiva e conjugal; 2) como foi vivenciada a relação conjugal heterossexual anterior; 3) o processo de transição de uma conjugalidade heterossexual para uma conjugalidade homossexual e, por fim, 4) a relação conjugal homossexual atual. Não procuramos encontrar respostas nem formular perguntas capazes de direcionar nenhum tipo de enquadramento acerca destas experiências conjugais femininas.

O nosso intuito é saber como estas conjugalidades estão sendo vivenciadas pelas sete mulheres entrevistadas durante o processo de pesquisa de campo. As suas narrativas nos mostram que não é possível identificar um

¹⁵ Trecho extraído do filme *Imagine Eu e Você*. Este filme conta a história romântica de uma mulher que se apaixona por outra, no dia do seu casamento com um homem. Em um dos diálogos entre elas, uma delas (a casada) solicita que lhe fale sobre o significado dos lírios, ao que a outra responde, “Desafio você a me amar.”

tipo específico de conjugalidade capaz de engessar as suas experiências em um molde fixo ou mesmo em categorias capazes de distribuir a conjugalidade como algo previsível. Pelo contrário, cada entrevistada traz consigo histórias muito singulares e experiências de vida particulares, o que nos leva a perceber que a conjugalidade entre mulheres se mostra dinâmica e plural.

3.3.1 As relações afetivas e conjugais: concepções das entrevistadas

Por meio das suas falas, as nossas entrevistadas deixam bem claro que as relações afetivas se configuram nas suas vidas como algo muito importante ante as suas realizações pessoais. Independentemente do sexo da pessoa eleita como objeto de investimento afetivo, o amor fez-se ingrediente indispensável para a constituição (e manutenção) das suas relações conjugais. Prova disso é que no momento em que se dissolveu este amor, todas passaram a (re)inventar outras formas de se relacionar, deixando claro que o amor não tem sexo.

Alguns autores afirmam que as conjugalidades entre as lésbicas tendem a ser mais longas, quando comparadas às experiências conjugais dos gays (WOLFF, 1973; PORTINARI, 1989; CASTAÑEDA, 2007). Uma pesquisa com 116 homossexuais – homens e mulheres – foi realizada por Féres-Carneiro (1997), identificando que nos casais homossexuais masculinos há uma valorização da vivência da sexualidade em detrimento da afetividade, por exemplo. No caso das lésbicas, encontrou-se uma predominância na valorização da amizade, companheirismo e fidelidade das parceiras como fundamentais para que uma relação de cumplicidade desse certo.

Esta prioridade destinada às relações afetivas nas mulheres está ligada às construções sociais do gênero que as preconizam como categorias sexuais voltadas aos afetos e aos cuidados. O lugar primordial que atrela a mulher à representação de cuidadora deixa bem claro que as lésbicas não conseguiram separar de si esta idéia socialmente construída em torno do sexo. Nas concepções de Portinari (1989), o discurso da homossexualidade feminina traz consigo pelo menos três outros: o discurso da feminilidade, o da sexualidade e o discurso amoroso, que se mostram sempre entremeados e inseparáveis. Esta concepção vem reforçar a imposição de posturas exigidas às mulheres

como sinônimo de submissão e a sua referência como portadora do dom de cuidar é justificada pelas possibilidades de gerar e conceber uma criança como algo inato.

Esta concepção de conjugalidade e família posta ao longo da vida das mulheres deixa marcas difíceis de apagar. Se elas cresceram acreditando que a única forma de acesso à realização pessoal e à felicidade era a constituição de uma família que se enquadre no modelo nuclear, não se pode esperar de uma hora para outra que estas concepções se apaguem das suas subjetividades e dos seus corpos. A imagem que se tem da homossexualidade como uma prática voltada à promiscuidade já não consegue se sustentar nos discursos e nas práticas das mulheres homossexuais. Elas vêm priorizando o universo privado, as relações sexuais e afetivas estáveis e a fidelidade como parte constituinte das suas conjugalidades:

Sempre estive nos meus planos, eu... eu sou aquele tipo de pessoa que gosta de ter relacionamento mesmo... sério, não aquele relacionamento... não gosto de tá ficando aqui e acolá com um e com outro, gosto de ter relacionamento sério (Jéssica).

Mas existem aquelas questões que você... aí que eu digo, utilizo a palavra correta opção, se você tem um parceiro, uma parceira, se você tem justamente uma pessoa que você respeita, que você gosta, eu acho que você tem que... é... moldar sua vida pra que você tenha o máximo de paz possível com essa pessoa (Carmem).

Quando uma pessoa passa a investir numa relação afetiva com outra, ela está buscando essa paz possível nas múltiplas possibilidades de uma conjugalidade. Os laços afetivos, a sexualidade, o respeito e a divisão de papéis corporificam a formação dos vínculos em toda a relação em que exista a participação mútua de dois. A heterossexualidade ou a homossexualidade não é suficiente para delimitar espaços e possibilidades, pois as relações de amor se manifestam naquelas entre homens e mulheres, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres, independentemente das representações sociais historicamente construídas ao redor destas configurações relacionais.

As relações de gênero que buscam definir papéis diferentes para homens e mulheres contribuíram significativamente para a estruturação de uma

crença social baseada na discriminação de algumas conjugalidades em detrimento de outras. Durante muito tempo, a heterossexualidade esteve no lugar da normatização das relações afetivas e das práticas sexuais. Logo, o casamento entre homens e mulheres se transformou em sinônimo de conjugalidade, fazendo com que as práticas homossexuais se destinassem a um plano avesso à normalidade.

É como se ao longo da história da humanidade fosse necessária uma divisão permanente de papéis, de lugares e posturas, capazes de originar e manter as relações de poder, particulares das sociedades modernas. Não é preciso mostrar que as mulheres estiveram postas como categorias inferiores, quando comparadas aos homens. Perrot (2007) faz uma revisão acerca da história das mulheres e aponta algo importante para que possamos compreender as prioridades afetivas das mulheres nas suas relações conjugais.

O fato de serem menos vistas nos espaços públicos denuncia que as suas atuações perpassavam o universo privado e os espaços da família, nos cuidados com o lar e com os filhos. A imagem social da mulher como ideal para os cuidados familiares e a vivência dos afetos reforçaram o estigma de que a mulher nasceu para cuidar, ao mesmo tempo em que esta concepção social se transformou em norma social que impediu a mulher de ocupar outros lugares nos mais diversos setores das sociedades.

E mesmo que hoje este cenário não se mostre da mesma forma, na medida em que as mulheres conquistaram o universo público, ingressaram no mercado de trabalho e passaram a exercer papéis até então restritos aos homens. Deve-se considerar que os resquícios da sua história deixaram marcas que são difíceis de apagar. “O desenvolvimento da história das mulheres acompanha em surdina o movimento das mulheres em direção à emancipação e à liberação” (PERROT, 2007, p.15). As conquistas das mulheres como grupo organizado, deixarão evidente a dimensão sexuada da sociedade e da história, fazendo crer que as representações sexuais transitavam como divisões sexuais impostas às mulheres, que deveriam obrigatoriamente respondê-las.

O rompimento desta concepção social feminina atrelado ao universo exclusivamente privado aconteceu no momento em que se pôde pensar a

sexualidade como algo separado da reprodução. “A partir daí, não só as mulheres puderam se ver livres de uma função quase que imposta a seus corpos, como também exerceram o ato de escolha de terem ou não filhos” (ARÁN, 2006, p.21). Este fato se constitui como a modelagem sutil de um arbítrio capaz de oferecer a elas artifícios de poder sobre o próprio corpo e sobre a sua sexualidade, como fonte de prazer e não apenas de reprodução. Se antes a conjugalidade era uma prática exclusivamente heterossexual e tinha como finalidade principal a reprodução, nas sociedades contemporâneas ela ganhou novas roupagens. Abriu espaços para que pudesse se manifestar pelo viés da homossexualidade, fazendo com que muitas mulheres conseguissem dizer um não às infundáveis exigências destinadas aos seus corpos e desejos.

Hoje, muitas mulheres podem dizer que gostam de outras mulheres e que juntas conseguem se realizar plenamente, numa relação baseada no companheirismo, no respeito mútuo e na harmonia de uma conjugalidade que vem ganhando visibilidade nos espaços públicos e privados. Sob a ótica de algumas colaboradoras desta pesquisa, a reprodução dos comportamentos sexuais e as dinâmicas relacionais experienciadas numa relação conjugal são determinadas por uma exigência social que procura restringir e delimitar espaços de expressão dos afetos e da própria sexualidade:

Que é o que as pessoas pensam, né? Que quando você entra numa relação, no convívio homossexual é para ter orgias, pra viver de galho em galho. Mas isso nunca foi minha opção, eu sempre quis ter um casamento, que é o que eu queria... é a minha forma de estar dentro de uma relação. Não é de tá... Sempre minha busca foi de ter uma pessoa, compartilhar com uma pessoa (Danielle).

Hoje em dia, eu tenho uma namorada, eu não sou casada. Quer dizer, namorada, namorada, assim, sabe, ela vive lá em casa, eu vivo na casa dela, aquela coisa toda assim. Mas a gente tem uma relação mais aberta ainda, agora, porque a gente fica na frente das meninas, a gente se beija, se abraça, troca carícia (Aline).

Esta concepção de relacionamento afetivo e da própria experiência da sexualidade deixa claro que estas mulheres procuram não se enquadrar em modelos fixos de conjugalidade e de sexualidade, mesmo que percebamos, algumas vezes, uma necessidade de reprodução dos papéis femininos

tipicamente vivenciados nas conjugalidades heterossexuais. A valorização destes atributos femininos torna-se algo central nas conjugalidades entre mulheres, pois elas apostam em relações capazes de lhes oferecer uma segurança afetiva ausente de infidelidades das companheiras.

[a mulher tem] um olhar diferenciado, um toque totalmente diferente. Isso me prende muito a ela, apesar que quando a gente brigou que eu fiquei com outra pessoa, quase que eu tinha uma relação sexual com essa outra pessoa, só que eu não conseguia (RSRS). Eu bem que tentei, (RSRS) mas não conseguia ir adiante, porque eu estava muito presa a ela ainda. Eu queria sim ir até o fim para vê se, “pôxa, será que eu consigo sentir isso por outra pessoa? Será que eu sou capaz de me excitar com outra mulher, né? Será que é isso mesmo que eu quero, uma relação homossexual? Será que eu sou mesmo lésbica? (RSRS). Com ela eu não tenho a menor dúvida, entendeu? Eu... por exemplo, eu não vejo uma mulher e admiro assim. A não ser que seja meio pintosa. (RSRS)
(Manuela)

Um fato importante encontrado durante o processo de trabalho de campo na realização das entrevistas e na análise dos dados foi expresso pela existência de uma conjugalidade heterossexual anterior às experiências homossexuais atuais. Por isso, é importante construir um breve panorama acerca dessas conjugalidades, pois este fato, além de contar sobre estas mulheres, fala também das suas sexualidades e dos seus acessos à parentalidade. O que dizem estas mulheres sobre as suas conjugalidades com os homens?

3.3.2 A relação conjugal heterossexual anterior

“...Pois o que sente agora é a força que não pode ser detida...”¹⁶

Ainda que estejam experienciando uma conjugalidade homossexual, as nossas entrevistadas revelam que nem sempre sentiram desejos por mulheres. Foi em algum momento das suas relações com homens que fortes desejos e

¹⁶ Trecho extraído do filme Imagine Eu e Você. Esta é a resposta que o marido dá à esposa quando esta revela que está apaixonada por outra mulher.

atrações foram despertados e encontrados através de desejos homoeróticos. Essa experiência não aconteceu de forma simplificada, pois tiveram que enfrentar muitos questionamentos formulados a partir das exigências sociais, compartilhadas com as suas dúvidas pessoais. Entravam em cena as necessidades pessoais *versus* as exigências sociais, criando um duelo conflituoso para cada uma e para todas.

Mesmo se relacionando com homens, algumas permaneciam desejando mulheres, sonhando com os seus corpos e toques, numa mistura de fantasia e ansiedade. Algumas sofriam nas suas relações com os homens, mas não conseguiam desfazer um casamento e apostar na edificação dos novos sentimentos que surgiam dentro de si. O amor romântico ganhava uma nova característica e passava a envolver estas mulheres em outras relações, fazendo com que todas se transformassem em outras mulheres.¹⁷

As diversas histórias contadas na Grécia Antiga deixam claro que durante muito tempo o amor como ideal de felicidade tomou conta do imaginário que constitui o amor erótico como um signo do bem. As suas forças sempre conseguiram vencer o mal ou superar as conseqüências que este mal viesse a produzir nas pessoas que amam. A referência a este sentimento como algo sagrado não o livra da sua condição de flexibilidade, pois faz dissolver todas as possibilidades de enquadramento das suas manifestações. As concepções de Costa (1999) nos mostram que o amor não é nem uma impostura nem o sagrado profanado, mas uma crença emocional que pode ser mantida, alterada, dispensada, melhorada, piorada ou mesmo abolida, exterminada. Nenhum dos seus componentes se mostra de forma fixa ou inalterável, oferecendo oportunidades de permanente recriação, de acordo com aquilo que achamos ser o melhor para nós. O amor, porém, tal qual a própria sexualidade, se mostra sempre de forma flexível e maleável. A sua característica predominante é a plasticidade, que não permite rigidez nem tampouco nenhum tipo de enquadramento.

Ele é uma invenção humana, como diversas outras coisas criadas, o que lhe permite um *status* de flexibilidade. O amor não é uma instância fixa,

¹⁷Este termo foi utilizado por Barbero (1997), fazendo referência às lésbicas como personagens “que, com sua maneira de viver, estão questionando, de forma direta ou indireta, os pactos sociais que fundamentam as relações de aliança e filiação da família moderna” (p. 10).

engessada em um molde de cimento. É fluidez, experimentação, recriação. Uma vez que fomos capazes de eleger um objeto de amor como investimento afetivo, podemos permanentemente recriar este objeto ou mesmo substituí-lo por outro. O amor, portanto, é capaz de recriar. “Nenhum de seus constituintes afetivos, cognitivos ou conativos é fixo por natureza” (COSTA, 1999, p. 12).

Talvez por isso, o amor tenha causado tanta tragédia ao longo da história da humanidade. Os gregos deixaram marcas sangrentas nas suas histórias e mitos. Por ser considerado como algo universal, tudo o que venha a proibir a sua manifestação ou mesmo inibi-la, torna-se algo desumano. E como não se escolhe a pessoa a ser amada, os laços do amor andam soltos à deriva, em busca de pessoas que querem juntas, experienciá-lo. Desta forma, “nem tudo que podemos sentir ou fazer nos deve ser imposto” (COSTA, 1999, p. 15), pois a espontaneidade também se mostra como uma das características do amor. Por esse motivo, realizamos escolhas acerca do objeto de amor a ser investido e a partir destas escolhas traçamos um perfil acerca de quem ou o que amar.

Independentemente do sexo da pessoa eleita como objeto de investimento afetivo, as relações de amor sempre se expressaram como relações pinceladas pelo afeto e pela dedicação mútua de ambos. Quando a dúvida surge para questionar a veracidade dos sentimentos vivenciados pelos casais, nem sempre as conseqüências serão positivas:

Mas é uma coisa muito doida, porque ele queria uma coisa sem compromisso. Eu não pensei em casar, sou sincera. Mas a minha família pressionou de tal forma que a gente terminou casando. No começo para o meu ex-marido acho que foi uma porcaria, mas depois foi extremamente cômodo. Cômodo socialmente falando, cômodo pra fachada. Porque o que fez eu me separar do meu ex-marido foi justamente porque eu tinha uma vida afetiva péssima com ele, e sexual pior ainda (Carmem).

Ele tava num momento tão difícil, meu ex-marido na época, o pai dos meninos na época, Alberto. Tão difícil que eu achei melhor aceitar as condições dele pra poder me sentir livre pra poder viver a minha opção realmente. Na época eu tava com 35 anos, hoje eu estou com 46. E aí eu pensava assim: Eu ainda quero viver isso. Eu quero viver com juventude. Eu não quero viver amarga, lá pros, sei lá que idade. Esperar que os meninos cresçam... Porque tem gente que pensa assim: “Depois que os meus filhos crescerem eu me separo. (risos)

Têm essas idéias tortas". E eu já vinha angustiada em relação a essa busca... desde de Luciano, antes mesmo de Luciano nascer (Danielle).

Não podemos ignorar o fato de que a experiência do casamento heterossexual é algo que acompanha a grande maioria das mulheres contemporâneas. Logo que nascem são preparadas para ser mais delicadas, realizam atividades específicas para o cuidado e participam de brincadeiras mais estruturadas e menos agressivas. A velha história do príncipe encantado que chegará em seu cavalo branco para transformar a plebéia em princesa é um mito que ainda predomina no imaginário feminino. Mesmo que muitas mulheres já tenham ultrapassado esta fase da fantasia de realização sexual e afetiva através da conjugalidade heterossexual, muitas são as adolescentes e adultas que sonham com uma auto-realização através deste ideal de conjugalidade e de família.

O velho sonho de uma casa repleta de filhos surge para reafirmar a idéia de que todo casamento está destinado à procriação. A maternidade então é posta em xeque, fazendo com que as mulheres acreditem que somente se realizarão através da reprodução. Não esqueçamos que estas cobranças sociais são direcionadas a todas as mulheres e que independentemente da sua heterossexualidade ou da sua homossexualidade, elas trazem resquícios de todas as expectativas sociais destinadas aos seus comportamentos.

É através desta noção socialmente construída da realização heterossexual como via única de satisfação e do prazer, que encontramos um foco de luz, nos mostrando que a heterossexualidade é portadora de uma origem. Ela traz consigo uma história que destina lugares específicos às mulheres, camuflando estigmas ligados às relações de gênero e aos mecanismos de poder que estas mulheres carregam ao longo das suas histórias de vida, seja por meio de experiências afetivas, seja por marcas corporais materializadas nos seus gestos e performances.

Tendemos a perceber a heterossexualidade como algo que sempre foi inato ao ser humano, mas ela é um exercício da sexualidade que passou por um processo de invenção. Jonathan Katz (1996) afirma que tanto a heterossexualidade como a homossexualidade fazem parte de uma construção

social e histórica que merece ser pontuada. Para o autor, estas duas categorias de sexualidade são termos específicos utilizados para dominar os sexos e os prazeres. No entanto,

abalar o nosso conceito sexual convencional é uma tarefa difícil. Raramente nos concentramos durante muito tempo no enigma da heterossexualidade – nossa atenção volta-se rapidamente para o problema da homossexualidade (KATZ, 1996, p.26).

Esta idéia de que a heterossexualidade não precisa ser questionada por já estar posta, nos leva a sempre colocar a homossexualidade no lugar de uma experiência secundária, transgressora ou perversa, como se acreditou durante anos. Enquanto a heterossexualidade se encaixa perfeitamente no lugar da normalidade, a homossexualidade assume o *status* da diferença, da anormalidade. Sob este ângulo, o termo heterossexual está, desde a sua origem, ligado à reprodução e à procriação da espécie. Embora ele não faça referência explícita a este fato, implicitamente compõe esta idéia central.

E aí também como eu ficava: não quero... essa história de gostar de mulher, não pode ser comigo, né? Não pode ser comigo. Comigo não! Aí eu embarquei nessa, ele me pediu em noivado, eu me empolguei, aceitei. Ele me pediu em casamento, agora no dia que eu tava entrando na igreja eu me arrependi. No dia que eu tava entrando com meu pai na igreja que eu olhei pra todo mundo assim, coisa de adolescente, né? Aí caiu a ficha: menina, eu tô é casando?! Mas não tive aquela coisa de voltar atrás, né? Senão ia parecer novela. Resolvi subir no altar. Não, resolvi não voltar atrás não, mas fiquei meio acuada. Eu chorei, você vê nas fitas do casamento e nas fotos eu chorando muito, não era de emoção não, era de arrependimento (Jéssica).

Ao longo da convivência com homens, estas mulheres, ou não conseguiram ocultar dentro de si o desejo por mulheres, ou descobriram que a relação de intimidade com um homem já não respondia aos seus desejos. As expectativas em torno do casamento foram, ao longo do tempo, sendo ampliadas e complexificadas. Para Giddens (1993), as mulheres passaram a esperar do casamento, que o prazer sexual fosse não apenas alcançado, mas principalmente satisfatório. As promessas de felicidade eterna, vivenciadas antes do casamento, não deixaram de garantir algo importante na vida destas

mulheres: a saída da casa dos pais como ato simbólico de independência e autonomia, bem como de controle das suas sexualidades.

É como se fosse mais fácil romper com a família primária através do que se espera de toda a mulher – o casamento com um homem –, para depois haver um reconhecimento do desejo pelo mesmo sexo e em seguida apostar nesta nova conjugalidade. Os conflitos no casamento com os homens, de certa maneira serviram como processo de transição nas tomadas de decisão e escolhas acerca das conjugalidades homoafetivas. Para algumas mulheres homossexuais, a idéia de viver uma relação estável com outra mulher precisa passar por um processo de dívida social baseada nas expectativas familiares e da sociedade como um todo:

Na verdade, na verdade, João, eu sempre tive fantasias com mulheres, desde adolescente. Só que eu não me permitia isso. Não era o padrão e eu era a primogênita, a primeira filha, aquela coisa do peso de ser o primeiro filho dentro de casa e dar o exemplo (...). E aí surgiu Guilherme, meu ex-marido. Eu tava muito fragilizada e aí ele se apaixonou por mim, começou a insistir. Eu não tinha, não foi aquela coisa de paixão, mas foi aquela coisa de uma acomodação na situação. Então era um cara de família, né? Estudioso, trabalhador, ba, ba, ba... Aquela coisa que segue os padrões, que a família começa a gostar. E aí foi o casamento (sonoridade de cansaço na voz, como se lamentasse o fato) sem aquele amor arrebatador, apenas com respeito, carinho, e tal. E o casamento durou dez anos. Mas eu posso dizer a você que de realmente, de, de relacionamento assim, que valesse a pena durou o que? Uns cinco anos (Danielle).

A família, com sua eterna promessa de transmissão de valores morais ainda é um dos principais mecanismos sociais de controle da sexualidade. As expectativas e exigências dos pais – e principalmente das mães – sob as suas filhas e filhos, constituem um mecanismo de cobranças e promessas que atinge diretamente as mulheres homossexuais. Os seus sentimentos de dívida em relação às exigências maternas, entre outros fatores, levaram muitas delas a uma relação heterossexual. A homossexualidade, portanto, carregava consigo o não-dito e o segredo de um amor que não deve dizer seu nome, nem ao menos existir, ainda que seja o portador primordial de um desejo que não pode ser detido.

A família de origem dos adultos que se propõem a construir a sua própria célula familiar por meio da conjugalidade e da parentalidade passa por um processo de transmissão para outras gerações seguintes. De acordo com Philippe Julien (2000), este processo de transmissão para a geração seguinte só pode ocorrer a partir da autorização dos pais. Uma vez que a família tem as suas bases na relação privada, é o parental que dará origem ao modelo de família que virá.

No caso da conjugalidade e da parentalidade entre pessoas do mesmo sexo, o processo não ocorre de forma tão natural e espontânea como aparenta ser no caso da união heterossexual. Se estas famílias de origem se deparam com a homossexualidade dos filhos de forma impactante e até indesejável, como “algo monstruoso,”¹⁸ eis mais um desafio para aquelas pessoas que desejam e se preparam para uma relação conjugal junto à pessoa que ama.

Segundo Julien (2000), a aliança conjugal a ser constituída com uma mulher ou um homem apresenta um triângulo que traz nos seus vértices, três dimensões da conjugalidade: o amor, o desejo e o gozo. O amor se manifesta como veículo que proporciona a reciprocidade entre os parceiros e as parceiras: “há no amor uma paixão de ser o único, a única a saber qual é o bem do outro” (JULIEN, 2000, p. 34). Quanto ao desejo, ele se apresenta como o ingrediente que o amor não supre. Seria a confissão, por excelência, da falta que todo humano carrega consigo. A falta do outro, a falta de se reconhecer no desejo e no olhar do outro, de comungar com os sonhos e objetivos que possam conduzir os dois para os mesmos caminhos.

Já o gozo teria o seu *status* impresso em um para-além da linguagem. Ele se dá no encontro de dois corpos e de todo o sentimento que surge a partir desta relação dual. Esse gozo se constitui numa terceira dimensão da conjugalidade: “a experiência do único gozo que o seja, o corpo do outro. Este lugar da sexualidade não é redutível à genitalidade e, logo, à eventualidade da procriação” (JULIEN, 2000, p.36). Para o autor, a manutenção da relação conjugal depende da lei do desejo, instrumento responsável pelo fortalecimento da aliança e pelo progresso da conjugalidade.

¹⁸ Esta representação da homossexualidade como algo monstruoso, reforça o processo de negação da homossexualidade dos filhos e filhas, confirmando preconceitos sociais e a crença de que uma maldição caiu sobre a família. Sobre isso, ver Herdt e Koff (2000).

Ainda que não se faça sob esta ótica, uma leitura acerca da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo pode-se perceber que estas conjugalidades não fogem às três dimensões apresentadas. Casais compostos por dois homens ou duas mulheres também constroem e reconstróem nas suas relações conjugais, o amor, o desejo e o gozo. A particularidade destas relações encontra-se demarcada no fato de que os casais homossexuais precisam permanentemente construir uma mediação discursiva¹⁹ que seja capaz de expressar as intensidades dos seus desejos. Segundo Paiva (2007), estes sujeitos realizam uma tentativa de decodificar o que sentem a respeito de si mesmos e das suas preferências eróticas, fazendo uso de alguns discursos difamatórios e desqualificadores. Este ato em si seria provocado pela ausência de referenciais homoafetivos aceitáveis pela sociedade, mas também por uma homofobia interiorizada, tornando estas pessoas incapazes de reconhecer a homossexualidade como algo da ordem do possível.

3.3.3 A transição de uma conjugalidade heterossexual para uma conjugalidade homossexual

O processo de transição entre uma conjugalidade heterossexual para uma conjugalidade homossexual não foi vivenciado pelas mulheres como algo simples. Estavam em jogo nesta decisão, três aspectos considerados importantes: 1) a dúvida diante dos seus desejos por mulheres; 2) a (re)estruturação dos ideais familiares e 3) o enfrentamento aos esposos diante do processo de separação. Estas três etapas foram vivenciadas pelas nossas colaboradoras como fases necessárias para um fortalecimento de si, antes de investir nas suas novas conjugalidades com outras mulheres.

A dúvida diante dos seus desejos por mulheres foi um sentimento que atingiu todas as participantes da pesquisa. Mesmo que algumas reconheçam que sempre tiveram desejos sexuais por outras mulheres, não foi fácil desconstruir a heterossexualidade como ideal conjugal construído socialmente.

¹⁹ Antônio Paiva (2007) utiliza este termo tomando o trabalho de Elias (2001) para identificar uma necessidade de desconstrução da norma heterocêntrica que comanda constantemente os nossos “comércios afetivos, amorosos e sexuais” (p. 26).

Não esqueçamos que o casamento com homens oferece às mulheres a possibilidade de responder às expectativas sociais edificadas em torno das suas sexualidades e dos seus comportamentos. Como muitos outros casamentos que se dissolvem, as conjugalidades destas mulheres passaram por crises que resultaram numa vivência de dúvidas e incertezas, próprias de um processo de separação. No caso do investimento afetivo em uma relação homossexual, estas dúvidas se intensificam por colocar em cena as particularidades de sentimentos intensos e considerados “proibidos” aos olhos das sociedades.

Houve uma resistência da minha parte... de me assumir, por que assim, eu casei né? Tive meus filhos, porque sempre teve nos meus planos ser mãe, né? Só que ficou insustentável por n motivos, mas... o fato de eu não gostar de homem, né? Gostar de mulher dificultou mais ainda, como os problemas que eu já tinha antes... portanto eu me separei... (Jéssica).

Conversei com ela, eu disse: Oh, eu tô sentindo, eu tô sentindo uma coisa que eu não sei explicar, não sei se já aconteceu contigo... Mas, assim, já tinha dado todos os indícios que ela já sentia isso. “Não sei se já aconteceu com você?” Porque até então, ela não tinha, aberto o jogo, né? Mas... eu não sei se isso já aconteceu com você..” Mas eu tô me sentindo atraída por você, isso nunca aconteceu comigo, eu nunca passei por essa situação, né? Não sei se isso é normal, até que ponto isso é normal, mas eu tô a fim de você (Patrícia).

A experiência de dúvida vivenciada por estas mulheres está ligada ao que Heilborn (1996) chama de ser ou estar homossexual e ao que Paiva (2007) denomina Metafísica do Ser/Não Ser homossexual. Nas concepções de Heilborn (1996) as mulheres homossexuais se enquadram em um universo de valores que transcende a orientação sexual, o que lhes possibilita construir uma nova forma de encarar as suas relações amorosas. O par conjugal composto por mulheres concentra grande número de trocas entre si e mesmo que a relação passe por um amadurecimento e ganhe espaços para a vivência de rotinas a duas, estas mulheres não fazem uso do termo homossexual como algo predominante nas suas definições de vida.

A afirmativa de que a declaração explícita da orientação homoerótica não é considerada necessária, e, sobretudo, é

entendida como limitadora das potencialidades dos indivíduos, desperta suspeitas com freqüência atribuídas ao medo do estigma (HEILBORN, 1996, p.140-141).

Não foi fácil a estas mulheres desbravar os caminhos difíceis rumo a uma conjugalidade homoafetiva. Além de ter que buscar respostas para as suas próprias dúvidas, buscaram encontrar nas suas novas conjugalidades formas inéditas de sedução, de investimento afetivo e de estruturação dos vínculos sexuais com as suas companheiras. Também foi freqüente encontrar nas suas narrativas, decepções e angústias ligadas às suas dificuldades sexuais junto aos homens, pois os seus corpos, em algum momento, já não se satisfaziam com o exercício de uma sexualidade exigida pela conjugalidade heterossexual.

Porque aí eu percebi que não fazia sentido eu continuar já que a rotina do casamento ali não estava funcionando, estava me sentindo sobrecarregada, sem posição naquela relação, tava mais insatisfação dos dois lados. Não tinha porque a gente continuar junto. E eu comecei a vivenciar essa outra coisa, e eu fui muito incisiva assim, fui eu que terminei, né? Não, não tem jeito e não tem jeito mesmo e não tem jeito até hoje. Uma coisa muito decisiva (Viviane).

Aí mesmo eu confessando para ele: tu pensa que eu gozo de manhã, de tarde e de noite contigo? "Não." Mas mesmo assim você quer, porque isso é bom para você, né? Eu permitia. Mas chegou um tempo que eu disse: eu não vou mais permitir isso, eu vou dizer não, chega, eu não estou a fim, eu quero dormir, eu quero estudar, eu quero fazer qualquer coisa menos ter que transar com você duas vezes obrigatoriamente (Manuela).

Dizer não às demandas sexuais dos homens, quando já não se sente nada em relação a eles, foi um dos passos necessários para que estas mulheres se autorizassem a investir em um relacionamento com outras mulheres. Dizer sim aos seus novos desejos homoeróticos era também aceitar os desafios que esta nova relação lhes imporia. Devido às referências negativas ligadas às práticas homossexuais de homens e mulheres, surgem os desafios de enfrentar preconceitos sociais diferenciados daqueles experienciados nas conjugalidades heterossexuais.

Não devemos imaginar, porém, que isso se efetue de forma instantânea, nem homogênea. Ao contrário: há toda uma sorte de negociações microscópicas de evidências que vão se

acumulando, todas as questões sem resposta que vão se somando, todo um jogo de palavra interrompido, insinuações, jogos de luz equívocos, flagrantes familiares, toda uma micrologia da revelação posta em andamento, cujos labirintos perduram indefinidamente, aproveitando-se da dissimetria entre dizer e ver, entre palavra e olhar, entre enunciado e retrato (PAIVA, 2007, p.27-28).

É como se a nova modalidade conjugal exigisse destas mulheres outras posturas capazes de proporcionar investimentos afetivos e relacionais inéditos nas suas vidas. Elas buscarão estratégias que lhes permitam (re)criar outros acordos com as suas companheiras para que seja possível um (re)ordenamento no interior das suas relações afetivas. A vivência plena desta nova modalidade conjugal exige que estas mulheres repensem não apenas sobre a nova forma de família em que estão investindo, mas realizem uma nova estruturação dos ideais familiares constituídos pelos vínculos heterossexuais.

Essa *(re)estruturação dos ideais familiares* acontece no momento em que as mulheres decidem investir em um nova forma de vida em família. De uma experiência com homens, elas passam a investir no vínculo homoerótico no momento em que começam a questionar a relação anterior como ideal conjugal. Essa é uma conquista das mulheres contemporâneas, pois sabemos que durante muito tempo a relação heterossexual assumiu o *status* de normatividade, levando muitos homens e mulheres a jamais questionar o seu poder e a sua veracidade.

Essa ordem deixou de ser óbvia no momento em que surgiram inúmeras transformações sociais, políticas e intelectuais que serviram para recolocar em questão os conteúdos tradicionais vivenciados nas relações entre os sexos (BOZON, 2004). No momento em que estas relações se dissolvem enquanto obrigatoriedade de normalidade e o sentimento passa a contar diante da estruturação dos vínculos conjugais, as mulheres passam a dizer não às exigências sociais em torno dos seus objetos de investimento sexual e afetivo que priorizavam os homens.

A partir do momento em que a procriação vem a ocupar um lugar secundário no reconhecimento das famílias, a sexualidade surge como uma experiência pessoal em que o peso máximo estava nas esferas da intimidade e

da afetividade. A mulher aparece como agente que diz o que deseja e não mais se coloca à disposição dos desejos dos homens e outros familiares que decidiam o seu destino conjugal. Outras conquistas realizadas pelas mulheres contribuíram para estas mudanças de papéis e lugares. Entre elas, destacam-se a utilização dos métodos contraceptivos que ofereceram um melhor controle da natalidade e, em grande escala, o controle da própria sexualidade (BOZON, 2004) e a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, garantindo a sua saída do âmbito privado (BADINTER, 2005).

As mudanças conjugais contemporâneas anunciam que os casais já não aceitam mais os modelos antigos de família e passam a dar prioridade a uma definição de casamento baseada numa definição interna e amplamente subjetiva do casal (BOZON, 2004). Neste aspecto, entram em cena os desejos, as expectativas, o sentimento de amizade, os vínculos afetivos, as performances sexuais do casal, enfim, aspectos que possam garantir a manutenção de uma relação baseada no processo igualitário e não mais autoritário.

Quando estes ingredientes não são mais prioritários nas relações conjugais heterossexuais e as relações de poder entre marido e mulher começam a emergir, as mulheres não apenas questionam os seus casamentos, mas também investem em outras relações que sejam capazes de lhes garantir o acesso a uma relação igualitária. Nem sempre este processo é fácil, pois os esposos podem não aceitar o processo de separação como algo simples:

Então até hoje... ele me mandava cartas me ameaçando de morte, cartas anônimas, escritas com uma letra assim meio "infantiloide", que ele bota no correio e chegava as cartas. Recebi várias cartas de ameaçar, me ameaçando mesmo, dizendo que ia me matar. "Cuidado pra não sair à noite, porque se sair à noite você pode não voltar prá casa, ser encontrada no outro dia com a boca cheia de formiga..." Então houve ameaças de morte...(Danielle).

As dificuldades desses homens em aceitar a nova condição das suas esposas se mostraram como algo muito complexo, pois estas experiências deixaram fortes marcas nas mulheres lésbicas que passaram pelos transtornos

e desgastes afetivos e emocionais oriundos deste processo de separação. Além de ter que enfrentar os seus próprios questionamentos e dúvidas, elas foram conduzidas a enfrentar também as dificuldades dos seus ex-maridos, diante do processo de separação. Quando eles tinham conhecimento da condição homossexual destas mulheres, parece ter ficado mais difícil aceitar não somente o processo de separação, mas principalmente, aceitar que aquela mulher passou a dividir a sua vida com uma outra mulher.

Foi inevitável para elas realizar um *enfrentamento aos esposos no processo de separação*, pois, para que tivessem garantidas as possibilidades de configurar as suas novas conjugalidades, tiveram que buscar forças para lutar contra os obstáculos que naturalmente surgiriam. Das brigas pelo processo de divórcio às lutas pela guarda dos filhos, o processo de enfrentamento a estes homens foi algo muito desgastante e extremamente doloroso para elas, e provavelmente para as crianças.

Foi o caso de Danielle, uma das nossas participantes, que afirma ter perdido a guarda dos filhos, por ter deixado claro para o ex-esposo, para a família e para os responsáveis na Justiça, pelo processo de guarda das crianças, a sua condição homossexual e o seu investimento em uma conjugalidade homoafetiva. O mais difícil para ela foi se deparar com os preconceitos de Alberto (seu ex-marido) e da própria Justiça, que deixou claro que ela não estava apta a permanecer com os filhos, por já não corresponder às expectativas heteronormativas que geralmente são destinadas às mães de família:

Mas aí eu enfrentei o preconceito da Justiça. Precisava ver. A audiência foi horrível. O juiz, um senhor já de idade... a promotora pior do que o juiz... mais homofóbica ainda. (...) Mas ela dizia: "Não, porque você quer a guarda agora? Já que você resolveu viver sua vida homossexual não tem que estar agora brigando pela guarda, não." E eu quase dizia: "quem é a senhora pra tá falando isso ou aquilo?" (Danielle).

Apesar de Alberto ter conseguido a guarda dos filhos, eles ficaram na prática muito mais com ela do que com ele, que se sentia inseguro com relação aos cuidados das crianças. Ela os encontrava todo dia, levava-os à escola, ao médico, para passear nos finais de semana, deixando claro que na convivência

diária, ele não fez muita questão de estar tão presente na vida das crianças. O desgaste com as brigas pela guarda dos filhos foi “uma estratégia de vingança para que ela tivesse que pagar um preço pela sua nova escolha de vida”, segundo ela.

Mas nem todos os homens reagiram da mesma maneira. No caso de Manuela, ele propôs um relacionamento a três, lançando a ela uma nova possibilidade relacional, uma forma de permanecer casado:

Ele sabe. Ele não está aqui, está em Buenos Aires. Mas ele antes de ir já sabia e não me disse nada. Quando eu estava com ele, assim eu passei dois meses que eu estava já com o relacionamento com ela, eu tava com ele ainda, eu estava esperando ele ser transferido para de fato pedir a separação (...) Aí como tava programado ele assumir esse emprego, faltava só dois meses, eu não falei nada, mas eu estava contando com isso. E ele sabia, só que eu achava que ele não sabia (RSRS). Ele estava muito mais irritado, muito mais chateado. Então quando ele viajou e a gente conversou no MSN, aí eu disse que não ia pra lá, pra Goiás, que ia ficar aqui, que ele sabia que eu era apaixonada por outra pessoa. Aí ele fez: “eu sei até o nome do cara” (RSRS). Aí eu: Sabe? Aí ele: “Célia” – escreveu bem grande. Aí ele: “Eu sei e te aceito desse jeito, se você quiser continuar com ela e comigo, porque eu vou aí, três vezes durante o ano, mas eu quero continuar com você”. Eu jamais pensei que ele ia propor isso (RSRS), uma relação triangular desse jeito. Eu que não aceitei. Eu não consigo aceitar essa relação, mesmo porque eu não suportava mais transar com ele (Manuela).

É imprevisível como cada homem passa a lidar com o tema da homoconjugalidade das suas ex-exposas, pois cada um tem os seus valores e posturas referentes à relação heterossexual construída com estas mulheres. Se este foi um ponto que veio à superfície das suas narrativas é porque foi algo que deixou marcas nas suas subjetividades. A transição é sempre um processo de (trans)formação que possibilita a todo o indivíduo repensar posturas e lugares, fazendo da experiência algo que possa ajudar no processo seguinte.

Neste caso, toda a construção realizada em torno das sexualidades, conjugalidades e parentalidades contribuiu para a construção da relação amorosa que, hoje, as sete mulheres participantes da pesquisa estão vivenciando. Cada uma com as suas particularidades, está de forma

permanente (re)construindo os seus vínculos afetivos para fazer valer as suas novas relações amorosas.

3.3.4 A relação conjugal homossexual atual

Os primórdios do amor romântico entre estas mulheres apresentam-se atravessados pelas novas possibilidades do desejo. Ainda que encontrassem nestes homens as satisfações sexuais, algo faltava, afirmam elas. Podemos dizer que antes mesmo de uma vivência plena da conjugalidade homoafetiva, as mulheres precisaram desembaraçar-se dos laços invisíveis construídos a partir do vestido branco, do buquê de flores, do altar, da igreja e do marido. As relações heterossexuais anteriores trazem marcas que estas mulheres não esquecerão jamais.

Para Souza (2005), foi o crescimento do feminismo na década de 1960 que permitiu às mulheres o reconhecimento dos seus próprios desejos por outras mulheres, as impulsionando a mudar as suas práticas sexuais e amorosas. Este reconhecimento levou as lésbicas a se engajarem em um outro movimento denominado movimento lésbico. Ainda que no início tenha havido controvérsias inclusive no interior do próprio movimento feminista, a aceitação destas mulheres foi crescendo ao longo dos anos 1970 e 80. Junto às reivindicações pelos direitos homossexuais destas mulheres, aumentou também a faixa etária das que desejaram ter uma criança na sua conjugalidade com outras mulheres. Este fato marca mudanças significativas na vida social e pessoal das lésbicas e também na história das próprias configurações da família.

A transformação da intimidade apresentada por Giddens (1993) deixa evidente que as experiências sexuais das pessoas não dependem mais da relação familiar para serem reconhecidas como algo importante. Hoje, afirma o autor, a experiência do afeto se tornou algo necessário para o casamento, colocando a sexualidade em um patamar livre do contrato obrigatório da procriação. Esta nova forma de pensar o casamento e, conseqüentemente, a

estruturação da família, possibilitou que o casamento entre pessoas do mesmo sexo se tornasse possível como o é para as pessoas de sexo oposto.

A vivência homoafetiva pela qual passam todas as nossas participantes é uma resposta a diversos questionamentos elaborados durante todo o processo de construção das suas condições homossexuais. O momento atual da sua vida amorosa é nomeado como um Estado da Arte, simbolizando um momento de calma, quando comparado às turbulências conjugais anteriores, afirma uma das colaboradoras. Outra nomeia este momento como sendo de glória, um momento abençoado. Esta percepção das suas conjugalidades lhes permite desfrutar de uma tranquilidade que contribui, de certa forma, para as suas vivências homoparentais:

Mas finalmente eu posso dizer que o meu Estado da Arte (voz de alívio e satisfação) em uma relação homossexual é Amanda. Porque eu acho que agora... [...] Eu acho que agora, eu tenho maturidade pra cumprir uma relação homossexual. Eu sinto muito mais tranquilidade em relação ao homossexualismo, sabe? E a minha situação diante da sociedade, sabe? E a minha maturidade me permite isso (Danielle).

Passei por poucas e boas, mas o momento hoje, graças a Deus, tá um momento abençoado. Tanto com a família, como no relacionamento, quanto com meus filhos (Jéssica).

Certamente, os estados de tranquilidade diante das suas conjugalidades irão colaborar para uma vivência parental muito mais autêntica. Uma vez superados os maiores obstáculos diante das suas condições homossexuais e das suas conjugalidade homoafetivas, as possibilidades da homoparentalidade serão arquitetadas de forma menos turbulenta. Os papéis parentais serão mais bem distribuídos entre as pessoas que fazem as cenas familiares acontecer e cada uma delas encontrará melhores alternativas de convivência.

Como todos os outros aspectos investigados a partir das nossas participantes, não é possível generalizar estes estados de glória a todas elas. É importante assinalar que as situações de infidelidade e insegurança diante das vivências relacionais homoafetivas são fantasmas para algumas delas. Quando esta relação se constitui como a primeira experiência com outras mulheres, a insegurança diante da manutenção do casal se fez presente. É o caso de

Manuela, que enfrenta permanentes crises de ciúme devido às instabilidades do casal diante dos cuidados com a casa e com a filha de 9 anos. Quando a companheira ainda deseja “viver uma vida de solteira”, o amor passa a ser questionado:

É... eu estou tentando ainda entender isso com ela. Eu ainda não sinto que é... eu ainda não sinto que ela é essa pessoa que eu possa vivenciar essa relação família: eu, Iris e ela. É... ela não tem essa maturidade, entendeu? De ter esse cuidado assim de se preocupar com a família. Ela é uma pessoa muito voltada ainda para a farra, pra vida de solteira, não tem assim, de sair pra beber e passar o dia e não ter o compromisso: “pôxa, tem uma criança me esperando, eu tenho que fazer isso, não posso beber porque eu vou buscar, não tem isso”. Isso que me angustia, porque eu sinto que essa relação da gente, a qualquer momento pode ter um fim, porque isso me faz falta. Ou então eu vou me adaptar a isso. Iris tá crescendo, eu não sei, eu tenho... (Manuela).

Por outro lado, ela se mostra encantada com as novas possibilidades relacionais que está vivendo. As descobertas destas outras formas sexuais e afetivas as conduzem à elaboração de uma certeza acerca dos seus sentimentos, o que é diferente da segurança acerca da manutenção dos vínculos conjugais. A certeza do amor não dá garantias da permanência da conjugalidade:

É, eu acho assim, é... eu acho que eu nunca amei na vida, achei que tinha amado. Eu realmente agora encontrei a pessoa, alguém que eu sinto que eu amo realmente. Que me angustia a falta. Eu só preciso assim, administrar essa coisa, entendeu? (Manuela).

Neste momento, fazemos dos questionamentos de Nasio (1997) os nossos próprios, ao perguntar: “Quem é pois aquele que eu amo e considero único e insubstituível?” (NASIO, 1997, p.39). Essa questão nos conduz a uma percepção da experiência do amor, como uma experiência que perpassa as questões ligadas ao inconsciente, numa mistura de realidade e fantasia, na criação psíquica de um ser idealizado. Por isso, a experiência do amor não se constitui apenas como o estado de glória e prazer, mas também de frustração e desprazer:

O ser que amamos continua sendo inevitavelmente o ser que mais nos insatisfaz. A insatisfação do desejo se traduz na realidade cotidiana do casal pelo descontentamento com o amado, com um amado que consideramos uno só como o Outro do amor, mas também como o Outro nas nossas queixas, acusações e recriminações (NASIO, 1997, p.40).

Talvez por isso, a experiência do amor também se constitua como uma experiência de dor. Pois o objeto amado será eleito duplamente: por um lado, terá a função de nos manter vivos no universo e, por outro, ele assumirá o lugar de uma presença fantasiada – imaginária, simbólica e real – que passará a regular os fluxos dos nossos desejos, estruturando a ordem do inconsciente (NASIO, 1997). É importante considerar estes aspectos nas experiências amorosas entre as mulheres lésbicas porque esta presença fantasiada, que permite uma elaboração do chamado Estado da Arte, é o que terá a função de motivar os nossos comportamentos ligados ao investimento cada vez mais profundo no amor:

Amamos com sentimentos mas também com razões e julgamentos. A racionalidade está tão presente ao ato de amar quanto as mais impetuosas paixões. Amar é deixar-se levar pelo impulso passional incoercível mas sabendo “quem” ou “o que” pode e deve ser eleito como objeto de amor (COSTA, 1999, p.17).

Talvez este seja o grande motivo pelo qual estas mulheres apresentam tantos estados de vivências do amor. Por não se fechar em si mesmo, este sentimento oferece outras formas de expressão e de gozo, fazendo daquelas que o experiencie, pessoas em permanentes devires. Como a sexualidade, o amor é composto por múltiplas expressões e faces: Ele é a prova cabal de que a vida não pode ser resumida a quaisquer modelos preestabelecidos de vivências afetivas. Esta concepção também pode ser atribuída às próprias experiências da homoparentalidade.

4 A PARENTALIDADE ENTRE MULHERES: DESVENDANDO OS LUGARES DE CADA UM

“Porque, afinal de contas, todos temos o direito de criar a nossa própria forma de família”
(Hite)

Como foi possível perceber ao longo desta pesquisa, o amor não tem cara, nem gênero, ele se manifesta de diversas formas e os amantes criam inúmeras possibilidades para viver suas relações. A conjugalidade não precisa se adequar às exigências dos modelos heteronormativos e os *gays* e as *lésbicas* através de suas lutas vêm conquistando, ainda que lentamente, o reconhecimento social das suas performances de casal, fazendo das suas conjugalidades, algo possível. Mesmo que no Brasil não se tenha avançado muito em relação ao reconhecimento jurídico destes casais, estas experiências não apenas crescem a cada dia, como também se tornam cada vez mais visíveis.

Muitos destes casais convivem diretamente com crianças, geralmente frutos de relações heterossexuais anteriores, adoção ou planejamento por meio das técnicas de reprodução assistida. Os avanços ligados à tecnologia e as mudanças ocorridas no direito da família permitem que hoje se assista a diversas formas de acesso à parentalidade (UZIEL, 2007; ZAMBRANO, 2006; MELLO, 2005; TARNOVSKY, 2002). Se antes era indispensável a quem desejasse se tornar pai/mãe, casar-se ou unir-se com um indivíduo de sexo oposto ao seu, hoje as pessoas podem decidir a forma como querem que os filhos cheguem às suas vidas. Outras práticas e acordos são possíveis para se ter acesso à parentalidade. Nesse sentido, Uziel (2007) apresenta quatro possibilidades para um casal homossexual ter um filho: inseminação artificial com doador anônimo (no caso das mulheres) ou barriga de aluguel (para os homens); acordo entre alguém ou um casal e amigo do outro sexo; dois casais homossexuais que decidem ter um filho a quatro; e, por fim, a adoção.

O casamento heterossexual, como forma privilegiada de procriação, passa a exercer uma força menor nas relações de parentesco e de parentalidade, fazendo surgir novas configurações familiares constituídas por

pais *gays* e mães lésbicas. Uma vez que os laços afetivos predominam nestas relações, a afetividade se transforma no principal instrumento de manutenção não apenas das conjugalidades, mas principalmente das parentalidades (DIAS, 2003). Esta concepção que privilegia o afeto nas relações conjugais entre dois homens ou duas mulheres tem uma forte colaboração na desconstrução de concepções arcaicas que tendiam sempre a reconhecer essas práticas afetivo/sexuais pelo prisma da perversão. A caracterização de perversão sustentada pela sexologia do século XIX baseava-se no desvio em relação à ordem procriativa.

Muitos autores afirmam que o acesso dos *gays* e das lésbicas à parentalidade surge na atualidade para inaugurar um novo momento dos homossexuais nas sociedades. O exercício dessas parentalidades traz em si mesmo exigências e transformações subjetivas para aqueles que vivenciam essa experiência. É comum que pais e mães tragam muitas dúvidas sobre como tratar o tema da homossexualidade com os filhos, mantendo em segredo os seus relacionamentos afetivos. Por outro lado, os casais que decidiram falar às crianças sobre as suas conjugalidades se sentem mais tranquilos, por viverem uma relação familiar de forma mais aberta e sincera. Independentemente de como pais e mães estejam lidando com os seus filhos, estes casais estão recriando novas estratégias acerca dos seus lugares, das suas funções e das distribuições de papéis, numa dinâmica familiar marcada pela diferença.

Para uma melhor compreensão das experiências das parentalidades nas mulheres homossexuais, nos apropriaremos dos conceitos de devir e linhas de fuga, propostos por Deleuze (1997a), na medida em que nos apresenta uma concepção de subjetividade centrada no processo fluido de devires múltiplos. Assim, tais contribuições conceituais nos ajudarão a construir um caminho teórico baseado na vivência da parentalidade enquanto devir.

A noção de devir está sempre presente em qualquer tipo de família – hetero ou homoafetiva. Mas, nas famílias compostas por mulheres, esse devir poderá se mostrar com maior força e frequência. Pois, segundo Deleuze

(1997a), o devir-mulher²⁰ apresenta-se como linhas de fugas que se furtam a qualquer estrutura ou formalização e, principalmente, resiste à máquina binária. O devir não tem uma meta a ser alcançada. Ele não busca um fim limitado para a sua experiência atual: “Devir não é atingir uma forma (...) mas encontrar a zona de vizinhança, de indiscernibilidade ou de indiferenciação tal que já não seja possível distinguir-se” (DELEUZE, 1997a, p.11).

Quando uma mulher sai de uma relação heterossexual e passa a viver uma com outra mulher e uma criança, ela vai compor uma nova cena familiar que lhe exigirá estar em permanente devir em relação à sua função parental. A velha divisão binária dos sexos marcada pela fixidez de papéis ligados à função materna e à função paterna não mais responde às necessidades dessa nova configuração. A rigidez da função passa a entrar em um processo de devir, pois os papéis são múltiplos e cambiáveis. Independentemente de quem venha a exercê-los, haverá a elaboração de processos subjetivos que podem produzir uma desconstrução dos modelos determinantes e limitados pela divisão biológica dos sexos. É como se estas mulheres estivessem em um permanente “devir-lésbica-mãe,” um novo lugar sendo ocupado na sociedade e principalmente diante dos filhos. Esse “devir-lésbica-mãe” poderá, desta forma, desconstruir a fixidez dos modelos heteronormativos.

Quando eles trazem as tarefas de casa que fala da... porque hoje em dia as escolas já abordam a... os vários tipos de família que hoje temos, não é? Crianças que moram com avós, crianças que moram com os tios, crianças que moram com o pai ou crianças que moram com a mãe, crianças que moram com pai e com a mãe. Claro que eles não colocam a família homossexual, mas eu já endosso isso. Então, levou pra casa, eu falo logo sobre isso, eu falei que todas essas famílias devem incluir. Dei exemplos de artistas, dei o exemplo de Cássia Eller. Aí eu disse: Olhe, hoje em dia, além dessas famílias que a gente falou aqui, existe também meninos e meninas que moram com o pai e gostam de um outro homem, ou que moram com a mãe e gostam de outra mulher, que são os casais de homossexuais (Jéssica).

20 Vale salientar que o devir-mulher não deve ser assimilado à categoria de mulher, ou seja, ele não se restringe ao corpo feminino. O devir-mulher é algo que deve ser produzido mesmo pelo indivíduo do gênero feminino. Para Deleuze, devir-mulher não é “...nem imitar nem tomar a forma feminina, mas emitir partículas que entram em aproximação de movimento e repouso, ou na zona de vizinhança de uma microfeminilidade, isto é, produzir em nós mesmos uma mulher molecular, criar a mulher molecular” (1997, p. 68).

Um outro aspecto que não poderia ficar à margem dessa discussão refere-se à questão do segredo familiar. Parece que a manutenção do sigilo em relação à conjugalidade homoafetiva acarreta alguns percalços neste processo de “devir-lésbica-mãe”, pois além das particularidades em torno da maternidade, entra em cena o componente da condição homossexual. Para algumas mulheres, a condição homossexual ainda se constitui como algo encoberto, o que nos faz crer que elas precisam realizar um grande esforço para que possam ocultar do filho aquilo que muitas vezes já foi dito de várias outras maneiras, através das comunicações performativas do casal conjugal.

Eu converso com ele ... Mamãe o que é fresco? O que é gay? O que é isso? Eu explico... né, esse lado. Mas quando ele entra pro lado pessoal, eu tremo nas bases, eu tremo...(RSRS) eu não vou dizer a você que eu não tremo, eu tremo. (Patrícia).

Não se pode deixar de considerar que uma criança perceberá a diferença entre a convivência familiar anterior e a atual. A relação heterossexual anterior permite, geralmente, estabelecer tipos de relações em que estarão presentes os papéis exercidos pela mãe e pelo pai, de forma distinta. A partir do momento em que essa relação passa por uma ruptura, e a mãe com o filho passam a conviver com a entrada de uma outra mulher nas suas vidas, ocorrerão algumas mudanças inevitáveis em torno dos seus lugares na dinâmica relacional.

O rompimento da conjugalidade heterossexual e o investimento na nova conjugalidade homossexual abrirão espaços para que as mulheres vivenciem “uma irresistível desterritorialização, que anula de antemão as tentativas de reterritorialização edipiana, conjugal” (DELEUZE, 1997). A diferença estará marcando de forma permanente os lugares de cada componente familiar, fazendo-se recriar alternativas multifacetadas de ser e estar em família.

Este processo de ser/estar também irá acompanhar estas pessoas a partir das modificações subjetivas exigidas pela dinâmica familiar. Haverá uma renegociação pessoal acerca das posturas diante dos filhos, das companheiras e, algumas vezes, diante dos ex-maridos. O “devir-lésbica-mãe” irá ultrapassar as fronteiras do devir-mulher, levando-as a recriar as suas formas relacionais e afetivas, fazendo da estética da homossexualidade feminina um novo instrumento de comunicabilidade com a sua companheira e com os filhos.

Devir não é certamente imitar, nem identificar-se; nem regredir-progredir; nem corresponder, instaurar relações correspondentes; nem produzir, produzir uma filiação, produzir por filiação. Devir é um verbo tendo toda sua consistência; ele não se reduz, ele não nos conduz a parecer, nem ser, nem equivaler, nem produzir (DELEUZE, 1997, p.29).

O devir está na ordem do vir-a-ser e a resposta desse vir-a-ser não é quantificável, mas qualificável, pois há neste lugar múltiplas combinações que se expressarão sob múltiplas características. Quando pensamos na palavra mãe, criamos uma representação capaz de lhe ofertar um significado. Não se pode pensar, porém, que existe apenas uma mãe, mas muitas delas e cada uma é diferente da outra. O fato de uma mulher exercer os cuidados com uma criança nos leva, freqüentemente, a perceber que ali se trata de uma mãe. No entanto, outras mulheres cuidam de crianças, sem necessariamente serem mães, enquanto outras tantas, legalmente reconhecidas como responsáveis por tal ou qual criança, não exercem o seu papel cuidador. O significante *mãe* desfruta de múltiplos significados, sendo a experiência homoparental, apenas mais um dos sentidos.

Os devires vivenciados pelas pessoas perpassam a experiência de vida e colocam sempre em cena o corpo e suas muitas formas e formatos. No devir-mulher não se trata de um processo de imitação ou transfiguração de uma forma feminina, mas sim, de “emitir partículas que entrem na relação de movimento e repouso” (DELEUZE, 1997), fazendo com que a mulher se torne uma entidade molar. É indispensável, afirma Deleuze (1997), que as mulheres levem a cabo uma certa política molar, em função de uma conquista que elas operam nos seus organismos, nas suas próprias histórias e suas subjetividades.

Como a produção do sujeito humano, que está em permanente processo de mudança, a vivência da maternidade oferece mostras evidentes de sua plasticidade: “Ela é sempre uma obra-em-andamento e um local de experimentação contínua” (DOEL, 2001, p.88). Nesta experiência da produção do sujeito humano e no caso particular da vivência da parentalidade, as mulheres lésbicas estariam, constantemente, em processo de rupturas. A experiência de rompimento é o que permite às mulheres vivenciarem um

processo de movimento molecular em torno das suas subjetividades (DOEL, 2001).

No momento em que as mulheres lésbicas passam a compor uma cena familiar baseada nas relações de homoparentalidade, institui-se um processo de elaboração relacionado à desconstrução conjugal e parental que poderá refletir numa desestabilização das suas próprias subjetividades. Os conflitos próprios de um processo de rompimento de uma conjugalidade heterossexual e o investimento nas relações homossexuais lhes possibilitaram uma vivência de desconstrução, não somente das suas conjugalidades anteriores, mas das suas próprias questões pessoais, seus valores morais e suas concepções de família. Carmem, uma das nossas colaboradoras, deixa claro que este processo de desconstrução subjetiva foi uma experiência complexa, mas necessária para que hoje ela conseguisse encontrar uma harmonia na sua conjugalidade atual e nas relações de parentalidade:

Nunca fui de ter sonhos eróticos, nunca fui de ficar olhando para mulheres, não era... não sei como é que é, como essa coisa aconteceu. Mas isso veio acontecer justamente nesse ano que a gente estava vivendo junto, no final dessa história foi que apareceu essa figura na minha vida e que despertou essa outra coisa. E aí, eu fui descobrir uma coisa que eu não sabia que eu tinha. E também foi outra vivência complicada, eu entender essa possibilidade. Que eu sempre achei que, eu respeitava muito, mas que isso também nunca... ia acontecer. E foi esquisito, mas também muito interessante eu perceber que não foi um choque, e que era alguma coisa que já existia em mim, entendeu? (Carmem).

A passagem por essa experiência deixou marcas na sua subjetividade e no seu corpo. Mesmo encantada com a nova possibilidade relacional, ela teve que abrir mão da guarda dos filhos para o ex-marido que, na tentativa de puni-lá por sua escolha amorosa, lutou na Justiça para ficar com as duas crianças. A partir desse momento, surgiram novos acordos e os papéis parentais passaram por alguns deslocamentos, fazendo da parentalidade uma experiência fundamentada no permanente devir. Doel (2001) nos mostra que o processo de desconstrução tem uma função interventiva, pois permite que se experiencie a multiplicidade, a desestabilidade e as formas plurais da subjetividade humana: “Ela intervém ao longo das linhas de força, do desejo e do poder, a fim de

alavancar e deslocar estabilizações forçadas, transformando-as em uma multiplicidade” (DOEL, 2001, p.94). Rompe-se, assim, a experiência engessada das funções maternas e paternas na vida das mulheres lésbicas, possibilitando que o exercício da maternidade seja atravessado por transformações e readaptações permanentes. A experiência do devir constante lhes permitirá a construção de linhas de fuga que lhes proporcionarão conduzir e deixar-se conduzir pela experiência parental.

Indivíduos ou grupos, somos atravessados por linhas, meridianos, geodésicas, trópicos, fusos, que não seguem o mesmo ritmo e não têm a mesma natureza. São linhas que nos compõem, diríamos três espécies de linhas. Ou, antes, conjuntos de linhas, pois cada espécie é múltipla (DELEUZE, 1996, p. 76).

Esta multiplicidade existencial que se reflete na experiência da homoparentalidade é o que permitirá às mulheres lésbicas realizar, permanentemente, novas formas de relação com os seus filhos junto às suas companheiras. Não podemos, porém, desconsiderar que existem nas sociedades diversas pressões sociais em torno das exigências ligadas à reprodução do modelo de família hegemônico formado por casais heterossexuais. Uma vez que as relações amorosas entre mulheres trazem os filhos para a sua convivência, interrompe-se o destino apontado pelas diversas instâncias sociais, qual seja, a normalização dos papéis parentais pela via da heterossexualidade.

4.1 Homoparentalidades: outras formas de família

Esta suposta normalização da família pela via heterossexual sempre direciona e alimenta a idéia estigmatizante que associa a homossexualidade às questões patológicas que vêm sendo, pouco a pouco, desconstruídas. Para Souza (2005), a maternidade lésbica pode ser consolidada pelas vias mais práticas, se comparada com a paternidade *gay*, pois é bem mais fácil para elas engravidar, do que um *gay* pagar uma barriga de aluguel, por exemplo. “A maternidade lésbica é algo não somente incentivado (mesmo pelos heterossexuais) como esperado” (SOUZA, 2005, p.49). Nesse sentido, esta

concepção de mulher/mãe facilita o caminho em direção à maternidade para as mulheres homossexuais. O acesso aos filhos faz parte de um processo de reprodução que é visto como algo natural, próprio às mulheres.

O espanto da sociedade em torno das homoparentalidades é mais ameno em relação às mulheres lésbicas do que aos homens *gays*. Estes, mesmo com filhos biológicos, são questionados, avaliados e vigiados devido às suas orientações sexuais. Souza (2005) afirma que para a lógica heterossexual, a maternidade lésbica não se apresenta de forma subversiva, por se fundamentar num discurso que concebe a maternidade a partir do instinto. Por outro lado, a homoparentalidade feminina também permitiria desconstruir a idéia natural que atribui às mulheres um papel privilegiado diante do processo de reprodução. Pois, não esqueçamos que a reprodução somente é compreendida como natural no âmbito da relação heterossexual.

Não podemos esquecer, também, que muitas vezes as crianças chegam na vida das mulheres lésbicas através de uma conjugalidade heterossexual. Em nosso estudo, o acesso à parentalidade antecedeu a vivência da conjugalidade homoafetiva. Esse dado coincide com os resultados encontrados por Souza (2005) que, numa comparação entre mulheres lésbicas brasileiras e canadenses, percebeu que no Canadá há uma predominância de casais de mulheres que tiveram acesso à parentalidade por meio de decisões conjuntas, diferentemente do que acontece no Brasil. Em nosso país, o que se observa é que a chegada das crianças ocorre, em geral, por meio das relações heterossexuais anteriores à conjugalidade homoafetiva resultado de um recasamento.²¹

A complexidade vivenciada pela família atual não deixa de lado as particularidades da conjugalidade e da parentalidade. Mello (2005) afirma que o papel parental prescinde da conjugalidade, pois a parentalidade pode ser exercida não apenas no âmbito de uma relação conjugal, mas também nas particularidades das relações monoparentais: “Mesmo quando um casal que tem filhos interrompe o vínculo afetivo-sexual, o papel parental continua, em tese, a ser desempenhado pelos pais, na relação com seus filhos” (MELLO, 2005, p.34).

21. Utilizamos a palavra recasamento no sentido de uma conjugalidade igualitária (HEILBORN, 2004), a qual foi discutida no capítulo um desta dissertação.

Butler (2003a) faz um questionamento importantíssimo em relação aos sistemas de parentesco: “O parentesco é sempre tido como heterossexual?”, no qual proporciona uma problematização do parentesco levis-straussiano. Tomando as discussões sociológicas acerca do parentesco, a autora mostra que “existem e persistem relações de parentesco que não se enquadram no modelo de família nuclear” (BUTLER, 2003a, p.221). Tais relações se baseiam nas concepções biológicas e não-biológicas, ultrapassando o alcance jurídico e funcionando a partir de regras não formalizáveis. Sob este prisma, o casamento já não determina os laços de parentesco, colocando-o, para as sociedades heteronormativas, em uma situação de risco quando se trata de famílias compostas por homossexuais. Assim, inicia-se uma identificação das variações no parentesco na medida em que essas novas famílias nos impõem a questionar a naturalização do casamento heterossexual. Desta maneira, as famílias homoparentais são tidas como perigosas para as crianças porque colocam em risco as leis consideradas e referenciadas como naturais e culturais responsáveis pelo amparo à inteligibilidade humana (BUTLER, 2003a). Na tentativa de romper com esta concepção, a França assistiu à criação do Pacto Civil de Solidariedade²² (PACs), que proporciona direitos significativos aos casais não casados e comporta certos limites, pois em nada altera o direito da família. Ele se constitui, por este ponto de vista, num ato neutro. Não modifica as regras em matéria de filiação e adoção, nem as regras sobre reprodução assistida ou autoridade paterna.

Na investigação de Butler (2003), observa-se que há uma clara demanda destinada àqueles que se dedicam aos estudos da sexualidade, na expectativa de responderem aos argumentos homofônicos, surgidos a partir das conjugalidades e das parentalidades dos *gays* e das *lésbicas*. Os questionamentos que surgem em relação às parentalidades estão ligados à originalidade ou à artificialidade que desestabilizam a supremacia da reprodução heterossexual. Uziel (2007) percebeu, durante a sua pesquisa com homens, que a paternidade exercida por *gays* recebe uma carga negativa, pois

²² Lei criada em 15 de novembro de 1997 na França. Esta lei legitima as formas alternativas de casamento (legalização das suas uniões por meio de contrato específico), reconhecendo a possibilidade de duas pessoas não-heterossexuais poderem adotar crianças e ter acesso às novas tecnologias reprodutivas. Entre os autores que falam sobre o PACs, destacam-se Roudinesco (2003), Butler (2003a).

traria consigo todo um arcabouço histórico que delimita os espaços dos cuidados infantis historicamente construídos e destinados às mulheres.

No caso das mulheres, estes questionamentos parecem perder forças, pois a partir das considerações culturais, elas são destinadas aos cuidados infantis. O fato de ser mãe passa a ser inquestionável, a menos que esta mulher seja negligente ou realize algum tipo de maltrato à criança que está sob os seus cuidados. As ressalvas para conceber adoção a um casal de mulheres homossexuais estão no receio de que haja uma probabilidade de as crianças se tornarem homossexuais ou mesmo do estigma que estas famílias podem sofrer pelos diversos setores da sociedade. No entanto, o ponto mais crítico relacionado aos questionamentos referentes a uma suposta incapacidade dos gays e lésbicas exercerem a parentalidade sustenta-se na própria orientação sexual. Portanto, o estranhamento causado por estas práticas parentais ocorre porque se presume que a orientação sexual é capaz de influenciar ou comprometer todas as ações voltadas ao desempenho das funções parentais. Estes questionamentos são ampliados para além daquilo que se considera ser o melhor para as crianças. Perpassam pelas questões que problematizam as orientações sexuais das mães e a diferença de sexo mascaradas pelas conjugalidades homossexuais.

É preciso compreender a construção da maternidade como algo importante para as mulheres e como ela influenciou as lésbicas no processo de maternidade. O que, certamente, irá refletir nos papéis parentais relacionados aos cuidados prestados aos filhos.

Muitas pessoas finalizam uma relação conjugal (heterossexual ou homossexual) e convivem durante determinado tempo apenas com os filhos. Estas famílias passam a vivenciar um novo fenômeno nas suas configurações afetivas e relacionais. São as famílias monoparentais que estabelecem outros vínculos que escapam à forma nuclear de se fazer família. Na monoparentalidade, a relação pai-filho ou mãe-filho passa a constituir o núcleo familiar. Estas relações, afirma Mello (2005), implicam duas situações distintas: primeiro são percebidas a partir da referência parental única e exclusiva da criança destinada a um dos pais e outra em que ambas as figuras parentais constituem uma referência familiar unificada. Esta particularidade não impede

que homens e mulheres consigam exercer as suas funções parentais e que as crianças não fiquem prejudicadas no seu desenvolvimento social e psicológico.

Em um plano mais amplo e político, esta configuração familiar teve (e tem) um claro papel na desconstrução do modelo nuclear de família como única forma de construção do vínculo familiar. A sua vivência e o seu reconhecimento jurídico vêm mostrar claramente que a conjugalidade e a parentalidade não precisam existir entrelaçadas por um vínculo exclusivamente heterossexual. “A família pode incorporar uma explícita dissociação entre esses dois tipos de papéis, numa ruptura significativa com as representações sociais até recentemente dominantes” (MELLO, 2005, p.34-35). E ainda que esta forma de família venha se reproduzindo, cada vez mais, não deixa de trazer questionamentos.

Não se pode deixar de considerar que independentemente do tipo de relação que estas mães venham a assumir, os cuidados com os filhos são exercidos de forma permanente, ainda que as separações conjugais tragam seqüelas para todos os envolvidos. Nesta pesquisa, foi comum que todas as entrevistadas fizessem referência aos pais dos seus filhos, mas (e sobretudo) às suas ex-companheiras, como pessoas importantes para si e para os filhos. As mulheres que conseguiram construir uma convivência baseada no diálogo com as crianças, estando mais seguras acerca da sua escolha afetiva, deixam evidente que este fato favorece não apenas uma relação mais autêntica a elas, como também, em relação à companheira. Este fato permite que se tenham diálogos mais acessíveis e permanentes que ajudam a família numa vivência mais plena da sua parentalidade. Desta forma, as dificuldades encontradas por todos os membros familiares serão enfrentadas com base no afeto e na confiança mútua.

A parentalidade destina-se a nomear os vínculos de parentesco e dos processos psicológicos que se desenvolvem a partir dessa experiência. Para Houzel (2004), este termo designa as funções e os papéis parentais vivenciados por homens e mulheres que convivem com pelo menos um filho. Na perspectiva desse autor, há três eixos que devem ser considerados na parentalidade: o exercício, a experiência e a prática. Estes eixos ajudam as pessoas a nortear as suas práticas parentais nos mais diversos lugares e formas familiares. Seja numa relação heterossexual ou homossexual, por um

casal ou não, a parentalidade encontra-se ligada aos três eixos responsáveis pela compreensão dos aspectos subjetivos, legais e práticos das ações e desejos ligados aos cuidados destinados às crianças.

O exercício da parentalidade está vinculado ao sentido jurídico destinado ao direito das pessoas de terem filhos. Ele transcende a experiência subjetiva e os comportamentos das pessoas. É ele quem dá origem e organiza a parentalidade, pondo cada pessoa nos seus laços de parentesco. Estes laços implicam sempre os direitos e os deveres decorrentes desta experiência.

A experiência da parentalidade está ligada aos aspectos subjetivos conscientes e inconscientes relacionados aos papéis parentais. O desejo pela criança e o processo de transição ligado à parentalidade se constituem como centrais na parentificação (HOUZEL, 2004). Este processo implica modificações psíquicas principalmente nas mulheres que passam pela experiência da gravidez e do parto. Mas é inegável que os homens também vivenciem essa experiência de forma significativa, pois qualquer sujeito que passe, em algum momento das suas vidas, pelo processo de parentificação, fica marcado por mudanças de comportamento em relação aos filhos.

Por fim, a prática da parentalidade designa as tarefas cotidianas executadas pelos pais ou outra pessoa que assumiu a função parental, responsáveis pelos cuidados dedicados à criança. Este eixo da parentalidade chama à cena os cuidados parentais, aqueles que procuram formas de manter a saúde física e psíquica da criança, que está sob os cuidados do adulto. Houzel (2004) nos mostra que durante este processo de interação vivenciado pelos pais, mães e filhos, a criança exerce um papel ativo fundamental nas trocas afetivas experienciadas. Algumas interações são destacadas pelo autor, para nomear formas distintas de relações nos diversos momentos da prática parental: as interações comportamentais, afetivas, fantasmáticas e simbólicas.

As interações comportamentais descrevem aquelas passíveis de observação. Todo comportamento observável, e que pode ser descrito de forma objetiva, compõe as interações comportamentais. As afetivas implicam sempre a afetividade investida nestas relações de cuidado. Elas afetam não apenas a criança, mas também o adulto responsável pelos seus cuidados. As fantasmáticas se relacionam ao aspecto não observável, por ter os seus componentes enraizados nos aspectos mais subjetivos das pessoas envolvidas

na parentalidade. São as histórias dos pais, o funcionamento do casal e a personalidade dos adultos responsáveis pelos cuidados infantis, os componentes principais na vivência destas interações fantasmáticas. Por último, as interações simbólicas estão ligadas aos aspectos de transição simbólica vivenciados na família e inscrevem a criança no processo de filiação.

Mesmo que alguns autores façam referência à parentalidade a partir do modelo de família heterossexual, não se pode deixar de considerar que a parentalidade não precisa passar pelo processo heteronormativo para se constituir como algo possível. Muitas mulheres e homens homossexuais passam pelos mesmos processos apresentados por Houzel (2004). O fato de dividirem os cuidados dos filhos com as suas companheiras ou companheiros não impede, em nenhuma hipótese, que esta parentalidade seja vivenciada de forma plena.

4.2 Da parentalidade à homoparentalidade: transições possíveis

Alguns autores preferem utilizar a nomenclatura homoparentalidade para nomear as relações de casais *gays* e *lésbicos* que compartilham os cuidados de crianças. Tarnovsky (2002) mostra que este termo foi utilizado na França pela *Association des Parents et Futurs Parents Gays et Lesbiennes*, quando foi proposta uma articulação entre as experiências da parentalidade com a homossexualidade.²³ Sob este prisma seria necessário que pelo menos um adulto que se autodesigna homossexual seja pai ou mãe de uma criança.

Os questionamentos em relação à homoparentalidade são muitos e embora alguns autores a coloquem no lugar de uma suposta desordem,²⁴ outros sustentam que a parentalidade homossexual pode ser positiva tanto para as crianças envolvidas, como para os adultos responsáveis pelos seus cuidados. Assim, assevera Zambrano (2006): “É a capacidade de cuidar e a qualidade do relacionamento com os filhos o determinante da boa

²³ A respeito desta discussão que leva a homoparentalidade ao âmbito acadêmico, sociológico e político, ver também MELLO (2005); GROSSI (2003); UZIEL (2004; 2007); ZAMBRANO (2006).

²⁴ A psicanalista Elizabeth Roudinesco (2003), no seu livro *A família em desordem* defende que a homoparentalidade é um dos principais responsáveis pelo declínio do patriarcalismo e pela desordem dos modelos nucleares da família.

parentalidade e não a orientação sexual dos pais” (ZAMBRANO, 2006, p.10). A qualidade relacional encontra mais força na manutenção familiar do que na forma como se dão os relacionamentos sexuais dos pais. O afeto e a dedicação prestados à criança sobrepõem outras exigências baseadas, principalmente, nas questões jurídicas lançadas à família, na atualidade.

Não se pode sobrepôr a orientação sexual quando se fala de família e homossexualidade. Mesmo que esta discussão sempre venha à tona quando se fala da homoparentalidade, não se deve esquecer que a homossexualidade de uma pessoa não se constitui numa única característica ou como algo que exclusivamente define sua identidade. Uziel (2007) defende a idéia de que: “ao se utilizar conceito de homoparentalidade, institui-se uma relação em que, a não ser estrategicamente, não se tem certeza da propriedade e das conseqüências que seu uso pode gerar” (UZIEL, 2007, p.16).

Mesmo que se faça um esforço para minimizar esse argumento, a autora insiste em afirmar que a estranheza causada por estas famílias ancora-se no imaginário que questiona os pais homossexuais. Tal questionamento relaciona-se à idéia de negação da paternidade, quando se observa uma escolha de parcerias do mesmo sexo. Os pais homossexuais estariam localizados num patamar contrário à normalidade (DINIZ; BORGES, 2007), dando continuidade a uma representação patológica equivocada que põe os homossexuais no lugar da anormalidade. Assim, a patologização da homossexualidade servia de argumento impeditivo, pois colocaria em risco a vida das crianças e o seu processo de socialização.

Tarnovsky (2002) defende que o casal homossexual composto por homens ou mulheres propõe uma filiação não baseada na diferença sexual que desvincula a parentalidade da reprodução bissexuada. A organização destas famílias encontra-se baseada em novas aprendizagens que exigem adaptações permanentes para que todos os seus membros encontrem formas possíveis de estar e de conviver entre si. O desafio maior que se coloca às famílias homoparentais insere-se no campo das legalidades. Pois o reconhecimento das suas conjugalidades e parentalidades é negado.

As companheiras das mulheres assumem papéis específicos ligados exclusivamente aos dispositivos da convivência familiar privada, mas elas são as mais prejudicadas na sua função co-parental (GARCIA, et all., 2007), sendo

reconhecidas como *outras mães* (HERRERA, 2007) apenas pelas mães legítimas das crianças. Há nesta relação co-parental uma ruptura relacional que impede as companheiras de se apropriarem do significante mãe, pois existe uma impossibilidade da sua legitimidade. A menos que as duas companheiras tenham conseguido adotar uma criança no nome das duas, o que ainda não se mostra uma prática efetiva no Brasil.

A idéia de devir apresentada por Deleuze (1997) também acompanha as mulheres que exercem os papéis de co-parentalidade junto às crianças, mesmo que se tenha observado ressalvas de algumas diante dos seus exercícios parentais:

Mas, aí, ela faz questão de... de não assumir, ela faz assim, "oh..." Isso foi uma coisa já conversada, ela faz: "Olha, eu não quero... assumir responsabilidades, eu não quero ter aquele papel ou aquela coisa, por que, amanhã ou depois o pai dele pode vir querer interferir em alguma coisa, perguntar a ele, e ele dizer, não porque é Telma que faz isso ou aquilo...". E depois pode ser ruim, já pelo fato de eu não ter, ainda, esse lado bem resolvido, assumido e tudo (...) Aí ela (a companheira) não quer, mas, por exemplo, quando eu saio para trabalhar, ela fica com ele, ela bota o café da manhã dele, o que acontecer durante o dia, enquanto eu tô fora... (A companheira fala para o filho de Patrícia): "Elton, vá estudar!", ela senta para estudar com ele. Ela: "Arrume suas coisas, arrume..." E ele obedece numa boa. [...] Aí, assim, se trocam, tem uma relação muito legal, sabe? É, tem que botar de castigo..., se tiver que brigar, ela briga, bota de castigo, muito mais que eu (...) (Patrícia).

Essa fala deixa claro que se faz necessária a elaboração de múltiplos acordos relacionados aos papéis parentais de cada uma e em relação aos seus lugares na vida da criança. O devir parental serve como instrumento de permanentes atuações na vida das mulheres lésbicas, fazendo crer que a multiplicidade da parentalidade oferece possibilidades diversas em relação aos vínculos constituídos na dinâmica familiar. A idéia deleuziana de segmentaridade nos conduz a uma percepção da parentalidade pela via de um processo de devir, mas que se constitui pelos artifícios da segmentaridade.

A segmentaridade, para Deleuze (1996), é um dos componentes da condição humana. Ela pertence a todos os estratos que nos compõem: "Habitar, circular, trabalhar, brincar: o vivido é segmentarização espacial e

socialmente. A casa é segmentarizada conforme a destinação de seus cômodos; as ruas, conforme a ordem da cidade” (DELEUZE, 1996, p.83-84). Tudo o que ronda a existência humana constitui o processo de segmentarização, pois aprendemos a perceber e estar no universo em permanentes processos de mudanças. Este processo de segmentarização ocorre de forma *binária*, quando aprendemos a nomear os objetos a partir de categorias de oposição; de forma *circular* que se exprime pelo processo de circularidade – círculos cada vez mais vastos e, por último, a forma *linear*, que caracteriza a condição dos episódios vividos como processo.

Somos segmentarizados linearmente, numa linha reta, em linhas retas, onde cada segmento represente um episódio ou um processo: mal acabamos um processo e já estamos começando outro, demandantes ou demandados para sempre, família, escola, exército, profissão (DELEUZE, 1996, p.84).

Na experiência da homoparentalidade, a idéia de segmentaridade parece justificar a flexibilidade e a não universalização dos vínculos. Estes casais estão em permanente processo de construção desta parentalidade, pois a vivência parental segue o rumo da segmentaridade e do devir. É o que se percebe também nas próprias relações de co-parentalidade, pois ao mesmo tempo em que a companheira de Patrícia afirma não desejar assumir qualquer tipo de papel parental junto ao seu filho, ela está dedicando espaços de tempo aos seus cuidados. É impossível que numa relação de casal entre duas mulheres, exista uma que fique completamente neutra no papel parental, visto que naquele palco familiar estão em cena permanentes processos de resignificação da parentalidade.

Sempre haverá um vínculo destas mulheres com os filhos das suas companheiras, por mais fino e frágil que possa parecer. A convivência cotidiana na relação de casal vem permitir a manutenção dos vínculos parentais. A comunicação, os acordos e desacordos, os papéis parentais distribuídos entre as duas mulheres, os cuidados dedicados à criança, a recusa no envolvimento, a fuga diante do novo, tudo isso constitui o processo de segmentaridade.

Fugimos diante da fuga, endurecemos nossos segmentos, entregamo-nos à lógica binária, seremos tanto mais duros em tal segmento quanto terão sido duros conosco em tal outro

segmento; reterritorializamo-nos em qualquer coisa, não conhecemos segmentaridade senão molar, tanto no nível dos grandes conjuntos aos quais pertencemos, quanto no nível dos pequenos grupos onde nos colocamos e daquilo que se passa conosco no mais íntimo ou mais privado (DELEUZE, 1996, p.109).

Por isso, a parentalidade se mostra multifacetada, com claras evidências das suas infinitas possibilidades afetivas e relacionais. Quando as mulheres lésbicas saíram da heteroparentalidade (GARCIA, et all., 2007) e passaram a investir na homoparentalidade, elas se reterritorializaram nas particularidades afetivas de uma conjugalidade homossexual. Este processo lhes permite estabelecer limites e realizar novos acordos junto aos seus filhos. Tal parentalidade traz à cena social alguns aspectos que merecem a atenção, pois quando elas falam sobre as suas experiências homoparentais, descortina-se a construção social da maternidade, a chegada da criança às suas vidas, a experiência de ter filhos numa conjugalidade homoafetiva, as relações do casal junto às crianças e as suas performances à vivência da parentalidade. Propomo-nos agora a investigar os dizeres das mulheres sobre a sua experiência parental.

4.3 A construção social da maternidade e o lugar da homoparentalidade

A maternidade, freqüentemente, esteve relacionada ao lugar do sagrado. A capacidade de dar à luz destinava à mulher os ditames da reprodução e dos cuidados prestados às crianças. “As mulheres eram feitas para ser mães abnegadas, e em muitas sociedades elas acreditaram piamente ser esse o seu destino” (HRDY, 2001, p.24). Diversas políticas sociais fizeram crer que esta experiência se transformasse no principal motivo de realização feminina. A condição da maternidade inata passou a garantir que toda mulher traz consigo um grau elevado e seguro de parentesco com o seu bebê, desde o momento do seu nascimento. Melhor dizendo, os saberes determinavam que as mulheres, por terem a capacidade de procriar, tivessem da mesma forma a possibilidade de “maternar.”

É a partir dessa ligação maternidade-maternagem que as mulheres ganham o *status* inexorável de cuidadoras por excelência. O seu corpo, os

seus gestos e a delicadeza do toque garantem um espaço real e simbólico de acolhimento e segurança para o bebê. Houve, portanto, um processo que garantiu a construção da maternidade como ingrediente necessário não apenas à reprodução, mas também à manutenção da espécie humana. Assim, a maternidade transforma-se em um processo de reconhecimento social e pessoal que fortalece a percepção inata da mulher em relação aos cuidados prestados à criança.

Deste modo, as mulheres que se tornam mães aprendem a reconhecer os seus bebês logo nos primeiros dias, após o nascimento. O processo de amor e paixão destinado à criança se dá de forma gradual e não instantânea. Ele garante e assegura uma identificação mútua que passa pela construção do vínculo afetivo de ambos. Vale salientar que “uma mulher predisposta a ser mãe pode aprender a amar qualquer bebê, ao passo que uma mãe que não manifesta essa disposição não aprende sequer a amar os dela” (HRDY, 2001, p.136). O amor ao filho não é algo que ocorre somente por meio do desejo e da idealização, nem mesmo somente pelo processo de gestação. O amor entre mãe e filho se desenvolve com o passar do tempo, por meio de um processo de conquistas mútuas.²⁵ Nesse sentido, podemos assinalar o equívoco da relação intrínseca entre maternidade e maternagem.²⁶

Em um aspecto sociológico (e mesmo psicológico), a maternidade incorporou o único código de acesso à realização feminina. Mas esta concepção de maternidade se transformou, ao longo do tempo, em uma obrigação para a mulher. Sabemos que a relação entre maternidade e realização feminina, ainda hoje influencia os processos de escolha e planejamento dos filhos, afirma Hrdy (2001). Para a autora, a construção histórica da maternidade interfere bastante nos desejos pelos filhos e no sentimento da obrigatoriedade de procriar:

²⁵ Ainda que muitos psicanalistas defendam que a mãe seja a principal responsável pela constituição subjetiva do sujeito, por meio da sua função materna, Levin (2001) diz que a criança também exerce uma função específica no seu lugar de filho. Para o autor, a criança tem o dever inconsciente de conquistar a sua mãe pelo olhar de reconhecimento do seu lugar constitutivo.

²⁶ Para uma leitura aprofundada sobre o assunto, ver BADINTER (1985).

Muitas de nós, em diferentes etapas de nossas vidas, desejamos desesperadamente um filho. Outras, por compromissos assumidos com uma carreira ou por outras razões, estão decididas a não ter nenhum. Muitas mulheres estão certas de que nunca vão querer ter um filho e depois mudam de idéia (HRDY, 2001, p.134).

Assim, mesmo que a partir do movimento feminista tenha se iniciado uma dessacralização das mães, que ampliou os horizontes da mulher para além do âmbito privado, ainda não é simples distanciar-se das cobranças sociais relacionadas à maternidade. As exigências sociais podem provocar uma culpabilização diante da impossibilidade de ter filhos ou mesmo diante da ausência de desejo maternal.

As mudanças históricas juntamente com a constatação da ausência de desejo de procriação em algumas mulheres conduziram alguns autores a questionar a maternidade como destino das mulheres. O modelo da mãe feliz e competente diante dos cuidados com o filho começa a se deteriorar e surgem diversos questionamentos sócio-históricos. A mulher se vê pela primeira vez na história da humanidade diante da possibilidade de escolha, ainda que a escolha pela não-maternidade se apresente de forma muito complexa.

Se por um lado, a noção de predisposição feminina para os cuidados infantis se mostrou como consequência de uma reprodução dos modelos gênero (mulher-natureza-maternidade-privado-passividade), por outro, ela contribuiu no reconhecimento social da parentalidade exercida por casais de mulheres. Parece-nos, então, que as mulheres homossexuais são menos perseguidas pela sua parentalidade do que os homens (GARCIA, et al., 2007; SOUZA, 2005), porque são mulheres e são mães. As mulheres homossexuais não se diferenciam das heterossexuais quando se fala sobre a capacidade de ter filhos e de realizar os seus cuidados, apesar de as lésbicas trazerem consigo alguns questionamentos acerca do acesso à maternidade e à parentalidade. Herrera (2007) apresenta alguns desses questionamentos: a maneira como devem ter os filhos (através das muitas formas de acesso à parentalidade), os cuidados destinados aos filhos, os lugares das suas companheiras, a distribuição de papéis, entre outros. Vale ressaltar que esses questionamentos são inerentes às mulheres independentemente da sua prática

sexual. Essas questões parecem confirmar que o acesso à maternidade já não depende de uma relação sexual entre um homem e uma mulher.

A demanda mais tradicional é ter um bebê. Incluídos nesse grupo estão os casos clássicos de infertilidade que ocorrem nas relações entre homens e mulheres, os casos representados por casais do mesmo sexo e os de pessoas solteiras. Incluídas nesse grupo, estão, ainda, pessoas que se submetem a algum tipo de quimioterapia e mulheres que já passaram pela menopausa e decidem ter um filho, estendendo, assim, os limites da idade de procriação (MENEGON; SPINK, 2006, p.164).

As Novas Tecnologias Reprodutivas mostram que tanto a maternidade como a parentalidade desfrutam de múltiplas formas de acesso. O acaso que predominou nas decisões de muitos homens e mulheres acerca da chegada de uma criança dá lugar ao desejo, hoje o principal responsável pela chegada de uma criança nas suas vidas.²⁷ Independentemente da forma como uma criança chega à vida das mulheres, não podemos desprezar o fato de que a maternidade passou por um processo de construção histórica que, ainda hoje, ecoa nas suas ações e atitudes, afetando diretamente as suas trajetórias subjetivas.

Se anteriormente a idéia de procriação estava condicionada ao casamento, atualmente o casamento deixou de ser sinônimo de criação dos filhos. A mudança na representação do casamento comungado pela procriação pode ser observada por algumas alterações significativas no lugar da mulher na sociedade, da sexualidade e da própria maternidade. As taxas de fertilidade e de mortalidade infantil baixaram, a longevidade aumentou e as crianças passam muito tempo convivendo com outras crianças nas escolas. A representação do lar como local de produção e trabalho modifica-se, havendo

²⁷ Há várias dimensões acerca do desejo como integrante propulsor do acesso à parentalidade. Menegon e Spink (2006) tomam Chadwick (1992) para mostrar as várias dimensões do desejo de criar um filho ou uma filha: “esse desejo também pode ser realizado com a adoção; o desejo de carregar no ventre e dar à luz um bebê, podendo ser realizado também com o uso de material genético de terceiros, o desejo de ter um bebê com a carga genética dos pais, que nos remete à antiga expressão ‘sangue do meu sangue;’ o desejo de ter um bebê com determinada pessoa; o desejo de ter um herdeiro para os bens. Enfim, as demandas por bebês são movidas por desejos variados, engendrados em processos socialmente construídos, que apresentam diferentes graus de valoração sociocultural” (MENEGON; SPINK, 2006, p.164-165).

um claro rompimento entre a casa e o trabalho. Há uma verdadeira mudança na organização da produção que faz surgir algumas transformações na família e na vida das mulheres. “A família tornou-se uma instituição especificamente relacional e pessoal, a esfera pessoal da sociedade” (CHODOROW, 2002, p. 19). Neste cenário, a mulher se localiza como ferramenta central de manutenção dos vínculos afetivos e dos cuidados destinados às crianças e aos maridos.

A reprodução do papel maternal logo se transforma em elemento fundamental para a organização e a reprodução social do gênero. A representação da maternidade e a sua reprodução, contemporânea, ocorrem por meio de processos psicológicos estruturalmente induzidos. Não é um produto da Biologia ou um preparo intencional: “a maternação das mulheres se reproduz ciclicamente” (CHODOROW, 2002, p.22). As formas diferenciadas de cuidar das meninas e dos meninos mostram como estas reproduções sociais se manifestam e se reproduzem em outras cenas cotidianas, nas mais diversas sociedades.

As mulheres homossexuais igualmente passaram pela experiência da infância e foram educadas e cobradas para responder às expectativas sociais: casar, ser dona de um lar, vivenciar a experiência da reprodução, entre outras. As nossas colaboradoras relatam que se sentiram, em algum momento das suas vidas, pressionadas pelas famílias em relação às demandas sociais sobre a maternidade, como também experimentaram o desejo de serem mães em algum momento das suas vidas:

Sabe aquela coisa, papel de mãe, ter que casar, tenho que... Sabe assim... quando eu era adolescente nunca me imaginei casada, esposa, dona de casa, família, não, o que imaginava era eu e meu filho. Independente de nada, nada... (Patrícia).

As relações heterossexuais precedentes das mulheres homossexuais entrevistadas lhes permitiram trazer seus filhos para uma relação de homoparentalidade. A particularidade dessa forma de acesso à parentalidade possibilitou que as mães realizassem uma elaboração da nova relação conjugal e construíssem a nova relação parental. Vale salientar que esse processo de transição envolve a participação ativa das quatro pessoas que convivem

diretamente com as crianças: a mãe biológica ou adotiva, a companheira da mãe, o pai biológico ou adotivo da criança e a própria criança, além dos membros familiares envolvidos na relação social mais ampla.

O fato de ser mãe e lésbica denota a utilização de diversos termos distintos,²⁸ reforçando a dificuldade de encontrar uma nomenclatura universal para este tipo de família. Ainda que este nome não se mostre unânime em relação ao seu reconhecimento social mais amplo, estas práticas são exercidas e estas famílias vêm mostrando que é possível uma convivência saudável. Dito de outra forma, para além das nomenclaturas utilizadas, estas famílias estão construindo outras realidades sociais e relacionais, desvinculadas dos modelos familiares disponíveis. Este parece ser um dos motivos que demonstram os esforços destes casais para realizar uma permanente construção dos seus papéis parentais e as funções que deles dependem.

Mesmo que a homoparentalidade venha tentando encontrar um *status* de reconhecimento não apenas no âmbito legal, mas principalmente no âmbito social das relações familiares, não podemos esperar que em algum momento essas famílias devam provar que experimentam modelos fixos de família capazes de conceituar as particularidades das suas relações parentais. Uma vez que entre alguns casais compostos por dois homens ou duas mulheres existe uma tentativa de reproduzir os referenciais da família nuclear, não se pode esquecer que nenhuma família heterossexual é igual a outra. Pois, as relações afetivas e os papéis parentais são distribuídos entre os seus membros de maneira distinta em qualquer família.

Cada família circula num modo particular de emocionar-se, criando uma cultura familiar própria com seus códigos, com uma sintaxe própria para comunicar-se e interpretar comunicações, com suas regras, ritos e jogos. Além disso, há o emocionar pessoal e o universo pessoal de significados (SZYMANSKI, 2006, p.25)

Se o modelo de família composto pelo núcleo central pai-mãe-filho(s) tornou-se algo inquestionável, ao longo do tempo, não se questiona (e

²⁸ Souza (2005) cita alguns nomes possíveis: famílias lésbicas, famílias homossexuais, famílias alternativas, maternidade lésbica, maternidade *gay*, parentalidade lésbica, maternidade Queer, mães que se encontram em relações lésbicas, mães-lésbicas.

principalmente não se persegue) famílias que trazem consigo dinâmicas tão diferenciadas entre si. No plano oposto, a homoparentalidade é alvo de discursos polêmicos e preconceituosos que procuram supostos traços patológicos nas relações entre pais e filhos e mães e filhos. Parece que as recentes discussões sobre a homoparentalidade reeditaram um discurso médico formulado a partir da necessidade de instituir a homossexualidade como doença. Ainda que a Constituição Brasileira favoreça o reconhecimento como família, de uma entidade composta por um dos pais e seus descendentes (famílias monoparentais), quando a demanda por filiação parte de um casal homossexual todos os dispositivos legais são acionados, contrapondo-se. Souza (2005) levanta uma questão interessante em relação aos homossexuais (principalmente do sexo masculino): “Como despi-lo do marcador da orientação sexual e de todo o ranço moral que o aponta como uma pessoa não apta à parentalidade?” (SOUZA, 2005, p.17).

Dias (2003) considera que uma visão pluralista das relações interpessoais colocou em cena uma necessidade de se buscar a identificação de um diferencial para que se possa definir o termo família e as práticas decorrentes das suas vivências. O afeto está no centro das suas considerações em relação à homoparentalidade: “Não se pode deixar de ver no afeto o elo que enlaça sentimentos e compromete vidas, transformando um vínculo afetivo em uma entidade familiar” (DIAS, 2003, p.271). A conjugação da família tem a sua raiz no afeto que a alimenta, determinando o envolvimento de todos os participantes dessa dinâmica familiar.

Assim, a parentalidade ganha novas formas e se transforma de maneiras diferentes nas diversas famílias. Se algum dia chegarmos a um consenso em relação a um tipo específico de dinâmica familiar nas famílias compostas por homossexuais, é possível prever que jamais uma família será igual a outra. Os sentimentos são vivenciados diferentemente, as responsabilidades, os compromissos e as ações mútuas não podem ser determinados pelo modelo x ou y de família. A pluralidade centralizada nas sexualidades se desloca também para as relações familiares mais amplas, deixando claro que todas as famílias são únicas. É isso que nos mostram as mulheres entrevistadas na presente pesquisa.

4.4 O universo das mulheres com filhos: o que elas dizem sobre esta experiência?

As mulheres aprenderam a distinguir e a separar as suas relações conjugais das suas relações parentais. Mesmo que as duas se complementem, a experiência parental as levou a perceber que uma não depende da outra, apesar de terem vivências muito próximas.

Sair de uma relação heterossexual para uma homossexual não se mostrou um processo simples, como foi possível perceber no capítulo anterior. Quando este processo de transição aconteceu veiculando uma criança, a nova relação familiar passou a ser chamada de homoparentalidade.²⁹ As pessoas envolvidas nesse processo tiveram que se reorganizar para criar novas regras de convivência e de adaptação, constituindo novos acordos, novos papéis e novas posturas capazes de construir uma outra configuração familiar.

Nem todas deixam claro para os filhos a especificidade da sua relação conjugal, apesar das comunicações silenciosas experienciadas junto às crianças. A convivência do(a) filho(a) no dia-a-dia do casal faz crer que naquela relação, geralmente nomeada como vínculo de amizade,³⁰ existe algo mais, sentimentos mais íntimos e profundos, revelados nas trocas de carinho, afeto e negociações, dificilmente percebidos nas relações sociais entre amigas.

A investigação da parentalidade vivenciada por estas mulheres nos levou a conceber dois eixos distintos de questionamento: um eixo acerca da relação parental num sentido mais amplo e por isso, *social*, e outro eixo sobre a mesma relação num sentido mais restrito e, por isso mesmo, *privado*. Pensar

²⁹ O reconhecimento desta modalidade familiar como homoparental é apresentado por diversos autores. Em relação às entrevistadas, porém, não se fez presente o seu uso, ainda que a própria participação nas entrevistas tenha ocorrido pela possibilidade de estarem se relacionando com mulheres e nesta relação pelo menos um filho ou filha compartilhar desta situação. Para algumas, o termo homoparentalidade era algo desconhecido.

³⁰ Alguns autores perceberam que quando as mães biológicas ou adotivas não revelam as suas relações homoafetivas aos filhos ou outras instâncias sociais, geralmente as denominam como relações de amizade, onde duas amigas moram juntas, dividindo a casa e suas despesas financeiras da casa. Entre estes autores, ver HERRERA (2007), SOUZA (2005).

nesses dois eixos a partir de experiências sociais e privadas nos auxiliou na construção de um arcabouço teórico mais organizado da experiência homoparental. Assim, tornou-se possível uma delimitação mais precisa sobre o objetivo principal do presente capítulo: compreender como as sete mulheres entrevistadas estão vivenciando a experiência da parentalidade nas suas conjugalidades com outras mulheres.

As relações parentais sociais serão tomadas como o primeiro eixo da presente pesquisa. A partir das narrativas investigadas, delimitaremos as nossas investigações, percorrendo três focos diferentes que se complementam, principalmente, quando se toma como central o lugar destinado às crianças pelos casais. É preciso compreendermos esta experiência a partir de uma visão social mais ampla que contemple uma breve explanação sobre os seguintes aspectos: 1) a chegada da criança na vida das mulheres; 2) como elas lidam com o tema da homossexualidade junto aos filhos; 3) como se dá a relação da criança junto ao universo (homo)social³¹ da mãe. A explanação destes pontos nos ajudará a avançar na compreensão da parentalidade em si, considerando os aspectos de uma vivência privada e, por isso, uma experiência subjetiva da criança e do seu dia-a-dia.

As relações parentais privadas serão divididas a partir de uma dupla relação que constitui a convivência da criança com a sua mãe e com a companheira da mãe, que desempenha um papel importante nas suas vidas.³² Desenvolver estes três vértices nos auxiliará no mapeamento do lugar

³¹ Carmen Guimarães (2004) faz uso do termo homosocial para nomear as relações não sexuais entre pessoas de mesmo sexo. No nosso caso, o uso do termo (homo)social se refere às relações sociais entre homossexuais que implicam um vínculo ou breves convivências de amizade entre homens e mulheres.

³² Souza (2006) enfatiza que no Canadá a vivência da parentalidade se constitui a partir de três lados responsáveis pela sustentação dessa experiência. Diferentemente do que encontramos no nosso material de análise de campo (e em geral no Brasil), estes três lados apresentados pela autora seriam descritos a partir da seguinte afirmação: “apenas dois lados são reconhecidos por lei (o da mãe biológica e o da mãe adotiva) e dois são reconhecidos socialmente pelo vínculo biológico (o da mãe e o do pai biológicos, já que a segunda mãe só pode adotar quando o pai biológico renuncia ao seu direito legal sobre a criança)” (SOUZA, 2006, p.157). Nos casos brasileiros, encontramos uma predominância relacional que reconhece como legais a mãe biológica ou adotiva e o pai biológico ou adotivo. A companheira da mãe é a pessoa que não tem reconhecido o seu lugar parental junto à criança.

destinado à criança no âmbito dessas relações e como ocorrem os acordos e os desacordos do casal com os filhos. A partir destes três aspectos da parentalidade ficará mais clara a compreensão acerca da segmentaridade e do devir apresentada por Deleuze (1996).

Percebemos que cada adulto ligado às crianças desempenha funções e papéis específicos e mesmo que as mães legalmente reconhecidas sejam pessoas centrais nas suas vidas, esses outros adultos colaboram de alguma forma para a criação. Assim, dividiremos este eixo de investigação nos seguintes aspectos: 1) a relação do casal de mulheres junto às crianças, considerando as especificidades relacionais da mãe legalmente reconhecida e as da companheira da mãe, o que constitui o exercício da coparentalidade; e 2) as comunicações performativas do casal, trazendo as vicissitudes do dito e do não-dito das relações conjugais às crianças. A partir destas discussões, será possível realizar uma reflexão acerca dos lugares destinados às crianças nesta dinâmica familiar, dando ênfase a um comparativo entre as famílias que mantêm os vínculos familiares de forma aberta junto aos filhos e as outras instâncias sociais e, por outro lado, os casais que ainda não falaram para os seus filhos sobre as suas relações homoafetivas, mantendo em segredo os vínculos experienciados pelas mães e suas companheiras.

4.5 As relações parentais sociais: da chegada do filho à relação homoparental

Quando comparada com a conjugalidade, a parentalidade é sempre posta no lugar do público, enquanto que a conjugalidade é colocada no lugar do privado (JULIEN, 2000). É no âmbito da casa que se delimitam os espaços das ações e execução de papéis ligados à conjugalidade, pois foi a partir da construção do quarto, como lugar destinado à intimidade dos casais, que a conjugalidade recebeu o *status* de uma relação íntima que deveria ser preservada.

A parentalidade relaciona-se a uma tarefa biopsicossocial do indivíduo adulto (BERTHOUD, 1993), direcionando as suas ações para a aceção moderna de família. A intimidade, privacidade e relações sentimentais tornaram-se incompatíveis com os valores morais de uma época que exigia dos

adultos toda a dedicação aos cuidados com as crianças. Era preciso dividir os espaços do casal, com os cuidados prestados aos pequenos.

Na concepção de Auge (1975) a filiação pode existir, na medida em que uma pessoa determina e exprime certo tipo de comportamento efetivo relacionado aos cuidados dedicados a uma criança. Para ele, existem formas de solidariedade que permitem a participação de diversas pessoas no processo de filiação de uma criança, independente do seu reconhecimento jurídico. Essas formas de solidariedade se apresentam de forma mais ou menos institucionalizada, constituindo outros fatos sociais, observáveis por outras pessoas que estão de fora desta relação parental. Estes indivíduos podem ou não, trazer algum vínculo biológico com a criança, pois a herança genética não determina dos laços de parentesco.

O parentesco não é apenas um princípio de classificação e de organização, é também um código, uma linguagem mais ou menos ideológica e mais ou menos manipulada. É, pois, uma chave para a interpretação de todas as sociedades (mesmo as sociedades com Estado) em que o parentesco não se reduz à família conjugal, mas preside, totalmente em parte, à formação de grupos sociais e à organização das relações entre os mesmos (AUGÉ, 1975, p. 19).

A constituição destes sistemas de parentesco é o que irá garantir o reconhecimento das relações de co-parentalidade. As mulheres que convivem com os filhos das suas companheiras passam a fazer parte destes vínculos familiares que amarram todos os componentes da família em questão. Mesmo que haja uma falta de reconhecimento legal em torno desta parentalidade, as relações sociais se encarregam de dar legitimidade ao exercício e à prática da co-parentalidade. O mais importante é a manutenção do vínculo parental e o investimento efetivo na criação dos filhos. Essa relação, porém, não ocorre de forma natural, sendo preciso considerar os aspectos pessoais de cada pessoa responsável pelos cuidados infantis e também as contribuições históricas que rondam o desenrolar da parentalidade.

A tradição dos cuidados infantis transmitidos de mães para filhas no exercício da maternidade passa a ser questionada, impelindo-as a trilhar novos passos rumo à sua parentalidade: cuidar dos filhos, priorizando o bem-estar da criança e a responsabilidade pela sua saúde e desenvolvimento saudável. A

construção de diversos manuais, ditando as regras dos cuidados infantis, colocou a mulher no lugar exclusivo de cuidadora, fazendo nascer uma verdadeira vocação para a maternidade. Esta concepção construída pelo vértice da maternidade deixou marcas nas relações de gênero, reforçando, segundo algumas feministas, a opressão às mulheres na vida pública e privada.

Estes verdadeiros olhos vigilantes da sociedade para as mães na vivência da parentalidade não saíram das cenas familiares. Se é verdade que no começo do século XX, “multiplicam-se as incursões de juízes, médicos e policiais no âmbito do privado, em nome do interesse da criança” (PERROT, 1991a, p.116), não podemos perder de vista que esse interesse termina por colocá-la nos holofotes dos discursos sociais. A construção da criança como um ser de desejo arquiteta-se na esfera das relações sociais, nos permitindo afirmar que a criança é um ser social. Da mesma forma, a parentalidade vem se mostrando como uma organização social, como as noções que hoje temos de paternidade e maternidade. Exemplo disso é que mesmo avançando significativamente nas representações mais flexíveis da paternidade e da maternidade, as mães ainda sofrem expressivas cobranças sociais quanto à sua forma de vivenciar a parentalidade.

Nesse sentido, constatamos que, apesar das mudanças produzidas nos lugares sociais das mulheres e das constituições da família, as nossas entrevistadas se sentem totalmente responsáveis pelos cuidados dedicados aos filhos. E embora tenhamos avançado na desconstrução das desigualdades sociais dos gêneros, ainda há muito a ser feito quando se afirma que a mulher pode escolher ser mãe no momento e na hora que desejar, como afirma Badinter (2005). Os diversos lugares ocupados pelas mulheres nas relações com os filhos dependeram quase que exclusivamente das relações que conseguiram estabelecer nas suas conjugalidades. Na verdade, essas novas formas de convivência familiar representam uma função social capaz de questionar os valores vigentes da família nuclear. Se antes era impossível imaginar que casais compostos por duas mulheres fossem competentes para cuidar bem de crianças, hoje se percebe que além dessa vivência ser possível, os seus filhos são muito saudáveis. É para este aspecto que lançaremos os nossos olhares.

4.5.1 A chegada da criança na vida das mulheres

Entre as sete mulheres entrevistadas, cada uma teve acesso à chegada dos seus filhos a partir de uma conjugalidade heterossexual. Após terem se casado com homens, tiveram acesso à experiência de parentalidade, quando em algum momento da sua relação conjugal chegaram os filhos. Seis delas são mães biológicas e apenas uma é mãe adotiva. Independentemente da forma de acesso à parentalidade, apenas uma delas (Jéssica) planejou a chegada dos filhos. As crianças chegaram às vidas das demais mulheres por ordem do acaso, como denominam algumas delas. Foi o caso de Carmem, que engravidou, ainda em namoro, no momento da quinta relação sexual com o pai do seu filho. O casamento aconteceu em seguida à gravidez, costume fortemente marcado pelos ideais familiares que governaram as práticas sociais que buscavam preservar a mulher do lugar de mãe solteira:

Eu e o meu ex-marido a gente tinha dificuldades sexuais muito fortes. E no começo eu não entendia porque, depois eu fui entender. E aí o que é que acontece? Em namoro, pá, eu que tomei a iniciativa, na realidade eu que terminei atacando, meu ex-marido para a gente ter alguma coisa. E aí na minha quinta relação, eu tive... eu engravidei (...). Gustavo não foi planejado, mas assim, a partir do momento que eu soube, eu vi minha carreira indo por água abaixo, um milhão de coisa e pá, pá, pá, mas ao mesmo tempo eu fiquei pensando: "Pôxa, se ele veio foi por um ato meu e eu tenho que assumir isso" (Carmem).

Apesar da surpresa diante da chegada da criança, as mulheres vivenciaram uma boa elaboração deste processo. O anúncio da gravidez auxiliou na vivência direta do que Houzel (2004) denomina de processo de parentificação ou mesmo como o processo de transição em direção à parentalidade. Este processo de transição também é conhecido como um dos eixos da parentalidade que permitem a vivência de uma experiência subjetiva consciente e inconsciente ligado ao fato de vir a ser pai/mãe e de preencher os papéis parentais.

Para além do desejo pela criança, esta *experiência da parentalidade* permite que homens e mulheres possam se preparar para o momento da

chegada do filho. Houzel (2004) acentua que este processo é mais fortemente vivenciado pelas mulheres e introduz nos seus conceitos a idéia de maternidade: “a mãe centraliza todos os seus investimentos no bebê e nas tarefas maternas, em detrimento dos investimentos exteriores e, em particular, de sua vida conjugal” (Houzel , 2004, p.49). O próprio processo de gestação proporciona à mulher uma experiência pessoal fortemente marcada pelos sentimentos maternos e pelas sensações corporais que a gravidez lhe oferece.

A notícia da gravidez, o processo de gestação, as sensações de um feto que se desenvolve nos seus ventres e o nascimento da criança foram aspectos que marcaram a chegada do bebê. As mães biológicas vivenciaram este processo de forma conflituosa em alguns momentos e prazerosa em outros. Enquanto sentiram-se surpresas com a notícia da gravidez e as conseqüências que naturalmente traria, elas ficaram fragilizadas, adoeceram e em alguns casos perceberam a chegada da criança como conseqüência das tentativas fracassadas de um casamento heterossexual, no momento em que houve a descoberta dos desejos por outra mulher. Danielle descreve a chegada do seu primeiro filho como algo conflituoso porque a presença da criança na conjugalidade heterossexual era uma forma de permanência na relação ou um obstáculo para o seu rompimento.

Ricardo (primeiro filho) nasceu dentro desse clima agradável da tentativa de uma relação hetero, meu primeiro filho. Luciano (segundo filho) já não. Quando eu engravidei de Luciano eu fiquei meio perturbada. Eu falei, Pôxa, já tava querendo sair da relação, mas aí engravidei. Aí foi aquela coisa meio conflituosa, mas eu costumo dizer que é muito paradoxal isso, porque Ricardo foi aquela coisa completamente tranqüila de que era aquilo. Mas Ricardo foi uma coisa tão difícil, eu e Ricardo, desde bebê, sabe? Ele chorava muito, eu ficava em pânico, ligava pra mamãe: Meu Deus, o que é que eu faço... eu não agüento, o que é que eu faço com esse menino? Aí mamãe ia, tomava conta (Danielle).

Por outro lado, outras mulheres vivenciaram esta experiência como algo muito positivo. Apesar (também) da surpresa diante da notícia da gravidez, conseguiram tomar esse processo como algo prazeroso, um momento significativo nas suas vidas. Elas brincaram com os seus filhos na barriga, comunicaram-se com eles, idealizaram os seus corpos e características,

fazendo da experiência da gravidez uma construção de novos vínculos afetivos que se estendem até os dias atuais. Entraram em cena as relações que em geral as mulheres estabelecem com as crianças e a visualização de um fortalecimento na relação conjugal com homens.

E... o período de gravidez eu fiquei muito fragilizada, foi um choque, e ao mesmo tempo eu estava adorando estar grávida, adorando ser mãe. E eu queria isso, sempre quis na minha vida ter filhos. Na realidade, se eu tivesse grana eu teria uns 10 filhos, eu acho, adoro criança. Adoro assim... teria uma casa, teria as coisas... [...] Então, quando eu vi Gustavo foi... quando eu me conscientizei que era mãe. Porque eu só sentia... eu brincava com ele na barriga, engraçado que eu ficava, é... cutucando minha barriga de um lado e ele corria pro outro, eu ficava brincando, e eu ficava rindo. Gustavo era meu companheiro pequeno, meu grande companheiro como é até hoje (Carmem).

Estas crianças passaram a ocupar lugares privilegiados na vida das suas mães, tendo conquistado não apenas o seu amor, mas os seus cuidados e dedicação. Mesmo que todas considerem as suas relações conjugais como algo importante para as suas realizações pessoais, sexuais e afetivas, os vínculos com os filhos se sobressaem em detrimento de todos os outros. O amor de mãe fala mais alto quando estas mulheres se deparam com os conflitos típicos das relações conjugais com filhos. Cenas de ciúme, comparações afetivas, solicitação de mais atenção e dedicação à relação conduzem as mulheres a esclarecer para as suas companheiras que se tratam de vínculos diferentes e de afetividades distintas.

Embora deixem garantido o seu amor pelas companheiras, expressam claramente que o filho tem lugar privilegiado na relação. É o caso de Patrícia, que nomeia o seu amor pelo filho como um amor sem fim, enquanto destina ao amor dedicado à companheira como um amor de companheirismo, dois amores diferentes que não devem competir entre si:

No início da relação, Telma sentiu a questão de, eu ter que dividir Elton, namoro, Elton, namoro... Eu cheguei pra ela e disse, assim: olhe, bote uma coisa na sua cabeça: você e Elton nunca vão concorrer com os meus sentimentos. Porque o que eu sinto por Elton é um amor sem fim. É um amor de mãe pra filho, e o que eu sinto por você.. Na época, assim, não sei, a gente não pode dizer... "É o amor, amor, é amor, mas é um

amor de companheirismo, amor entre duas pessoas adultas, que se amam, quer construir, e tal.” Então assim, são dois amores, são os dois amores que eu tenho na minha vida, diferente. Nunca vocês vão concorrer e eu nunca, quero, nunca que seja ponderado (Patrícia).

Ter segurança acerca dos sentimentos destinados aos filhos e à companheira foi algo que ajudou as mulheres, no sentido de assegurar que o amor materno não pode ameaçar a relação do casal. Os afetos que mantêm a relação conjugal precisam estar bem claros, pois a intensidade descrita pelas colaboradoras, como próprias das relações entre mulheres, pôde colocar dúvidas e inseguranças em relação aos lugares dos filhos. No caso de Jéssica, o encantamento experienciado na primeira relação amorosa com outra mulher gerou alguns conflitos na sua relação com a companheira e com os filhos. Por isso, ela rompeu com a relação e passou a dar prioridade àquelas mulheres que pensassem como ela em relação aos valores e ideais familiares.

Procuro pessoas também que pensem como eu, né? Que não é fácil. Não é... aí fica um relacionamento meio tumultuoso, onde ela tinha muito ciúme dos meninos, e tentava o máximo assim me tirar deles, né? E a princípio como eu gostava muito eu me deixei algumas vezes, mas aí eu caí na real, que eu estava me ausentando muito. [...] Já estudava, trabalhava e aí ela queria que o tempo que sobrava eu ficasse junto dela e eu não podia, não é? Porque eu tenho outras responsabilidades, tenho meus filhos. Então foi muito conflitante, até que... foram dois anos tortuosos (Jéssica).

Mesmo gostando da ex-namorada, a falta de compatibilidade na forma de priorizar determinados tipos de relacionamentos acabou resultando no seu rompimento. O fato centralizado nas divergências de planos para o futuro serviu como dispositivo de enfraquecimento da relação que resultou na busca de uma outra mulher capaz de aceitá-la junto aos seus filhos e aos planos de um futuro baseado no respeito e na troca de papéis a serem desempenhados diante das crianças. Assim, a compatibilidade de valores acerca da relação conjugal em aliança com a relação parental tornou-se condição indispensável para a escolha da parceira e a manutenção dos vínculos familiares.

Segundo as suas expectativas, as mulheres que irão compor o casal conjugal devem trazer consigo uma perspectiva voltada à família e aos valores

conjugais que priorizem o âmbito privado da casa em detrimento das experiências públicas típicas dos guetos homossexuais.³³ O fato de haver uma criança, compartilhando os mesmos espaços com o casal, vem reforçar a necessidade de delimitar as fronteiras entre o público e o privado, como forma de preservar os filhos de relações homossexuais explícitas.

Esses diferenciais são rearranjados num modelo muito específico e muito semelhante ao da família nuclear heterossexual, no qual o conceito de família é valorizado e a segmentação do núcleo doméstico também (SOUZA, 2006, p.136).

Os casais compostos por mulheres precisam realizar esforços permanentes de vigilância e controle de gestos espontâneos de afeto para delimitar os espaços de convivência do casal diante da criança, como forma de preservá-la diante da intimidade do casal. Independe da dinâmica relacional, que cada família conseguiu estabelecer, os papéis de cada adulto diante da criação e da educação das crianças irão determinar a clareza ou não das comunicações vivenciadas no interior destas relações. Os afetos próprios da homossexualidade resultam em algo inevitável: as mães em algum momento se depararam ou irão se deparar com o tema da homossexualidade junto às crianças.

4.5.2 O tema da homossexualidade e os filhos

Independentemente da dinâmica familiar estabelecida pelas mulheres, em algum momento elas se depararam com o inevitável: como lidar com o tema da homossexualidade junto aos filhos? No universo das nossas colaboradoras, esta foi uma questão que se mostrou presente nas suas

³³ A idéia de gueto homossexual é descrita por Tarnovsky (2002) em relação à homoparentalidade masculina. Para o autor, a permissividade do gueto como característico de lugares destinados aos homossexuais contribuiu para uma “sobreposição da sexualidade na definição de si, em detrimento de outros pertencimentos possíveis, e estimulou a associação de homossexualidade com promiscuidade” (TARNOVSKY, 2002, p.45).

narrativas. Para aquelas que decidiram falar para os seus filhos sobre as suas relações conjugais homoafetivas, é mais fácil falar sobre o tema.

As dificuldades encontradas por algumas das mulheres em lidar com este tema podem estar ligadas ao que Castañeda (2007) chama de homofobia interiorizada. Para a autora, existe um grande número de *gays* e de lésbicas que desenvolvem um processo indireto de rejeição pelas questões acerca da homossexualidade. Por ser um processo inconsciente, estas pessoas acabam desenvolvendo sérias dificuldades na expressão do seu amor por uma pessoa do mesmo sexo.

Mesmo que não tenhamos percebido esta relação com as nossas colaboradoras, não se pode deixar de considerar que os preconceitos em torno deste tema podem interferir na maneira como ele é tratado com os filhos. Vivemos em uma sociedade que ainda discrimina as questões ligadas às vivências homossexuais e não poderia ter sido diferente com as mulheres. Se é verdade que os estereótipos limitam as possibilidades relacionais dos *gays* e das lésbicas, faz-se necessário desconstruí-los:

Os homossexuais não são naturalmente instáveis, nem inconstantes, nem ciumentos, nem hipersexuados; e é indispensável que possam ver essas etiquetas com um olhar crítico, para se libertar delas. É a única solução verdadeira para a homofobia interiorizada (CASTAÑEDA, 2007, p.165).

A autora revela que em muitos países este fato já vem acontecendo, na medida em que os *gays* passam a assumir comportamentos mais masculinizados, na tentativa de se adequar às normas heterossexuais, e as lésbicas fazem o oposto. Cada vez mais femininas, já não precisam se assemelhar aos estereótipos masculinizados da lésbica construída ao longo da história da homossexualidade feminina. Precisamos questionar esta consideração de Castañeda (2007), pois a repetição deste modelo de fuga colocará sempre a heterossexualidade como padrão e como norma a ser seguida e reproduzida. E isso, certamente, os homossexuais não devem ser obrigados a fazer, já que a homossexualidade é algo que já faz parte do dia-a-dia de todos nós. E uma vez que repetimos este modelo discriminatório em torno das homossexualidades aceitáveis ou rejeitáveis, estamos reproduzindo os comportamentos homofônicos de forma mascarada e (in)explícita.

A desconstrução deste estereótipo deve ser realizada a partir da convivência com a diferença como algo possível. Não se deve propor às lésbicas uma tentativa de semelhança com as heterossexuais, mas exatamente o oposto: as heterossexualidades devem encontrar formas de convivência com a diferença, sem recriminação ou exclusão. E talvez este seja o grande desafio social em torno do combate à homofobia: trazer a diferença para a repetição e não para a semelhança.

É meio complicado, por quê? Porque, eu quero, na verdade eu vivo essa situação, mas, ainda, não tenho esclarecido para mim como tratar isso com Elton. Eu não tenho, vou dizer a você, elaborado, é tal, tal, tal, isso não. Telma já leva isso na maior facilidade e tal. Telma já leva isso, na maior tranquilidade, manter a descrição quando ele estiver presente, a gente dorme na mesma cama, no mesmo quarto, ele tem o quarto dele, né? Que é o quarto dele (Patrícia).

A criança... as crianças ficaram em segundo lugar porque é uma relação mais delicada, né? Mãe e filha... toda essa questão da sociedade que impõe que mulher tem que ser de homem e homem tem que ser de mulher... Então eu conversei logo com a família, né? A família é evangélica, mesmo assim aceitaram, entre aspas, né? Mas me respeitam até hoje. Vai fazer três anos que eu conversei com minha família. Assim, minhas filhas... eu tive um primeiro casamento lésbico que durou um ano, e nesse casamento, minhas filhas sabiam da nossa relação, tal. Mas assim, a gente não tinha um...(relação) abertamente pra ficar na frente delas, de beijar e abraçar, porque a minha companheira, ela tinha... ela tem um auto-preconceito, ela tem ainda porque ela não mudou ainda. Então assim, de não se aceitar, de ser lésbica só dentro do quarto, de ser lésbica só dentro de casa, que na rua as pessoas não sabem... Então todo esse processo de auto-aceitação, de não ter vergonha de ser o que é (Aline).

(...) Mas... aí eu vou falando, conversando, conversando... e... e aí pronto. E aí ele... sim, aí teve na Isto É ou na Veja, uma matéria que tinha duas mulheres assim, de véu e grinalda (o filho sorrindo): “Casamento Gay!” Aí ele: “não sei que, eu vi na revista, vem ver aqui na revista!” Que foi?. “Casamento gay: duas mulheres quase se beijando” (E o garoto sorri) (...).Aí eu fico puxando, né? “Do que você tá rindo? Porque você está rindo? Você tá achando engraçado, tá? O que você está achando?” Aí ele: “nada”. (A mãe): “Não, porque você chegou rindo... (O filho): “Não, por que duas mulheres?” Aí eu falei: mamãe não já conversou? Existem casais assim, mulheres que gostam... uma mulher que gosta de outra mulher, um homem que gosta de outro homem e a gente tem que respeitar, porque eles se gostam, né? E o importante é o sentimento. Não é

porque é um homem, é uma mulher, dois homens ou duas mulheres, é o sentimento a gente tem que botar o sentimento daquelas duas pessoas. Aí eu fico falando muito sobre isso, né? Quando ele vem: “Ah... tem um coleginha que só vive beijando fulaninho!” (A mãe): “E o que é que tem? O beijo é uma forma de carinho”. Eu fico tentando desmistificar essas coisas, pra quando for mais tarde eu poder dizer e não ser tão... o impacto não ser tão grande, né? (Jéssica).

Nas múltiplas possibilidades da homoparentalidade feminina, é possível identificar aquelas mulheres que têm uma maior facilidade em lidar sobre o tema das homossexualidades com os filhos e outras que apresentam uma maior dificuldade. Aquelas que desde o início da conjugalidade homoafetiva decidiram conversar com os filhos apresentam uma maior facilidade em lidar com as questões em torno das homossexualidades. E mesmo aquelas que não falaram claramente sobre as suas homoconjugalidades tentam preparar as crianças para uma revelação futura. Elas fazem uso de situações cotidianas, tentando desmistificar os preconceitos vivenciados pelas crianças, nos diversos setores da sociedade.

A necessidade de revelar aos filhos a sua condição homossexual logo no início das relações com outras mulheres possibilitou às mulheres uma vivência mais autêntica com os seus filhos e com as próprias companheiras, posto que o processo de vigilância dos afetos passou a ser desnecessário na dinâmica relacional do casal:

Então assim, eu conversei com a minha filha, ela tinha 7 anos. Eu cheguei pra ela no ônibus, a gente conversando todo esse tipo de coisa assim, e eu cheguei pra ela e disse assim: Olha, eu tenho uma coisa pra te dizer. Aí ela fez: “O que é mainha”? Porque ela achava logo que era bronca, né?, quando eu digo isso a ela. Não... mainha quer dizer a você que mainha namora com tia Roberta, que mainha tá tendo um relacionamento com ela... Ela não acreditou porque disse que era mentira. Ela disse que mulher não nasceu pra mulher, né? Mulher nasceu pra homem e homem nasceu pra mulher... Que eu tava ficando louca, que eu tinha que arrumar um namorado, que ela ia arrumar um namorado pra mim... (RSRS). (...) Desde pequena a gente já conversa sobre isso, né? E a gente tem uma relação muito aberta, mesmo, e a gente fala... Carolina disse pro pai dela, porque assim eu falei pra minha família, mas as outras pessoas que não estão tão presentes eu não comento assim, sabe? A gente não conversa. E ela falou para o pai dela. Ela passava o final de semana na casa do pai. Ela falou: “Painho, olha eu tenho uma coisa pra te dizer”. “O que foi?” (ex-marido).

“Minha mãe é lésbica”. “É o que?” (ex-marido – dá ênfase na voz). Aí ele chegou em casa super irritado e foi falar comigo: “Que educação você tá dando pra suas filhas?” Eu disse: Estou dando a melhor educação possível, porque desde criança elas estão aprendendo a respeitar as diferenças. Porque nem todo mundo é igual. E isso eu não boto só para a orientação sexual, eu boto pra questão das pessoas deficientes, para as pessoas negras... Porque minha filha, quando era menorzinha, ela disse: “Mainha, porque minha vó é marrom e eu sou branca”? Porque ela é bem branquinha assim como você (Aline).

Parece haver nestas mulheres um desejo de preservar os filhos dos preconceitos que rondam as experiências homossexuais e de se preservar diante dos questionamentos de como esta revelação atinge as crianças. Noda (2005) revela que a experiência da homossexualidade em parceria com o acesso à maternidade leva as mulheres lésbicas a uma elaboração de conflitos internos e externos. Embora a autora não discrimine o que chama de conflitos internos e externos, pensamos que há no processo permanente de devir uma elaboração acerca das muitas dúvidas que a vivência da parentalidade representa na vida de qualquer pessoa. A grande diferença nos casais compostos por duas mulheres está no fato de que além de terem que ressignificar os lugares diante dos filhos e das companheiras, ainda têm que enfrentar os desafios sociais externos advindos desta experiência.

A ligação destas mulheres com as suas famílias de origem geralmente possibilita uma abertura com os filhos. Não é possível afirmar qual o motivo desta relação, mas podemos supor que a relação da conjugalidade homossexual primeiro no universo familiar permite às mulheres vivenciarem as suas relações amorosas de maneira mais natural e menos vigilante. A própria maneira como cada família lida com a condição homossexual das mulheres parece contribuir ou impedir uma vivência mais autêntica da homoparentalidade. Lembramos que esta é apenas uma hipótese, pois nas falas das nossas colaboradoras não ficou claro este comparativo.

Percebemos que independentemente do fato de algumas destas mulheres revelarem a sua condição homossexual aos filhos, estas crianças em diversos momentos convivem diretamente com o universo homosocial³⁴ da

³⁴ Guimarães (2004) faz uso deste termo se referindo às relações não sexuais entre indivíduos do mesmo sexo.

mãe. São as amigas e amigos homossexuais que freqüentam as suas casas, os passeios em família, onde se encontram os amigos, as saídas de final de semana, festinhas de outros casais de mulheres. Em todos estes eventos, as crianças passam a fazer parte do cenário homosocial da mãe, fazendo surgir nas dinâmicas familiares algumas particularidades importantes.

4.5.3 O universo (homo)social das mães e a participação dos filhos

Como em todas as configurações familiares, os casais compostos por duas mulheres participam de diversas redes de relações sociais e os seus filhos acabam tendo uma participação nestas dinâmicas relacionais. Por um lado, esta convivência das crianças com outras lésbicas e outros gays vai lhes permitindo uma certa familiaridade com o tema das homossexualidades, ao mesmo tempo em que elas passam a conceber a diferença como algo possível nas suas vidas.

Curiosamente, algumas mulheres lésbicas tentam privar os seus filhos destas convivências sociais, pois proporcionar às crianças uma participação mais ampla no seu universo homosocial é colocá-las diante daquilo que a heteronormatividade tenta constantemente negar: a diferença como algo inerente à condição humana. O mito elaborado por elas ao longo das suas vidas em torno das homossexualidades que devem ser escondidas e reservadas vem atuar nas suas relações com os filhos, como uma forma de preservá-los de uma convivência direta com aquilo que a sociedade nega: a relação de amor entre pessoas do mesmo sexo.

Porque assim, embora tivesse no meio, mas um pessoal muito respeitador, nada de escancarado. Então, enfim, é uma coisa que eu sempre tive cuidado com ele, de botar ele no meio, mas assim, num ambiente que todo mundo saiba se comportar (Patrícia).

Acho legal a forma como eu vivo, em relação aos meus casamentos, de ter uma relação é... de casamento, sabe? De não haver aquela coisa de botar dentro de casa um bando de gente, invadir, sabe? Então eu acho que é isso que os meninos são tão tranquilos, porque eles não vêem nenhum tipo de invasão. Sabe? De desrespeito, de choque, não há um choque, não existe uma necessidade de chocá-los, sabe? É o contrário. [...] Porque eu acho que as pessoas ficam muito preocupadas

com isso, quando fala em relação à convivência com homossexual. Porque elas se sentem constrangidas em relação a alguma atitude de carinho e tal. Então esse tipo de coisa, naturalmente nunca aconteceu. E como eu também nunca fui de conviver naqueles guetos, de homossexuais e por isso mesmo daquela coisa das farras, de varar a noite, madrugada... nunca foi o meu perfil. Eu acho que isso também ajuda porque foi uma convivência familiar, sabe como é? (Danielle).

Muitas vezes, o convívio das crianças com os amigos homossexuais das mães é percebido como algo invasivo para os filhos. A tentativa de manter a sua relação conjugal, com alguma semelhança frente à conjugalidade heterossexual anterior, parece ser algo que merece uma atenção diferenciada. O Danielle chama de “invasão” junto aos filhos pode ser representada pelas manifestações de carinho e afeto entre dois homens ou duas mulheres, mas também temos que considerar as possibilidades ligadas às performatividades próprias das homossexualidades. Mesmo não deixando claro o que ela chama de desrespeito e choque, é possível pensar que há uma representação da homossexualidade como algo transgressivo e subversivo. A questão que fica oculta nos leva a formular a seguinte indagação: mesmo tendo falado para os seus filhos sobre as suas conjugalidades homoafetivas, qual foi a representação social que ela construiu em torno das homossexualidades?

O preconceito sexual institucionalizado ou mesmo internalizado tem a potência de afetar a dinâmica da conjugalidade entre casais compostos por homossexuais (NUNAN, 2007), mas também de afetar diretamente as dinâmicas parentais. Não se trata de apontar estas mulheres como preconceituosas ou não em relação às suas próprias homossexualidades, mas de assinalar que a construção do estigma social em relação às práticas homoafetivas tem o poder de interferir na relação homoparental.

Parece que as mulheres desenvolvem alguns tipos de questionamento que as crianças estão mais bem preparadas para lidar. Enquanto algumas das mulheres desejam ocultar as suas relações homosociais dos filhos para preservá-los e não chocá-los, eles falam de forma discreta sobre as suas percepções e concepções ligadas aos temas das homossexualidades:

E... assim, eu tentava não passar nada disso pro meu filho, absolutamente. Eu tentei engolir tudo para não passar pra ele.

Mas ele chegava pra mim e dizia: “mama, porque tu tá tão triste? O que está acontecendo? Não sei o que, e você discutindo com a Fernanda”, e não sei o que e pá? Então assim, não era uma coisa aberta, mas dizer que ele não sabia? E assim, ele tem um amor muito grande por ela (Carmem).

A compreensão acerca deste universo social da homoparentalidade nos leva a um melhor entendimento do seu universo privado, os enlaces construídos ao longo da vida das pessoas envolvidas, os afetos ditos, não-ditos e (mal)ditos, a construção dos vínculos e a transformação dos papéis parentais. Entremos agora no universo privado da homoparentalidade, desvendando os lugares de cada um: a mãe, a companheira, o filho e o pai. Há muito a ser dito (e não-dito).

4.6 As relações parentais privadas: o afeto na convivência diária

O universo da casa tem a função social de manter a família em uma relação privada. É nos espaços privados que as relações homoparentais ganham um *status* fundamentado nos processos de devir, pois todos os componentes que constroem as cenas parentais destas famílias estão permanentemente renegociando os seus lugares e os vínculos advindos destas relações.

Nesta investigação, colocamos no centro as crianças, principais protagonistas sociais da experiência da homoparentalidade. Sem elas não seria possível se falar sobre a parentalidade, pois é a experiência de ter filhos que permite aos homens e mulheres o reconhecimento das suas paternidades e maternidades. Nas particularidades destas relações privadas, passaremos a investigar dois aspectos que permeiam direta ou indiretamente as homoparentalidades femininas. A ênfase será dada às relações de parentalidade do casal homoafetivo junto às crianças e à relação de coparentalidade.

Estes aspectos mostraram-se importantes para que chegássemos às discussões sobre os lugares que são destinados a estas crianças, nas relações homoparentais. Discutir a dinâmica do casal junto a elas foi um dos tópicos

importantes para uma compreensão mais ampla sobre os lugares que os filhos ocupam dentro de uma conjugalidade homoafetiva feminina. O segundo tópico está ligado às particularidades da relação da companheira da mãe legítima, pois estas relações apresentam aspectos muito particulares dos relacionamentos afetivos vivenciados na dinâmica familiar que merecem ser apontados, por ser um dos pontos necessários a uma melhor investigação desta dinâmica relacional e afetiva.

4.6.1 A relação do casal e a criança: lugares da mãe, da companheira e do(s) filho(s)

É no espaço da casa que os casais compartilham com os filhos os afetos e os papéis parentais mais profundos. Este lugar tem a função de unir as pessoas para uma convivência cotidiana que passa a ter diversos desdobramentos no momento em que cada componente familiar vai assumir os seus papéis parentais cotidianamente. É importante compreendermos qual o lugar da mãe, da sua companheira, do(s) seu(s) filho(s) e o lugar do casal diante desta convivência com as crianças. Não foi possível separar estas relações distintamente, pois nas falas das colaboradoras esses temas se misturam, de forma que separá-los é tentar enquadrá-los em modelos preestabelecidos de família, o que não ocorre nestes relacionamentos.

No universo dessa pesquisa, as mulheres passaram a investir nas relações homoafetivas, quando tiveram a oportunidade de o fazerem junto aos seus filhos. Apesar de virem de uma convivência parental anterior, a entrada de uma mulher nas suas vidas exigiu possíveis adaptações e reestruturações de funções e papéis diante da relação homoparental. O desafio colocado por elas é apresentado como algo necessário, pois, para algumas delas, além de ter que se adaptar às novas configurações conjugais, tiveram que realizar alguns deslocamentos acerca das suas relações parentais. A convivência com as crianças parece naturalmente exigir algumas mudanças de posturas e lugares:

E porque também quando a gente se envolve tanto, a gente se envolve também tanto com os filhos que passam a ser como se fossem nossos filhos mesmo, né? A gente tem o mesmo tratamento, quando a gente vai comprar alguma coisa, compra

pra todo mundo pra ninguém ficar triste. Então é aquela coisa, que se mistura muito e que talvez afete... afeta a gente psicologicamente, imagina as crianças... (Aline).

Esse processo de transição e adaptação diante das novas exigências de uma outra configuração familiar se tornou mais fácil e prazeroso quando a dinâmica do casal homoafetivo conseguiu se adaptar às exigências das relações de parentalidade e quando as companheiras das mães se deixaram atingir pelo afeto. Uma vez que tenham conseguido adotar os filhos das suas parceiras, as relações passaram a ser vivenciadas de forma mais dinâmica e menos mascarada. Foi o caso de Danielle, que revela ter tido sorte durante esta fase de investimento na homoparentalidade. As suas companheiras anteriores tiveram a função de garantir uma vivência familiar mais tranqüila, quando se sentiram seguras diante dos cuidados junto dos seus filhos:

Eu posso dizer que eu até tive sorte em relação a isso. Porque, por exemplo, quando eu convivi com Deise, Deise adotava. Deise namorava comigo, mas Deise fazia o papel literalmente de mãe. Ela levava na escola, pegava na escola, praticamente todo dia, porque eu ficava presa no trabalho e ela tinha um pouco mais de flexibilidade, entendeu? Chegava, tinha jantar e tal e tal... Cecília, idem. Cecília então, nem se fala. Cecília foi mãezona, de tá mesmo assim, de... e de agüentar o sarrabujo, a tal ponto de que quando a gente começou a entrar em declive, a relação da gente, muita coisa ela passou em relação a isso, sabe? (Danielle).

Estas são funções que geralmente um casal de mulheres lésbicas sem filhos não exerce, quando passa a viver uma relação conjugal. As crianças parecem trazer duplas posturas diante da construção de coparentalidade: as companheiras só podem decidir se irão ou não investir nestas relações parentais. Um fato importante é que nem sempre é fácil fugir deste lugar de cuidado e atenção dedicado às crianças, pois mesmo que algumas destas mulheres prefiram recusar alguma participação na criação dos filhos das companheiras, sempre haverá uma disponibilidade para assumir as mínimas funções que são consideradas importantes:

Aí, assim, se trocam, tem uma relação muito legal, sabe? É, tem que botar de castigo..., se tiver que brigar, ela briga, bota de castigo, muito mais que eu. Digamos assim, numa relação, eu sou realmente a mãe, que estraga, e ela é o lado do pai,

sabe, que educa, que bota rédea, que... dá limites, briga comigo: “você não pode ser assim não...” ela administra (...) Tem uma amiga da gente que.... define bem, oh, se não fosse Telma nessa relação, tava um caso sério, tava um absurdo. Porque é ela que bota regra, ela que bota horário, ela bota isso, Elton tem que dormir no quarto dele... E assim, eu respeito, porque eu sei que por ser mãe eu fico bajulando, eu fico..., às vezes, eu tenho... fico com pena dele já pelo fato da ausência do pai, aí, quero... sabe. Aí, ela, não pode ser assim, aí eu paro, converso, vejo que realmente é, e tal. Então, assim, a gente vive um equilíbrio muito legal, muito gostoso, muito massa, em relação a isso (Patrícia).

Eu sou muito mãe, naquela questão (RSRS) mãe quer o melhor pro filho. De vez em quando a gente passa a mão na cabeça... Ela (a companheira) chega: “Mas não pode ser assim!” Aí ela chega, senta e conversa com eles: “Você acha que isso está certo e tal? Sua mãe batalha tanto e tal.” Assim, o meu mais velho tá me dando trabalho na escola, ela chega: “Você acha que isso está certo? Sua mãe tá trabalhando tanto, estudando para lhe dá o melhor pra você e tal, siga o exemplo dela e tal.” Chama ele assim, sabe? E ele respeita. Respeita ela muito mais do que a mim (Jéssica).

A descoberta dos lugares a serem ocupados nestas famílias nos faz crer que este é um acontecimento que atinge alguns casais e na medida em que as suas relações amorosas vão sendo aprofundadas, as relações parentais vão se ampliando e ficando mais complexas. As convenções silenciadas que determinam a construção dos lugares de cada uma destas mulheres vão sendo pouco a pouco negociadas e readaptadas às chances que cada uma vai estabelecendo como possíveis. Nem sempre é fácil para as companheiras das mães assumirem uma postura mais ampla diante dos seus filhos, pois o fato de não serem legalmente reconhecidas como tal, as coloca sempre no lugar da tia ou até da amiga da mãe, se constituindo, sempre, como alguém que passou a exercer um papel informal diante destas crianças.

A questão da nomeação entra em cena para mostrar a complexidade desta clandestinidade parental das mulheres que não são legalmente reconhecidas diante do exercício das suas funções. Para Grossi (2003), a nomeação fala do lugar das pessoas no sistema de parentesco, que irá implicar sempre no lugar social que elas passam a ocupar em uma determinada cultura. Quando se fala dos casais homossexuais, há controvérsias sobre a forma como devem ser os termos de apelação na família:

Em alguns casos, os filhos de casais de lésbicas chamam as duas mulheres de mãe, como o caso de Cássia Eller e Maria Eugenia chamadas pelo filho Chicão, respectivamente, de mãe e mãinha, dois termos de tratamento para mãe bastante recorrentes na cultura brasileira (GROSSI, 2003, p.277).

Na literatura internacional, esta denominação ganha outras características. Uma vez que as companheiras das mães legalmente reconhecidas não têm um lugar socialmente legitimado diante dos filhos, as terminologias de parentesco perpassam os lugares da segunda mãe ou da madrinha, afirma Grossi (2003). No caso das nossas colaboradoras, um outro lugar também foi destinado às companheiras que, segundo elas, passavam a ocupar nas relações com os filhos um vínculo de companheirismo muito forte, ligado às parcerias estabelecidas nos momentos de ludicidade. O brincar assumiu uma função de integração e de fortalecimento dos vínculos afetivos na relação de coparentalidade:

Jeferson gosta (da companheira), porque assim é bem mais leve, né? De brincar mesmo. Ela adora criança, já conhecia antes. Ela conhecia Jeferson bem mais novo, de ir pra casa dela e tal e de brincar. Então, ele já tinha essa referência dela, de carinho, né? E ele tem um carinho muito grande com ela. E ela gosta de tá em atividade com criança, de ir pra cozinha e fazer alguma coisa. Levou na... foi na casa dela, aí ela chama para pintar o CD, deixar a marca dele, esse tipo de coisa assim, ela tem (Viviane).

Mas assim, Célia é uma criança grande, ela é muito extrovertida, gosta muito de brincar e tal, tirando algumas chatices dela (RSRS), ela é uma pessoa muito extrovertida e se dá muito com animal e criança. E aí pronto, quando ela tá com Iris... ela diz que eu dou muita manha a Iris. Mas ela dá também, sabe? Iris diz: "Eu quero dar uma voltinha de moto". Aí ela fica o tempo todinho com Iris rodando, lá perto de casa. Eu digo: Sou eu que dou manha a Iris.. (RSRS). Então assim, eu percebo que Iris tá soltando... tá administrando legal. Agora ela já teve muitos ciúmes de nós duas. Porque assim quando a gente tá em casa é igual a caracol, entendeu? Totalmente enroladas, vendo televisão fica..., casal apaixonado, desse jeitinho. Assim, gentileza uma para outra, de botar o café... e ela fica com ciúmes (Manuela).

Zambrano (2006) faz uma investigação na literatura internacional, mostrando que os casais compostos por duas mulheres tendem a passar um tempo maior com os filhos. A qualidade deste tempo é sinalizado como um dos

componentes positivos destas relações de parentalidade, pois as mães lésbicas apresentam uma maior disponibilidade diante dos cuidados com as crianças. Além disso, elas são mais entrosadas na dinâmica relacional, o que favorece a constituição de interações maiores na criação dos filhos. Este fato não foi claramente observado durante as nossas entrevistas, mas é significativo apontar que a maternidade é algo considerado muito importante para as mulheres colaboradoras. Os lugares dos filhos são privilegiados, em detrimento de outros tipos de relacionamento, inclusive das próprias conjugalidades e das relações sociais mais complexas.

Mas assim, eu, acho... eu não preciso mais de marido dentro de casa, não é? Porque assim, eu sou mãe, entendeu? Eu tenho um lado afetivo envolvido, e tudo, eu não sei te dizer, né? Eu sei, que assim, que a partir do momento que é botado na balança, eu vou ser sempre o meu filho, não vou... não vou abrir mão dele, por.. por quem quer que seja, sabe? O fato de... "Bom... é você ou eu...?" (Patrícia).

Eu entendo... eu não gosto muito de colocar em planos, porque os sentimentos da gente é diferente em relação a várias coisas e as pessoas... Eu gosto muito de Sandra, muito, muito, gosto muito, muito dos meus pais e gosto muito, muito dos meus filhos, mas de maneira diferente. Agora como é filho, cria uma relação que... que a gente não consegue nem descrever, né? Eu... eu... como já disse eu mato e morro por eles, então eu acho que eles estão em um patamar mais elevado, vamos dizer, né? (Jéssica).

Em algum momento, parece surgir a velha questão: "Ou eles ou eu", que mesmo indiretamente formulada revela a dupla relação conjugalidade/parentalidade como formas distintas de relacionamento. Mesmo tendo garantidos os lugares privilegiados dos filhos nos vínculos maternos, surgem algumas questões ligadas aos ciúmes e ao desejo de exclusividade, próprio das vivências conjugais. Carmem deixa bem claro que no momento em que tiver que colocar numa balança os seus filhos com a sua companheira, o peso vai sempre descer para o lado dos filhos:

Nessa relação... engraçado eu não vejo misturado. Pra mim o meu amor por Gustavo, ele tá acima de qualquer coisa, inclusive dessa minha relação e de outras que eu pudesse vir a ter. A Fernanda sabia disso, se fosse ela, jamais chegaria pra dizer: entre mim e Gustavo, você fica com quem? Aí eu dizia

pra ela: boa noite, bom dia e boa tarde, pode ir em frente, eu jamais vou deixar meu filho por você, nem por ninguém (Carmem).

Os lugares prioritários das crianças na vida das mulheres lésbicas podem estar ligados às exigências próprias da maternidade nas nossas sociedades, mas também pela força dos vínculos construídos na convivência profunda do dia-a-dia das relações mãe-filho(s). Esta experiência exige das suas companheiras um certo esforço para a convivência com estas crianças, mas também traz para o casal outras possibilidades relacionais, em detrimento de uma convivência mais vigiada diante das crianças. Quando a relação conjugal não é verbalmente revelada, o estado de vigilância e controle dos afetos é acionado de forma mais freqüente, fazendo com que o casal passe a construir formas mais contidas de trocas afetivas.

Às vezes, a gente quer namorar, uma coisa, quando Elton tá em casa, tem que esperar Elton dormir, né? Tranca a porta vai ter ou não... eu não consigo relaxar, eu fico na tensão dele acordar, bater a porta, e porque a porta tá trancada. E ele pode sair com perguntas... propícia à idade dele, e eu, eu não sei responder, ainda, não é (Patrícia).

Porque assim, a gente as vezes tá louca pra se amar, tal e Iris está em casa (RSRS), e a gente fica naquela: pôxa, será que Iris vai brincar em algum lugar? (RSRS). Ou então a gente tá numa boa e Iris tá brincando na rua e chega de repente e, sabe? É uma frustração. A gente tá tentando administrar essa questão ainda. Tem que ser assim, ela não tá em casa, tem que respeitar todo um momento e todo um horário. Pra ela isso é pior do que para mim. Ela não está acostumada, ela nunca teve ninguém com filhos assim. Então pra ela entender que não pode, que não deve, é meio complicado. É um jogo de cintura (Manuela).

Os jogos de cintura passam a constituir uma outra estratégia de negociação da conjugalidade em detrimento da relação de homoparentalidade. Os contratos silenciados vão aos poucos ficando mais complexos porque eles passam a exigir um envolvimento maior das duas mulheres em si e da própria relação particular do casal. É necessária uma constante transformação da intimidade em detrimento da relação com as crianças. Para aquelas mulheres que ainda não verbalizaram as suas relações homoafetivas, torna-se mais complexo este exercício conjugal diante do exercício parental porque estão

tendo que esconder constantemente toda uma dinâmica do casal em detrimento de uma possível preservação dos filhos.

Não podemos julgar as mulheres que revelaram as suas conjugalidades homoafetivas com aquelas que não o fizeram, trazendo à cena um jogo de valores morais, tentando apontar que está certo ou errado diante da maneira de lidar com o tema da homossexualidade junto aos filhos. Cada família traz consigo dinâmicas muito próprias ao ritmo de cada casal e às particularidades subjetivas de todas as pessoas envolvidas. Devemos apontar, porém, para um fato que não deve ser deixado de lado em relação ao comparativo conjugalidade x parentalidade homoafetivos, pois se torna quase impossível se esconder das crianças uma relação conjugal, mesmo que os casais compostos por mulheres realizem um grande esforço para manter em segredo as suas intimidades.

Uma vez que estes casais passam a conviver com as crianças em uma relação de intimidade, dividindo os espaços da mesma casa, é inegável que todos estes componentes estão realizando trocas afetivas de forma permanente. Há nas dinâmicas estabelecidas as trocas amorosas do casal, as relações de cuidado mãe-filho(s) e o exercício de coparentalidade da companheira da mãe com as crianças. Estes vínculos não se restringem a modelos preestabelecidos de afetividade, mas eles vão se ampliando na medida em que as relações vão ficando mais fortalecidas. Seria ingênuo pensar que as crianças somente tomam conhecimento da relação homoafetiva da mãe a partir da sua revelação verbal, pois as trocas afetivas estabelecidas pelo casal não precisam ser faladas, para que sejam compreendidas.

Quando um casal de mulheres passa a viver uma conjugalidade igualitária e nesta relação é estabelecida uma convivência homoparental, os corpos destas mulheres passam a ser os principais instrumentos de comunicação dos afetos. É impossível se esconder o amor. Quando há o não-dito verbal, os gestos falam, os afetos gritam. E as crianças escutam.

4.7 As comunicações performativas do casal: quando o segredo mente

Não, eles não sabem. Porque eu tô... assim... eles são muito pequenos para eu chegar e dizer: olhe, mamãe não gosta de

homem, mamãe gosta de mulher. Eu acho... enfim... eles são muito pequenos. Mas eu tô tentando criá-los fora desse preconceito que ainda existe na nossa sociedade, né? (Jéssica).

Porque eu tenho, realmente, eu tenho esse problema de como tratar com ele, essa... Eu acredito que para ele tá muito mais resolvido do que pra mim. Porque eu tenho... essa, essa... a minha primeira namorada, hoje, ela vive, ela montou um apartamento com outra e tarara, vive muito bem e a gente... super amiga. A gente foi lá, algumas vezes, Elton, também, já foi comigo algumas vezes. Quando chegou lá, chegou no quarto dela aí tem duas bonequinhas, aí ele pegou, abraçou as bonequinhas, olhou prá gente e disse: "Pessoal, olha Cristina e Talyta!", não sei o que. Então assim, pra ele isso é normal (Patrícia).

A gente nunca abriu no sentido que ele nunca chegou pra perguntar a mim nada e nem tão pouco eu falei nada. Eu sempre tive uma política com ele de eu respondo o que você me pergunta (Carmem).

Quando a relação conjugal homoafetiva passa a compartilhar dos cuidados necessários à criação de uma criança, dificilmente esta relação é mantida em segredo. Por mais que o casal faça esforços para esconder os vínculos mais profundos experienciados entre si, algo mais estará sempre falando. As comunicações performativas do casal terão a função de denunciar que ali entre os dois corpos femininos há sempre sentimentos mais profundos do que os de amizade. E como as crianças passaram a compartilhar dessa dinâmica relacional e afetiva, elas assumirão um papel importante nesta relação. Acreditar na ingenuidade das crianças diante do cotidiano do casal é duvidar das suas capacidades de sentir e interpretar seus sentimentos de acordo com as situações cotidianas.

Independentemente dos fatores que motivam estas mulheres a não revelarem as suas conjugalidades homoafetivas aos filhos, deve-se investigar como estas experiências ecoam nas suas relações cotidianas. Os aspectos que privilegiamos neste ponto estão ligados às performatividades do casal de mulheres vinculadas à convivência com os filhos. É nesta dinâmica que buscamos compreender como estes casais lidam com o dito e o não-dito em torno das suas conjugalidades nas relações de homoparentalidade.

Para Austin (1990), a linguagem possui uma ampla capacidade de criar realidades. Ela não tem somente a função de descrever a realidade, mas

principalmente de produzir novos sentidos acerca dela, deixando claro que quando dizemos algo sobre a realidade, estamos diretamente fazendo algo sobre ela. Neste sentido, dizer é fazer. Por sua capacidade de criar realidades, as expressões lingüísticas utilizadas nesta relação são chamadas pelo autor de palavras performativas. Quando uma mulher lésbica revela para o seu filho a sua condição homossexual e a sua relação de amor com outra mulher, ela está construindo uma realidade possível para esta convivência familiar.

A partir do momento em que a criança compartilha com este casal uma convivência direta no cotidiano, ela está tendo uma participação na elaboração de uma outra configuração familiar possível. Ela passa a se incluir na dinâmica do casal, reconhecendo este casal como parte da sua existência. Uma vez compartilhando desta família, ela exigirá de cada uma das mulheres a execução de papéis específicos. Mesmo tomando conhecimento de que a sua mãe está casada com outra mulher, ela sabe, como demonstram as nossas colaboradas, que a sua companheira não se constitui como a sua mãe. Ela é a companheira da mãe e este lugar reconhecido lhe permitirá uma autenticidade relacional que vai sendo construída permanentemente.

Como a homossexualidade traz consigo uma marca histórica acerca da manutenção do segredo da condição homossexual de muitos *gays* e lésbicas, parece que algumas destas mulheres sentem uma necessidade de reproduzir o não-dito homossexual, também diante dos filhos. Para se protegerem do estigma da homossexualidade, algumas mulheres aprenderam a guardar dentro de si os seus desejos por outras. Se em algum momento outras mulheres conseguiram falar para os filhos sobre esta condição, passou a criar uma outra realidade em torno da sua nova configuração familiar.

Declarar-se homossexual não é apenas uma representação de sua conduta, uma conduta ofensiva, mas a própria conduta. Tanto as mulheres quanto os homens não podem falar de sua homossexualidade porque isso significa pôr em perigo a matriz heterossexual que assegura a subordinação do gênero. A palavra, então, se converte em um ato, na medida em que seu proferimento circunscreve o social, o segredo e o silêncio (BENTO, 2006, p.47).

Uma vez criada esta nova realidade familiar, o desafio é ressignificar as relações afetivas e realizar um esforço para ajudar as crianças a lidar com os

preconceitos sociais em torno das homossexualidades, que são próprios da convivência em sociedade. Viver em um ambiente que trate os afetos de forma espontânea e como algo da ordem do possível é um aspecto importante porque permitirá à criança uma convivência natural e desmistificada diante dos afetos expressos na relação conjugal.

Um casal composto por mulheres que não têm vergonha de manifestar os seus afetos diante dos filhos estará lidando com estas manifestações de forma mais natural e menos tensa. Se a criança tem a oportunidade de compartilhar dessa rede de vínculos silenciosos com estes casais, não será necessária a manutenção da política do silêncio adotada por tantos casais de gays e lésbicas, diante dos filhos. Adotar essa postura é uma forma de ressignificar a relação que o cada casal tem com a própria sexualidade, muito mais do que com as suas homossexualidades. “A sexualidade é uma organização historicamente específica do poder, do discurso, dos corpos e da afetividade” (BUTLER, 2003, p.137) e como estas organizações históricas se apresentam diferentemente, de acordo com as situações cotidianas, as relações homoparentais as vivenciarão de forma muito particular. Não se diga diferentemente, mas como qualquer família que não se assemelha a outra, haverá uma (re)criação permanente das sexualidades e das manifestações de afeto.

Nesta relação entre o dito e o não-dito em torno das conjugalidades homoafetivas, a cama do casal se transformou em uma metáfora do segredo revelado. Os questionamentos das crianças em torno do dormir junto – da mãe com a companheira – revelam que o cenário para o exercício da sexualidade não precisa trazer a explicitação de cenas elaboradas. O mistério do dormir junto é elaborado pelas crianças como um indicativo de intimidade legítima do casal. É este aspecto que ela passa a interrogar, criando argumentos que possam lhe dar indícios de que ali se constitui uma relação de casal.

A gente dormia na mesma cama, só fazia as coisas junto. Então assim, uma criança que tem a mente mais aberta, ele ia mais ou menos saber o tipo de relacionamento que a gente tinha (Aline).

Teve um dia que ele tava com raiva, é... fez, assim... “Por que você dorme com Telma e eu tenho que dormir no meu quarto

sozinho? Se você é minha mãe, né? E você não é nada de Telma?”. Eu fiz: Não... porque... Aí assim... Eu até peguei uma briga com Telma por conta disso. É exatamente por eu não estar preparada... prá essas coisas, aí, eu termino me emboloando... Aí eu fiz: Não, Elton, pense o seguinte: é porque Telma ainda não tem uma cama. Eu inventei uma história que não tem nada a ver, ela ficou irada. Aí, eu fiz: Você queria que eu dissesse o que para ele? Que a gente dorme junto por que é namorada e casada e não sei o quê? Aí, ela fez não. Mas que você dissesse que a gente, é... que a gente se gosta muito e muito amiga e tarará... Aí eu fiz é, poderia até ser, mas na hora não surgiu (Patrícia).

Como se aprende desde criança que o quarto do casal é o lugar, por excelência, do exercício da sexualidade e por isso mesmo se constitui num lugar gerador de mistérios, é inevitável que a criança adote este espaço para entender as relações envolvidas nele, como algo que precisa ser compreendido. É nessa comunicação corporal e nas entrelinhas das explicações (mal)ditas, que as crianças vão descobrindo que na maioria das vezes, o segredo mente:

Agora tenho uma coisa que preciso resolver porque eu tive que fazer algumas modificações lá em casa, aí a gente tá dormindo no mesmo quarto, as três. Eu ainda não consegui botar ela (a filha) para o espaço dela. É... aí... às vezes, a gente tá deitada na cama, aí ela chega e deita também, aí eu deixo ela um tempinho com a gente brincando, aquela farra toda, aí depois eu coloco ela na cama dela: Não, agora vá para a sua cama. Mas ela sente ciúmes porque assim ela vê a gente dormir abraçadas... outro dia cheguei em casa, ela dormiu com a amiguinha, com uma amiguinha da idade dela, aí as duas estavam abraçadas (RSRS), como eu e Celia dorme. Assim, elas estavam acordadas e fizeram de propósito, entendeu? As duas abraçadinhas assim (RSRS) (Manuela).

Eu acho que o mais evidente é o fato que a gente dormia junto em casa. E ele muitas vezes queria ir dormir comigo... porque teve muito isso também, minha mãe acostumou Jeferson a não dormir sozinho. E quando a gente morava... porque assim eu fui casada é... com um homem, com o pai de Jeferson. E lá no nosso apartamento Jeferson tinha o quarto dele, era tudo muito bem marcado. (...) Então ele ficava disputando os espaços, tipo, ele achava que era obrigação eu ficar dormindo com ele, quando ele tinha o quarto dele. Mas eu era a mãe e tinha que estar dormindo com ele. Então demorou um tempo para ele entender que não era assim. Aí ele ficava questionando por que é que eu dormia com Maria e ele não. Aí eu comecei a falar pra ele: Você está misturando as coisas, você tem o seu espaço eu tenho o meu, eu tenho o meu espaço e dorme quem

eu quero e do jeito que eu quero. Agora, claro, que dependendo da situação você vem dormir comigo quando eu quiser. Mas você está comigo, a gente está na nossa casa então você não tem motivo para ter medo. E os medos dele também... foram momentos assim mais de... em que ele entrou mais em conflito com essa questão (Viviane).

Aos poucos as performatividades do casal vão sendo integradas pelas crianças, de forma que as suas elaborações acerca da compreensão desta nova dinâmica familiar passem a fazer parte da sua vida e da convivência cotidiana. Trazer a criança para compartilhar os momentos de afeto do casal é ter a possibilidade de transformar os segredos que tendem a colocar a homossexualidade e o amor entre pessoas do mesmo sexo, como algo que precisa ser mantido às margens das relações familiares mais autênticas.

Quando algumas outras mulheres decidiram revelar aos seus filhos a sua condição homossexual e as suas conjugalidades homoafetivas, elas passaram a compartilhar com os filhos uma relação em que o segredo não se constituiu num dos integrantes da relação familiar e dos seus vínculos afetivos. É importante ressaltar que nem todas as mulheres lésbicas apresentam a necessidade de manter em segredo esta convivência afetiva e que as crianças não apresentaram sérias dificuldades em aceitar a nova configuração familiar.

Bom, os dois, eu conversei desde o início, João. Desde o início eu conversei com os dois. Mesmo um com 4 e o outro com 8 anos. Primeiro eu não queria jamais, é... primeiro porque o outro (o ex-marido) tava me ameaçando de chantagem. Então eu fui mostrando que aqui é a casa de mamãe e na casa de mamãe, mamãe vive com outra mulher. Mamãe namora com outra mulher. Porque Deise era minha namorada. E quando eles estavam comigo e a gente saía no fim de semana, ia pra hotel, Deise tava comigo e eles tinham uma relação muito gostosa com Deise. Inclusive Ricardo. Eram muito meninos, né, um com 8, o outro com 4, então a gente brincava, a gente ia pra hotel, piscina, pra praia. Então era tudo muito agradável. E tudo dito. Então desde pequenininhos, eles sabem do meu homossexualismo dito mesmo com todas as palavras. Existe uma relação homossexual e eu sou desse jeito. E é assim que a minha vida vai ser, entende? Então, nunca houve um confronto, não. Nunca me cobraram, ao contrário. E quando foi o período com Cecília que eu tava mais ou menos há uns quatro anos separadas, cinco anos separada, quatro. Quatro. Porque Ricardo tava com 12, me veio a necessidade de brigar pela guarda, custasse o que custasse, pra... Eu não sei se eu quis fazer isso pra mostrar pra eles que eu tava lutando por eles também, que eu não tinha aberto mão deles, que na

verdade tinha sido uma condição, que eu não tinha como ser de outra forma (Danielle).

Não podemos generalizar nenhuma dessas experiências como universal, nem é possível tomar as experiências de algumas destas mulheres como modelo a ser seguido. O caso de Danielle, porém, é ilustrativo sobre a forma como ela convive com as questões ligadas ao dito e não-dito da sua relação conjugal. Como os seus filhos já têm uma idade maior em comparação com as outras colaboradoras (um adolescente e um adulto), e ela decidiu deixar claro para eles a sua condição homossexual, a sua configuração familiar homoparental é a que tem um tempo maior. Não pretendemos finalizar este capítulo apontando caminhos que devem ou não devem ser seguidos, mas fizemos uso das suas palavras para que as conclusões fossem tiradas de acordo com as percepções do leitor:

Pois é... eu pergunto, de vez em quando eu pergunto, sabe? Ele simplesmente trata de uma forma tão natural. Não sei se pelo fato de ele ter na época 4 anos, entrou, sabe, como uma coisa mais comum. Pra Ricardo, como já tinha 8 e tinha outras elaborações, talvez tenha sido mais difícil. Dizem que tem isso, né? Que quanto mais criança é, quando passa por um processo de separação, mais facilmente ela absorve. Eu acho que foi mais por aí. Porque eu pergunto: Meu filho, perturba você, a minha relação de casal (com outra mulher)? Ele: "Não... é sua vida. Pra mim tudo bem. Não tem nada a ver essa questão de preconceito" (Danielle).

É sua vida. Pra mim tudo bem. Não tem nada a ver essa questão de preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da família é algo que está em permanente transformação e a discussão acerca da homoparentalidade é relativamente recente. Esse novo fenômeno familiar apresenta múltiplas formas de manifestação e a sua vivência não pode ser reduzida aos ditames heteronormativos e, certamente, generalizá-las seria um grande equívoco. As relações parentais dos gays e das lésbicas oferecem infinitas facetas, apresentando muitas possibilidades relacionais, diversas maneiras de tecer acordos e distribuir papéis.

Na presente pesquisa, três temas se entrelaçaram: a condição homossexual, a conjugalidade e a parentalidade das mulheres que participaram do processo de investigação. Descobrimos que não é possível investigar um dos temas, sem considerar os outros. Nesse sentido, as próprias narrativas das mulheres lésbicas nos conduziram pelos caminhos seguidos durante a aventura dessa escrita que se fez no próprio ato das redes de interlocuções teóricas e afetivas.

Ao longo do trabalho nos deparamos com a homossexualidade destas mulheres enquanto condição existencial. Ela não é algo que sempre esteve presente em suas vidas, o que deixa claro para nós, que a homossexualidade se constitui como algo que está em um permanente vir-a-ser. Essas sete mulheres nos mostraram que as suas homossexualidades são plurais, múltiplas e plásticas. Pois, evidentemente, cada uma delas vive de forma singular a experiência da homossexualidade.

Esta visão da homossexualidade como plural, nos conduz a uma compreensão mais ampla a respeito das experiências conjugais e parentais. Deixando de lado as idéias equivocadas acerca da homossexualidade como algo que sempre esteve presente na vida de uma pessoa, foi possível olhar também para as conjugalidades e parentalidades como algo que está em permanente construção e desconstrução. Os acordos e desacordos em um destes aspectos, não anulam os outros dois, como se houvesse uma linha invisível que amarra as três experiências em uma única aliança flexível. Esta união permite que elas estejam em permanentes movimentos.

O tema da conjugalidade entre mulheres foi um aspecto que mereceu destaque pela sua importância frente à compreensão da parentalidade. Compreendemos que a parentalidade se constituiu a partir de uma conjugalidade, embora possamos dizer que ela continua a ser exercida ainda que a conjugalidade que lhe deu origem, se dissolva. O lugar de mãe, de companheira e dos filhos, são lugares diversos que não se confundem, mas que são atravessados pelos demais papéis que cada um vive. No caso das nossas participantes, a experiência da parentalidade ocorreu em uniões heterossexuais e, ao assumirem uma condição homossexual, novos arranjos e acordos foram realizados para abrigar e cuidar das crianças que ocupavam os lugares de filhos.

Estas mulheres realizam um enorme investimento para manter as suas relações de amor, trazendo para as suas convivências conjugais, aspectos da conquista mútua, a complexificação da distribuição de papéis e o enfrentamento do preconceito em alguns setores da sociedade. Mesmo se mostrando como experiências desafiadoras, estas mulheres trazem à cena, um grande prazer nos seus novos investimentos afetivos. Compartilhar as suas vidas com outras mulheres é algo que lhes proporciona uma realização sexual e afetiva inominável.

O devir da homoparentalidade é a evidência da condição existencial como algo imprevisível. Por isso se realiza, constantemente, novos acordos frente às redefinições de papéis junto ao casal e frente aos filhos. Mesmo que uma experiência não dependa da outra, elas se configuram como algo importante para as mulheres e para as crianças. Uma vez que uma mulher tenha a oportunidade de vivenciar o “Estado da Arte” do amor, certamente, tal experiência irá afetar os seus vínculos parentais, trazendo à família uma forma relacional mais harmônica.

O grande desafio, trazido pelas mulheres, frente a homoparentalidade está ligado às restrições que a convivência com uma criança impõe ao casal. A liberdade corporal do casal fica circunscrita ao âmbito do quarto e em algumas vezes, ao espaço da cama. É como se alguns casais compostos por mulheres tivessem que rever as suas performances corporais para preservar as crianças dos seus contatos afetivos e corporais mais íntimos. Assim, se estabelece uma nova política dos afetos, que não podem ser expressos a qualquer momento ou

em qualquer lugar. Vale salientar que mesmo aquelas mulheres que decidiram revelar aos filhos as suas novas conjugalidades, apresentam certas dificuldades frente às trocas afetivas junto aos mesmos.

Outros aspectos foram encontrados diante da vivência homoparental: a) As mulheres descobriram que há uma distinção entre as relações conjugais e parentais. Enquanto os vínculos conjugais precisam de um 'estado de vigilância', inclusive frente aos filhos, os vínculos parentais são expressos de forma permanente, nos lugares públicos e privados; b) As pessoas envolvidas no processo da homoparentalidade precisaram se reorganizar para a elaboração das novas regras de convivência e de adaptação, construindo novos acordos, novos papéis e novas posturas, necessárias para a manutenção da nova configuração familiar; c) Nem todas as mulheres deixam claro para os filhos, a especificidade das suas relações conjugais, apesar das comunicações silenciosas estabelecidas durante toda convivência familiar; d) Algumas destas mulheres experienciam aspectos particulares de uma "homofobia interiorizada" particularmente em relação ao assunto da homossexualidade junto aos filhos. Nesse aspecto, a relação conjugal passa a ganhar um status de segredo para algumas, enquanto outras justificam este comportamento pelo medo de perder o amor dos filhos ou sofrerem algum tipo de preconceito.

Percebemos que o segredo e suas possibilidades de revelação ou manutenção é algo importante nesta conjugação triangular – homossexualidade, conjugalidade, parentalidade – as nossas participantes falaram sobre as (im)possibilidades do segredo frente às suas homossexualidades e suas conjugalidades. Para algumas delas, revelar verbalmente a sua condição homossexual aos filhos é algo muito difícil, já que o medo das suas reações é um fantasma que as ameaça. Nas suas vivências cotidianas, esta revelação é realizada de forma sutil, através das comunicações performativas dos seus corpos femininos que se tocam e que falam sem palavras. Para outras foi mais fácil e até mesmo necessário fazer esta revelação o quanto antes, aos filhos.

O processo de construção desta pesquisa nos revelou que ainda há muita coisa para ser dita em torno das experiências singulares dos processos de subjetivação das mulheres pesquisadas. O que propomos, no decorrer dos

capítulos, foi dar voz a essas mulheres de modo a junto com as contribuições teóricas sobre o tema, lançar um pouco mais de luz sobre a experiência em questão.

Os últimos anos são provas vivas do forte e crescente interesse das ciências sociais, psicológicas, médicas e jurídicas, pelos temas da família e em especial pelas configurações familiares compostas por homens e mulheres que se identificam como gays e lésbicas. O grande número de eventos que tratam dos temas sobre as famílias, deixa evidente a importância dos temas das homoparentalidades, pois pessoas que passam por esta experiência também buscam saber mais sobre aquilo que se diz (ou se cala) em torno das conjugalidades e parentalidades fundados na homoafetividade.

Outros avanços podem ser percebidos pela veiculação midiática que vem investindo pesado na política de visibilidade da homossexualidade, conjugalidade e parentalidade dos gays e das lésbicas, particularmente no Brasil, pela rede televisiva nacional Globo (GROSSI, 2003). As revistas de circulação nacional também vêm dando mostras sobre a importância de tais temas, mostrando que o país passa a se adaptar, cada vez mais, as questões que antes eram consideradas como transversais ou específicas das áreas médicas.

Estas informações nos ajudam a entender que as conjugalidades e as parentalidades experienciadas pelas mulheres lésbicas se constitui como algo importante na sociedade e que não podemos deixar de levá-las também para os espaços do direito e para o campo político. Mesmo que nenhuma das nossas colaboradoras tenha sequer mencionado a palavra “matrimônio” enquanto um ritual legal de reconhecimento das suas conjugalidades, é preciso que se amplie – no interior das comunidades lésbicas – essa discussão. Pois os avanços nas discussões em torno da Parceria Civil ainda se constituem, infelizmente, como algo reservado ao âmbito acadêmico e político, geralmente ligados às questões que transitam em torno do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros – LGBT.

No entanto, Mello (2007) nos alerta para um fato importante: para que se possa realizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo é necessário que estas pessoas estejam, minimamente, confortáveis com a sua orientação sexual e confiantes sobre suas escolhas amorosas. “Sem isso, não é possível

assumir o ônus que a publicização deste casamento implica, que pode se traduzir em homofobia familiar, no círculo de amigos, na vizinhança e no trabalho” (MELLO, 2007, p. 172). As mulheres que entrevistamos, mostram que, a cada dia, é possível sentir-se um pouco mais à vontade mesmo vivendo uma relação conjugal que se desvia da norma imposta pela sociedade. Entretanto, elas revelam, também, que ainda há muito a ser feito neste campo e que o preconceito e a discriminação ainda provocam grande sofrimento.

No campo da parentalidade, o que elas buscam é a possibilidade de um envolvimento, cada vez maior, das suas companheiras. Nenhuma delas reivindicou a legalização da coparentalidade que permitiria instituir alguns direitos e deveres das suas companheiras sobre as crianças. O contrato privado da relação conjugal e parental parece garantir o mínimo desejado às suas relações amorosas e aos papéis parentais das suas companheiras. É como se a construção do modelo relativamente ‘clandestino’ dessas conjugalidades se reproduzisse, fazendo com que se invista no modelo familiar alternativo ou informal, como aquele que propõe acordos exclusivamente nos espaços privados da relação.

Este aspecto da homoparentalidade poderia ser um ponto de maior investigação, visto que as particularidades desta relação de coparentalidade estiveram muito presentes nas falas de nossas colaboradoras. Os acordos e desacordos, os contratos falados e calados, bem como, os vínculos expressos ou ocultados, constituíram um frágil enredo. É como se as companheiras dessas mulheres/lésbicas/mães tivessem receio de assumir a coparentalidade e se mantivessem “em cima do muro” em relação às crianças, por tratar-se de uma relação tão delicada que poderia ser rompida por qualquer ameaça advinda seja da família da mãe, legalmente reconhecida, seja do pai da criança ou seja de outras relações sociais, como a escola, por exemplo.

Esta rede social de convivência da criança também é um aspecto da homoparentalidade que merecia uma melhor compreensão, pois a divisão da homoparentalidade como exercício de vida que perpassa o universo privado e extrapola para o público, oferece algumas vicissitudes relacionais que não estão isentas de investigação. É preciso entender como estas pessoas estão lidando com as novas configurações familiares e em especial, como convivem com as relações de homoparentalidade. Na medida em que elas estão

reinventando os seus relacionamentos, precisam da mesma forma, recriar outras possibilidades e como todo pai e toda mãe, necessitam de compreensão e apoio acerca das dúvidas que surgem em qualquer processo de criação de filhos.

É importante lembrar que o afeto e o amor se constituem como ingredientes indispensáveis para alimentar as relações conjugais e parentais. Estas mulheres estão investindo cada vez mais na manutenção destes sentimentos, acreditando que a cada dia as suas relações estão sendo alimentadas pela possibilidade de viverem dias cada vez mais felizes. Neste além-mar das relações entre mulheres, os filhos se constituem como integrantes de uma viagem que se mostra repleta de expectativas com a chegada no próximo porto. Enquanto não chegam, todos admiram as paisagens pela janela.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. e GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Thomson, 1998.
- ARÁN, M. *Sexualidade e política na cultura contemporânea: as uniões homossexuais*. Em: LOYOLA, M. A. (org.). *Bioética: reprodução e gênero na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP); Brasília: LetrasLivres, 2005.
- ARÁN, M. *O avesso do avesso: feminilidade e novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- AUGÉ, M. (Dir.). *Os domínios do parentesco: filiação, aliança matrimonial, residência*. Perspectivas do Homem. Lisboa: Edições 70, 1975.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BADINTER, E. *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BADINTER, E. *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBERO, G. H. *Outras mulheres*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1997, Texto Mímeo.
- BARBERO, G. H. *Homossexualidade e perversão na psicanálise: uma resposta aos Gay & Lesbian Studies*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BERTHOUD, C. M. E. *Re-significando a Parentalidade: os desafios dos pais na atualidade*. Taubaté/SP: Cabral Editora Universitária, 2003.
- BORGES, L. S. *Lesbianidade na TV: visibilidade e "apagamento" em telenovelas brasileiras*. Em: GROSSI, M., UZIEL, A. P. e MELLO, L. (orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BORRILLO, D. *Homofobia*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2001.
- BOZON, M. *Sociologia da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? Em: *Cadernos Pagu*. Revista semestral do Núcleo de Estudos de Gênero. Universidade Estadual de Campinas, v. 21, Campinas, 2003a.

CARRARA, S. *O Centro Latino-Americano em sexualidade e direitos humanos e o "lugar" da homossexualidade*. Em: GROSSI, M. P. [et. al.]. (orgs.). *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CARRARA, S. et. all. *Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa 5ª Parada da Diversidade de Pernambuco Recife, 2006*. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ): Recife & Rio de Janeiro, 2007.

CASTAÑEDA, M. *A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

CASTRO, R. B. *Amor e ódio em relações 'conjugays'*. Em: GROSSI, M., UZIEL, A. P. e MELLO, L. (orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COSTA, J. F. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

COSTA, J. F. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

COSTA, J. F. *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta, 1995.

CHILAND, Colette. *O sexo conduz o mundo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

CHODOROW, N. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Crítica e Clínica*. São Paulo: Ed. 34, 1997a.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 3. São Paulo: Ed. 34, 1996.

DIAS, M. B. *Paternidade homoparental*. Em: GROENINGA, G. C. e PEREIRA, R. C. Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

DINIZ, A. G. R. e BORGES, C. A. M. *Possíveis interlocuções entre parentesco e identidade sexual: paternidade vivenciada por homens homo/bissexuais*. Em: GROSSI, M.; UZIEL, A. P. e MELLO, L. (orgs.). Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DOEL, M. *Corpos sem órgãos: esquizoanálise e desconstrução*. Em: SILVA, T. T. Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DOLTO, F. *Solidão primeira: uma cascata de interdições*. Em: Solidão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DOMÈNECH, M., TIRADO, F. e GÓMEZ, L. *A dobra: psicologia e subjetivação*. Em: SILVA, T. T. (org.). Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FACCHINE, R. *Sopa de letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FÉRES-CARNEIRO, T. A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. Em: *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Vol. 10, nº 2, Porto Alegre, 1997.

FERREIRA, I. T. O. *Homossexualidade, parentalidade e grupos homossexuais*. Em: LOPES, D, [et. all], (organizadores). Imagem & Diversidade Sexual: estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa edições, 2004.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FRANCO, M. L. P. B. *Análise do Conteúdo*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GAGNON, J. H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GARCIA, M. R. V. et. all. *“Não podemos falhar”: a busca pela normalidade em famílias homoparentais*. Em: GROSSI, M., UZIEL, A. P. e MELLO, L. (orgs.). Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, M. R. *Repetição e diferença nas reflexões sobre comunicação*. São Paulo: Annablume, 2001

GOMIDE, Silvia. *Formação da identidade lésbica: do silêncio ao queer*. Em: GROSSI, M.; UZIEL, A. P. e MELLO, L. (orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GROSSI, M. P. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. Em: *Cadernos Pagu*. Revista semestral do Núcleo de Estudos de Gênero. Universidade Estadual de Campinas, v. 21, Campinas, 2003.

GUIMARÃES, C. D. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HEILBORN, M. L. *Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social*. Em: PARKER, R. e BARBOSA, R. M. (org.). *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UFRJ, 1996.

HEILBORN, M. L. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HERDT, G. e KOFF, B. *Tenho uma coisa para vos dizer: o percurso de uma família com um filho homossexual*. Coleção Flor de Lótus. Porto: Âmbar, 2000.

HERRERA, F. *La otra mamá: madres no biológicas en la pareja lésbica*. Em: GROSSI, M., UZIEL, A. P. e MELLO, L. (orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HOUZEL, D. *As implicações da parentalidade*. Em: SOLIS-PONTON, L. (org.). *Ser pai, ser mãe: parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HRDY, S.B. *Mãe natureza: uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e seleção natural*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

INÁCIO, E. C. *Homossexualidade, homoerotismo e homosociabilidade: em torno de três conceitos e um exemplo*. Em: SANTOS, R. e GARCIA, W. (orgs.). *A escrita de Adé: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil*. São Paulo: Xamã: NCC/SUNY, 2002.

JULIEN, P. *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

- KATZ, J. N. *A invenção da heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- LEVIN, E. *A função do filho: espelhos e labirintos da infância*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LINDENBERG, C. *GLS: Entenda as entendidas*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.
- LINS, R. N. *A cama na varanda: arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MELLO, L. *Matrimônio entre pessoas do mesmo sexo na Espanha. Do perigo social à plena cidadania, em quatro estações*. Em: GROSSI, M., UZIEL, A. P. e MELLO, L. (orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- MELLO, L. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- MELLO, L. Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. Em: *Cadernos Pagu* (24), janeiro-junho de 2005a.
- MENEGON, V. S. M. e SPINK, M. J. P. Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: problematizando a comunicação sobre riscos. Em: FERREIRA, V., ÁVILA, M. B. e PORTELLA, A. P. (orgs.). *Feminismo e Novas Tecnologias Reprodutivas*. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, novembro de 2006.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1999.
- NAPHY, W. *Born to be gay: a história da homossexualidade*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- NASIO, J. D. *O livro da dor e do amor*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- NODA, F. S. *Famílias de mães homossexuais: relatos das mães*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2005, Texto Mímeo.
- NUNAN, A. *Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina*. Em: GROSSI, M., UZIEL, A. P. e MELLO, L. (orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- PAIVA, A. C. S. *Reserva e invisibilidade: a construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica*. Em: GROSSI, M., UZIEL, A. P. e MELLO, L.

(orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PARKER, R. e BARBOSA, R. M. *Introdução*. Em PARKER, R. e BARBOSA, R. M. (orgs.). *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UFRJ, 1996.

PERROT, M. *Funções da Família*. Em: *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991a.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTINARI, D. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RIOS, C. *Eu sou uma lésbica*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2006.

ROSE, N. *Inventando nossos eus*. Em: SILVA, T. T. *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANDERS, G. L. *O amor que ousa declarar seu nome: do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas*. Em: IMBER-BLACK, E. *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SARAIVA, E. *Encontros amorosos, desejos ressignificados: sobre a experiência do assumir-se gay na vida de homens casados e pais de família*. Em: GROSSI, M., UZIEL, A. P. e MELLO, L. (orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SOUZA, E. R. *Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo)parentalidade*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.

SZYMANSKI, H. *Teorias e "teorias" de famílias*. Em: CARVALHO, M. C. B. (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

TARNOVSKI, F. *"Pais Assumidos": adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Florianópolis: UFSC/Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Dissertação de Mestrado, 2002, Texto Mímeo.

THERBORN, G. *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

UZIEL, A. P. *Família e Homossexualidade: velhas questões, novos problemas*. Campinas: UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Tese de Doutorado, 2002, Texto Mímeo.

UZIEL, A. P. [et. all.]. Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. Em: *Revista Horizontes Antropológicos*. Vol. 12, nº 26. Porto Alegre Julho/Dezembro, 2006.

UZIEL, A. P. *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VAINFAS, R. *Homoerotismo feminino e o santo ofício*. Em.: DEL PRIORI, M. (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

VIÑUALES, O. *Identidades lésbicas: discursos y prácticas*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2000.

WOLFF, C. *Amor entre mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

WOODWARD, K. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. Em: SILVA, T. T. S. (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZAMBRANO, E. (org.). *O direito à homoparentalidade: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais*. Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil, 2006. Disponível em www.homoparentalidade.blogspot.com, www.nupacs.ufrgs.br e www.iaj.org.br.